

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2012

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2012

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves
Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo. Vitória, ES, 2012.

125p. il. tab.

1.Indicadores Sociais. 2.Demografia. 3.Domicílios. 4.Educação. 5.Saúde. 6.Mercado de Trabalho. 7.Renda. 8.Pobreza. 9.Espírito Santo (Estado). I.Título.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR
Givaldo Vieira

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Robson Leite Nascimento

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
DIRETOR-PRESIDENTE
José Edil Benedito

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Pablo Silva Lira

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Sandra Sarmento Aragão

EQUIPE TÉCNICA
Adriano do Carmo Santos
Antonio Ricardo Freislebem da Rocha
Cleverlânio Silva Gomes
Cynthia Pessoa
Estefania Ribeiro da Silva
Fillipe Pipolo Souza da Silva (estagiário)
Marlon Neves Bertolani
Rafael Correia das Neves
Tatiana Kolodin Ferrari

EDITORAÇÃO
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vitor André
Lastênio João Scopel
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

DESIGNER GRÁFICO e CAPA
Lastênio João Scopel

BIBLIOTECÁRIA
Andreza Ferreira Tovar

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas. A Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo encontra-se em sua 3° edição e pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba no período de 2001 a 2011. São abordados as áreas de demografia, educação, saúde e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios e concentração de renda e pobreza. Busca ainda situar o Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na região Sudeste no período correspondente.

Para a construção dos indicadores foram utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos Censos Demográficos, ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus) e dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa).

FOREWORD

Jones dos Santos Neves Institute is committed to provide social, economic and territorial information about the Brazilian State of Espírito Santo to support policy makers on the formulation, management and evaluation of public policies. The Synthesis of Espírito Santo's Social Indicators is on its 3rd edition and aims to highlight the main socioeconomic development evidences registered from 2001 to 2011. The present publication covers key areas as demography, education, health and labor market, as well as characteristic of family arrangements, households, income concentration and poverty. Furthermore, the Sate's relative position is also introduced by placing those empirical data in the corresponding national and regional context.

The indicators were estimated based on the National Household Sample Survey (PNAD), Population Census, both compiled by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Scholar Census compiled by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP), the database of the National Health System (Dastasus), and data provided by Espírito Santo's Health Office (Sesa).

SUMÁRIO

DEMOGRAFIA 13

População 15
Evolução anual da população 16
Crescimento populacional 17
Grau de urbanização 18
Migração 19
Fecundidade 20
Estrutura etária 21
Idade média 22
Envelhecimento 23

SAÚDE 25

Informações sobre nascimentos 27
Mortalidade infantil 28
Profissionais e equipamentos 29
Mortalidade e internação por grupo de causas 30
Mortalidade: causas externas e causas internas 31
Doenças transmissíveis 32

MERCADO DE TRABALHO 35

População em idade ativa (PIA) 37
População economicamente ativa (PEA) 38
População não economicamente ativa (PNEA) 39
Taxa de atividade 40
População ocupada 41
População ocupada por setor formal e informal 42
Taxa de ocupação 43
Ocupação segundo faixa etária 44
Ocupação segundo anos de estudo 45
Ocupação por atividade econômica 46
Índice de descasamento 47
Taxa de desemprego 48
Taxa de desemprego segundo faixa etária 49
Razão de dependência 50
Razão de dependência jovem 51
Razão de dependência idosos 52
Trabalho infantil 53
Posição na ocupação 54
Contribuição previdenciária 55
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola 56
Pessoas sindicalizadas 57
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola 58
Renda média real de todos os trabalhos 59

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES SOCIAIS 61

Coeficiente de Gini 63
Extremamente pobres 64
Pobres 65
Remediados 66
Classe média 67
Elite 68
Renda média domiciliar per capita real 69
Renda média real de todas as fontes 70

EDUCAÇÃO 73

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais 75
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos 76
Anos de estudo segundo faixas de idade 77
Pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo 78
Pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo 79
Taxa de analfabetismo 80
Taxa de analfabetismo funcional 81
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos 82
Frequência escolar 83
Frequência escolar por nível de ensino e rede 84
Taxa de distorção idade-série (Censo Escolar 2010) 85
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio 86
Alocação do tempo dos jovens 87
Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais 88

ARRANJOS FAMILIARES 91

Arranjos familiares 93
Arranjo familiar típico 94
Arranjo familiar mononuclear 95
Característca das mulheres chefes de família 96
Níveis de instrução segundo arranjos familiares 97
Ocupações segundo arranjos familiares 98
Classes sociais segundo arranjos familiares 99

DOMICÍLIOS 101

Crescimento do total de domicílios 103
Abastecimento de água 104
Acesso à rede coletora de esgoto 105
Esgotamento sanitário adequado 106
Coleta de lixo 107
Iluminação elétrica 108
Telefonia fixa 109
Telefonia móvel 110
Domicílios próprios e alugados 111
Posse de bens móveis 112
Déficit habitacional 113

APÊNDICE METODOLÓGICO 115

GLOSSÁRIO 119



DEMOGRAFIA

A compreensão dos fenômenos demográficos é fundamental para o planejamento econômico, social, político e territorial de uma determinada região. O estudo das características populacionais, tanto as estáticas (tamanho e composição) quanto as dinâmicas (fecundidade, mortalidade e migração), permite traçar um panorama da evolução da dinâmica demográfica, o que é essencial para entender as demandas sociais requeridas para um período específico. A análise da dinâmica demográfica brasileira das últimas décadas, por exemplo, revela importantes transformações que impactaram sobremaneira as demandas por serviços públicos (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2004, p. 30)[1].

No Brasil, apesar do declínio da fecundidade ter se dado de uma forma rápida e generalizada quando comparado aos países desenvolvidos, cujo processo de queda se deu em um período muito maior, o país experimentou um elevado ritmo de crescimento da população, em função principalmente do declínio da mortalidade (CERQUEIRA e GIVISIEZ, 2004, p. 30-31). Essas transformações trouxeram impactos significativos na realidade socioeconômica do país, explicitando um novo contexto marcado por um processo de transição demográfica, que consiste na "passagem de um estado de equilíbrio a níveis elevados de fecundidade e mortalidade a outro estado de equilíbrio a níveis mais baixos de mortalidade e fecundidade" (CASTIGLIONI, 2006, p. 1)[2].

No que tange ao estado do Espírito Santo, também se verifica transformações significativas na dinâmica demográfica nas últimas décadas, com destaque para a evolução da sua estrutura etária. A população capixaba vem passando por um processo de transição demográfica na qual a população deixa de ser predominantemente jovem e passa a se tornar progressivamente envelhecida, acompanhando a tendência nacional e repercutindo em novos parâmetros para atendimento às demandas sociais, em especial no que se refere à saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social.

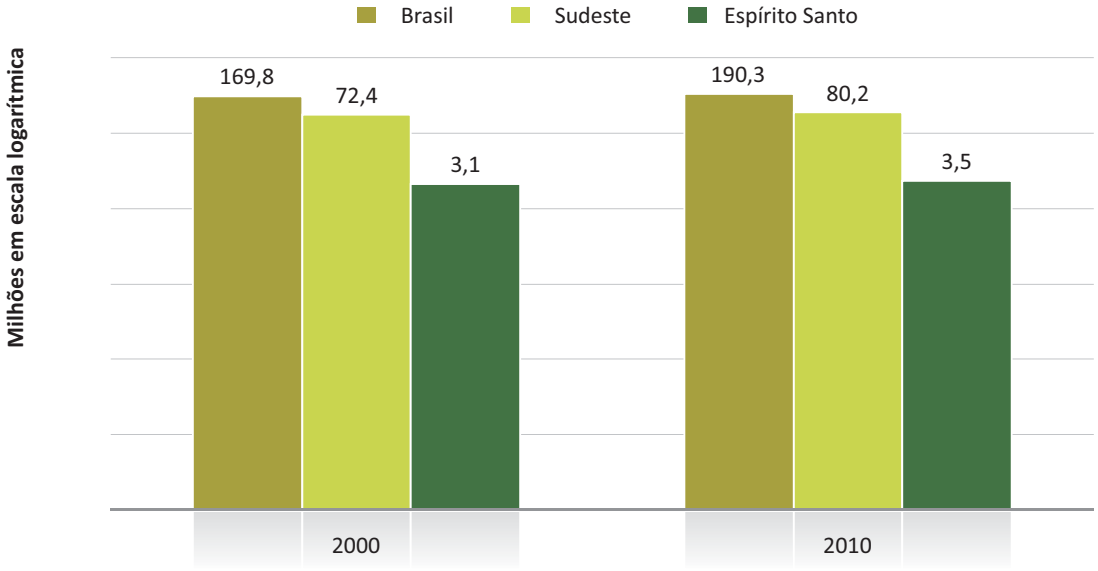
Analisando o panorama evolutivo da população do Espírito Santo especificamente para o período 2001-2011, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verifica-se a continuidade do contexto de transição acima mencionado: ritmo decrescente de crescimento; mudanças na estrutura etária em decorrência do perfil mais envelhecido da população, com uma gradual diminuição do número de jovens (0 a 14 anos) e aumento no número de adultos (15 a 64 anos) e idosos (mais de 65 anos); redução da taxa de fecundidade total para níveis abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva.

[1] CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em Demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: NETO, E. L. G. R.; RIANI, J. L. R., orgs. Introdução à Demografia da Educação. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004. cap. 1. p. 15-44.

[2] CASTIGLIONI, A. H. "A revolução Grisalha". Revista Fluminense de Geografia 4, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), ano 2, jul/dez, 2006.

População

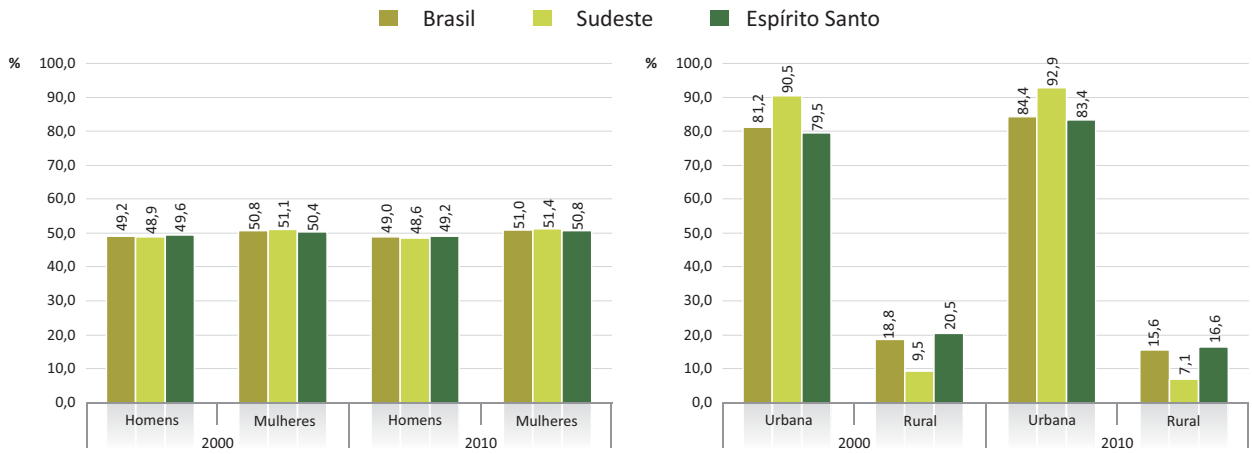
**População censitária,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Segundo o Censo Demográfico 2010, o Brasil possui 190,3 milhões de habitantes. Esse contingente é 12,1% superior ao registrado em 2000. Já na região Sudeste, o aumento populacional registrado no mesmo período foi de 10,7%, totalizando 80,2 milhões de habitantes em 2010. No que se refere ao Espírito Santo, cuja população registrada em 2010 totalizou 3,5 milhões de habitantes, o acréscimo foi de 13,4% (415 mil), percentual superior ao Brasil e ao Sudeste. Cabe destacar, ainda, o aumento da participação da população urbana no total populacional do estado, passando de 79,5%, em 2000, para 83,4% em 2010. Analisando a composição por gênero da população capixaba, observa-se que não houve grandes mudanças entre 2000 e 2010. Em 2000, a participação das mulheres no total populacional era de 50,4%, e em 2010 passou-se a uma participação de 50,8%.

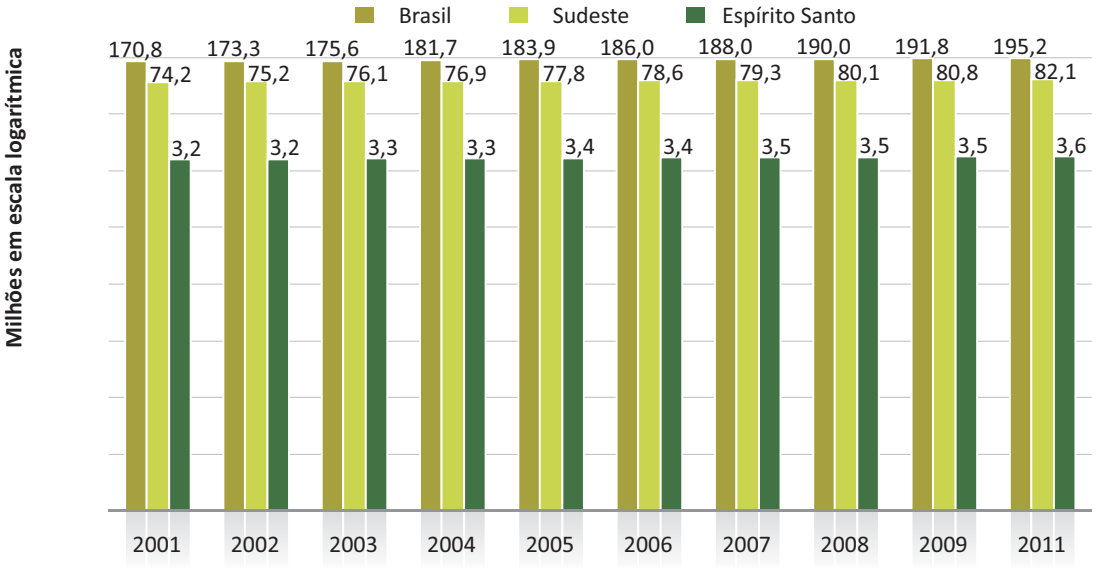
**Composição da população censitária por gênero e situação de domicílio,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 e 2010. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Evolução anual da população

População residente,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Analisando as estimativas populacionais anuais realizadas com base na PNAD no período 2001-2011, observa-se que estas guardam coerência com a tendência de crescimento observada pelo Censo no período de 2000-2010. Os dados apontam que o crescimento populacional do Espírito Santo foi de 412 mil habitantes. O percentual de mulheres não sofreu grande variação, permanecendo superior a dos homens. A população feminina passou de 1,63 milhões em 2001, para 1,86 milhões em 2011. Em relação à raça, verifica-se que, em 2011, se declararam brancos 1,49 milhões enquanto as outras etnias somaram 2,11 milhões. Acerca do local de residência da população, verificou-se a predominância da área urbana, bem como dos grandes municípios. Em 2011, dos 3,6 milhões de habitantes, 3,07 milhões residiam na área urbana e 2,32 milhões em grandes municípios.

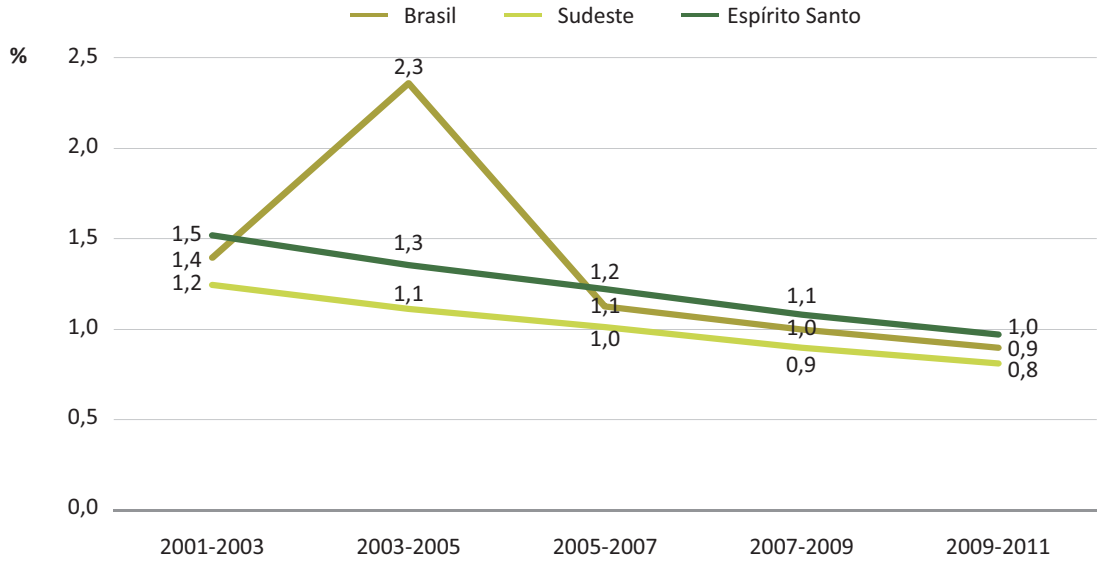
População residente por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Crescimento populacional

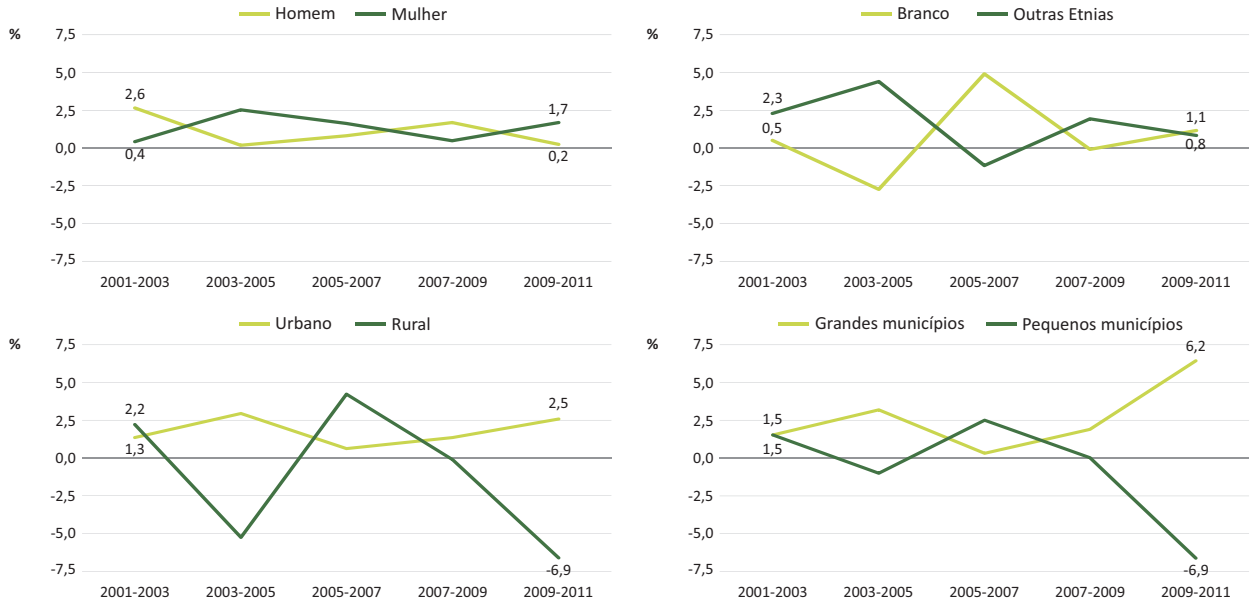
Taxa de crescimento populacional geométrica, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A população do Espírito Santo cresceu em média 1,2% ao ano no período 2001-2011. O ritmo de crescimento foi em todo o período decrescente, com uma redução da taxa de crescimento média anual de 1,5 no período 2001-2003 para uma taxa de crescimento de 1,0 no período 2009-2011. Os segmentos da população que mais contribuíram para o crescimento da população capixaba foram as mulheres (média anual de 1,3% ante 1,1% dos homens), a população de outras etnias (média anual de 1,6% ante 0,7% de brancos), a população residente em áreas urbanas (média anual de 1,7% ante -1,3% em áreas rurais) e em grandes municípios (média anual de 2,6% ante -0,8% em pequenos municípios).

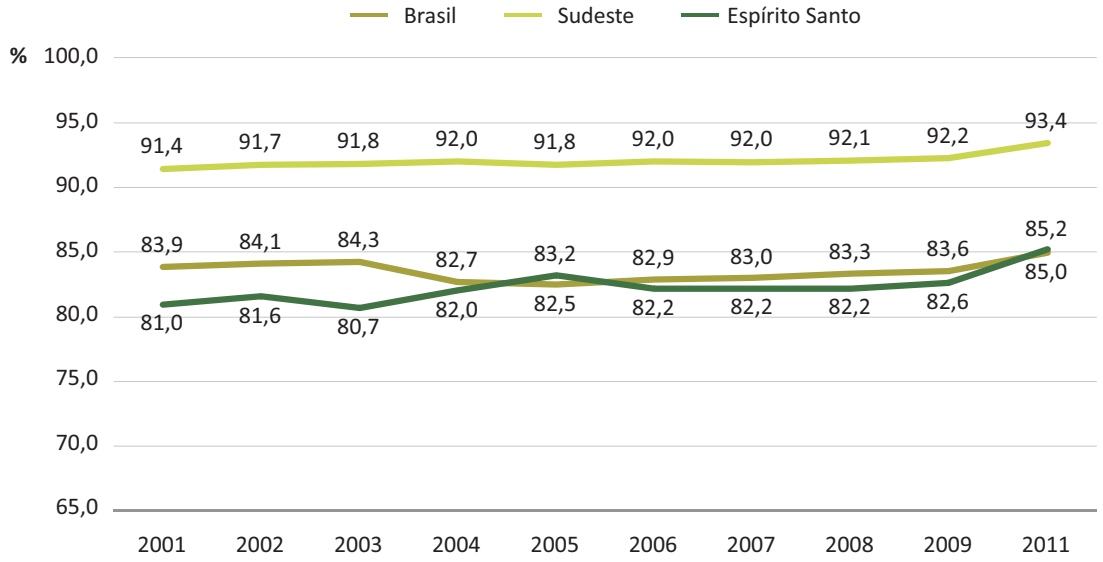
Taxa de crescimento populacional geométrica por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Grau de urbanização

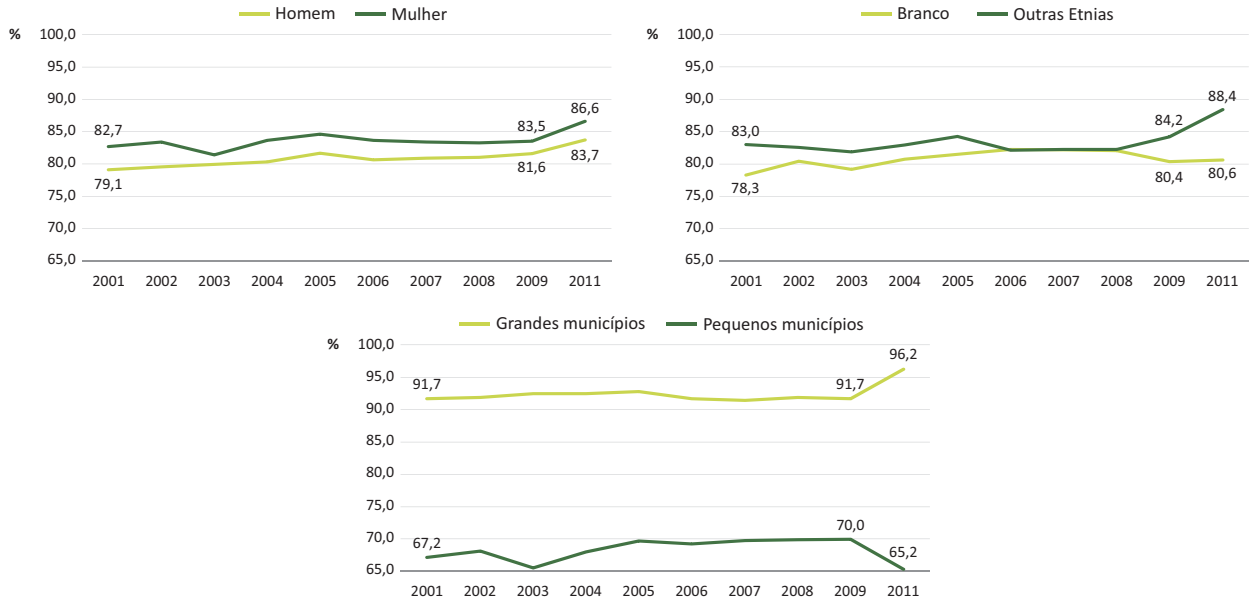
Taxa de urbanização,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Enquanto que em 2001 o grau de urbanização do Espírito Santo era de 81,0% da população total, em 2011 passou a ser de 85,2%, valor abaixo do apresentado pela região Sudeste (93,4%), mas levemente superior ao apresentado pelo Brasil (85,0%). No que se refere a gênero e cor, verifica-se que o grau de urbanização da população capixaba foi superior entre as mulheres (86,6% ante 83,7% homens) e outras etnias (88,4% ante 80,6% de brancos). Quando analisado sob o aspecto da localização do domicílio, constata-se que o grau de urbanização é maior nas populações residentes em grandes municípios (96,2%), valor bem superior ao encontrado nas populações residentes em pequenos municípios (65,2%).

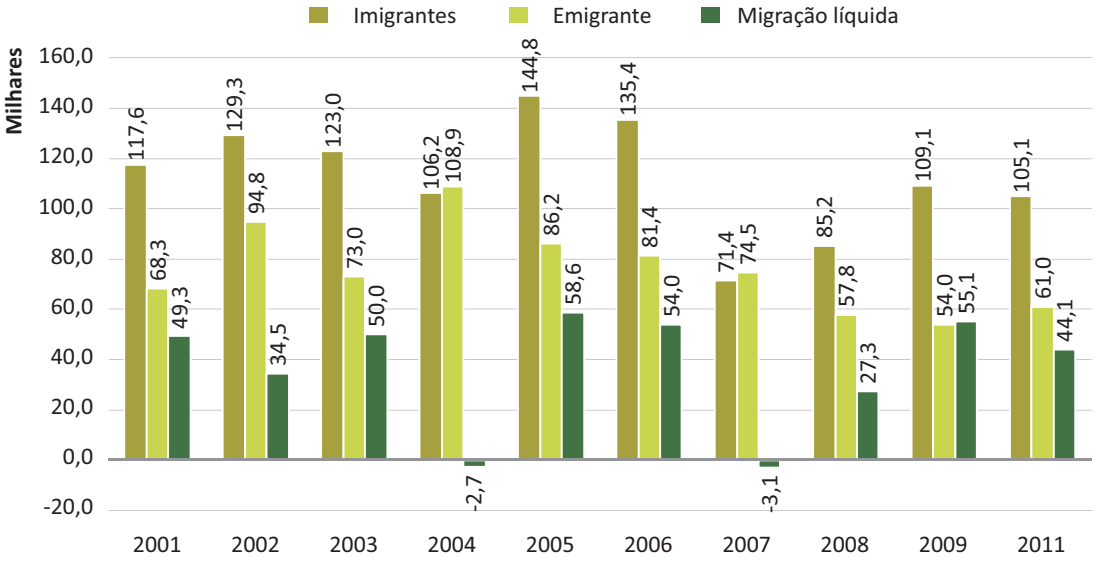
Taxa de urbanização por gênero, cor e tamanho do município de residência,
Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Migração

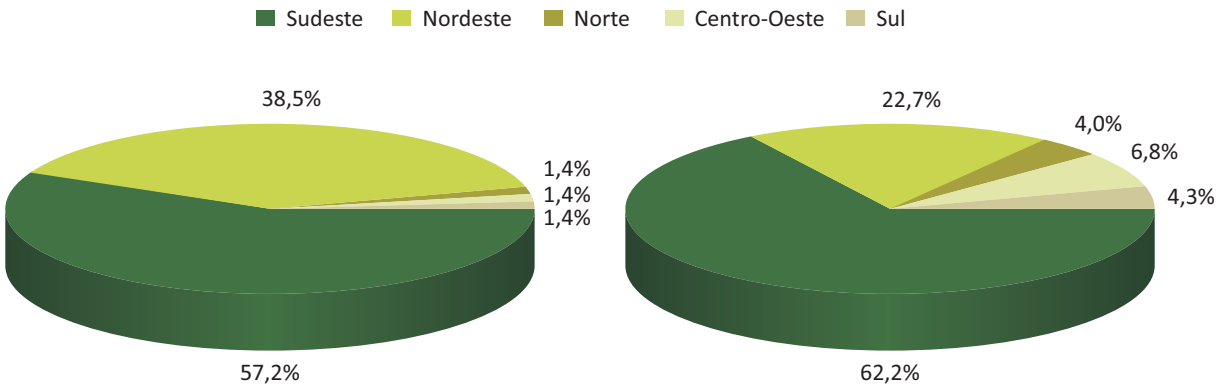
Fluxos migratórios, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Analisando o período 2001-2011, constata-se que no Espírito Santo os movimentos migratórios realizados com os demais estados brasileiros tem resultado em ganhos populacionais, tendo em vista que as diferenças entre imigrantes (entradas) e emigrantes (saídas) foram positivas na maior parte do período. Com relação aos fluxos migratórios de 2011, tem-se a seguinte composição: 57,2% da população de imigrantes do Espírito Santo tiveram origem nos demais estados da região Sudeste e 38,5% em estados da região Nordeste; também com relação à emigração, os demais estados da região Sudeste (62,2%) e os estados da região Nordeste (22,7%) foram os principais destinos dos emigrantes capixabas.

Composição dos fluxos migratórios por macrorregião, Espírito Santo, 2011

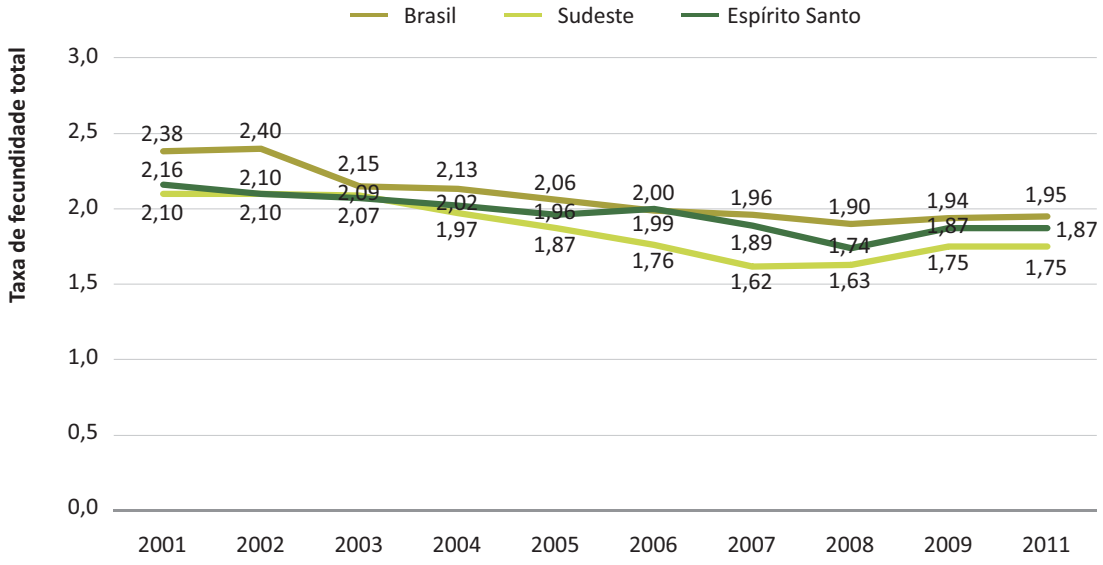


Imigrantes **Emigrantes**

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Fecundidade

Taxa de fecundidade total, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Seguindo a tendência do Brasil e da região Sudeste, entre 2001 e 2011 o Espírito Santo apresentou diminuição na taxa de fecundidade total (TFT) para níveis abaixo da taxa de reposição populacional (2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva). Enquanto que em 2001 o estado registrou 2,16 filhos por mulher, em 2011 apresentou taxa de 1,87 filhos por mulher. Registrou-se também uma média de 3,22 crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 39 anos. Com relação à etnia, observa-se que a média de crianças a cada dez mulheres de 15 a 39 anos é superior entre as mulheres brancas (média de 3,75 ante 2,88 entre as mulheres de outras etnias). Entre as mulheres residentes em áreas rurais (3,63) e em pequenos municípios (3,49) a média de crianças a cada dez mulheres de 15 a 39 anos é superior a que é encontrada em áreas urbanas (3,16) e grandes municípios (3,08).

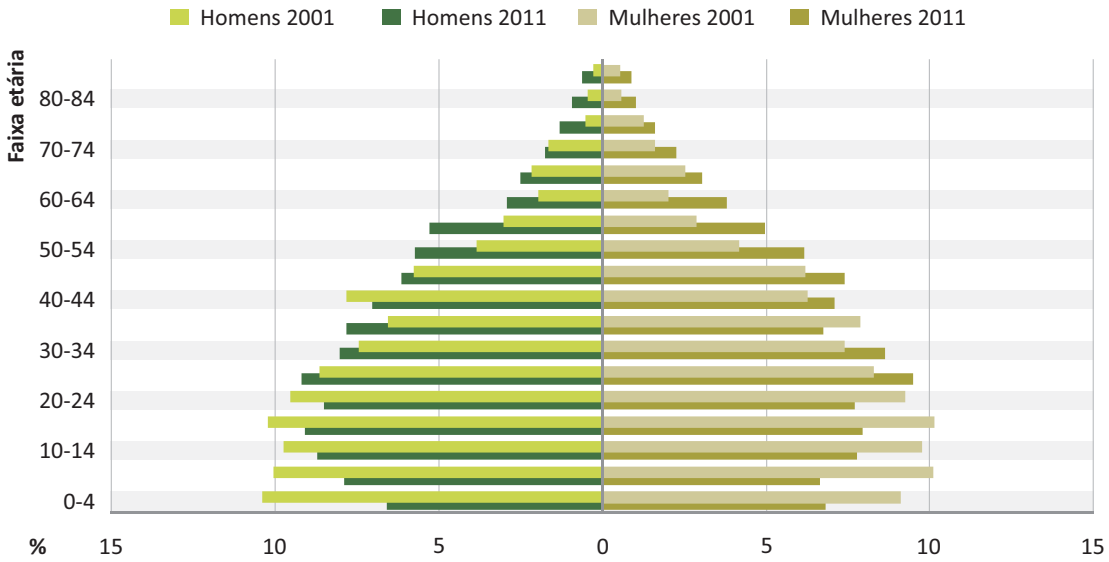
Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 39 anos, pelo total, por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Estrutura etária

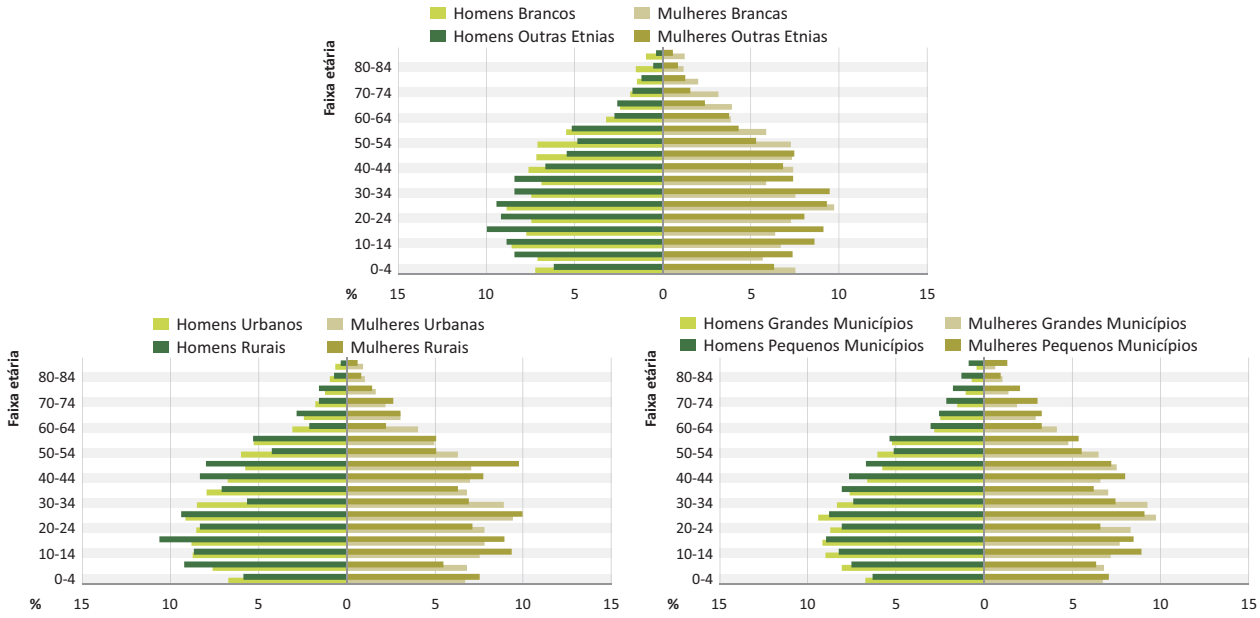
**Pirâmide etária,
Espírito Santo, 2001 e 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No Brasil, na região Sudeste e no Espírito Santo, a redução do nível de fecundidade implicou em mudanças na estrutura etária da população. O estreitamento da base da pirâmide etária do Espírito Santo no período 2001-2011, conforme mostra o gráfico acima, indica que ao longo do tempo a população envelheceu. Em 2011, verificou-se que, de maneira geral, a população de outras etnias é mais jovem (base mais larga) que a população branca (apenas na faixa etária 0-4 anos é maior a percentagem de brancos). Analisando as pirâmides etárias por situação do domicílio e tamanho do município de residência, também para o ano de 2011, percebe-se que a população rural e a população residente em pequenos municípios mostram-se um pouco mais envelhecidas que a população urbana e a população residente em grandes municípios.

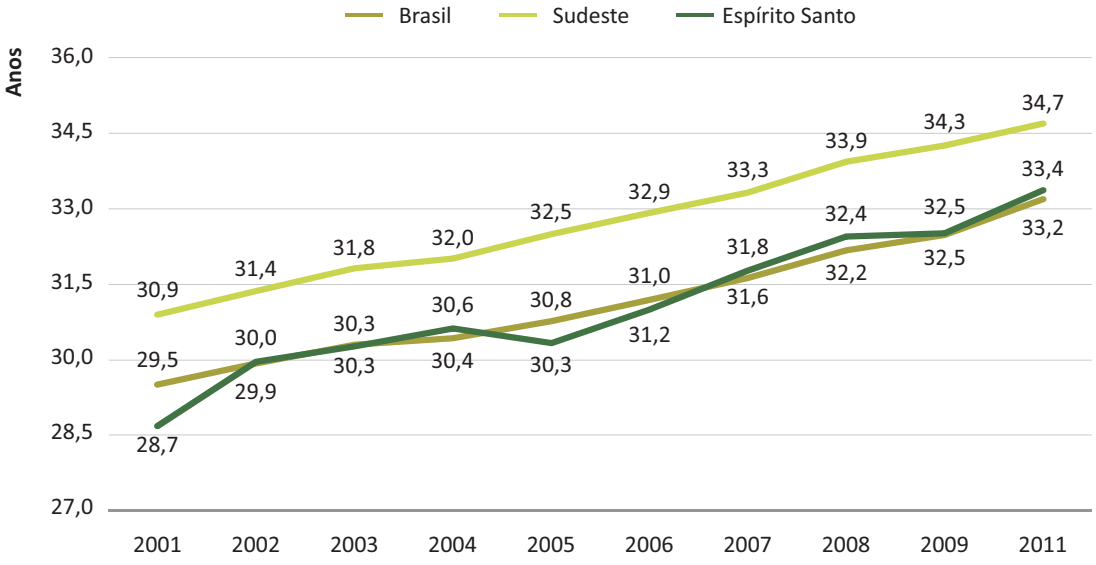
**Pirâmide etária por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência,
Espírito Santo, 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Idade média

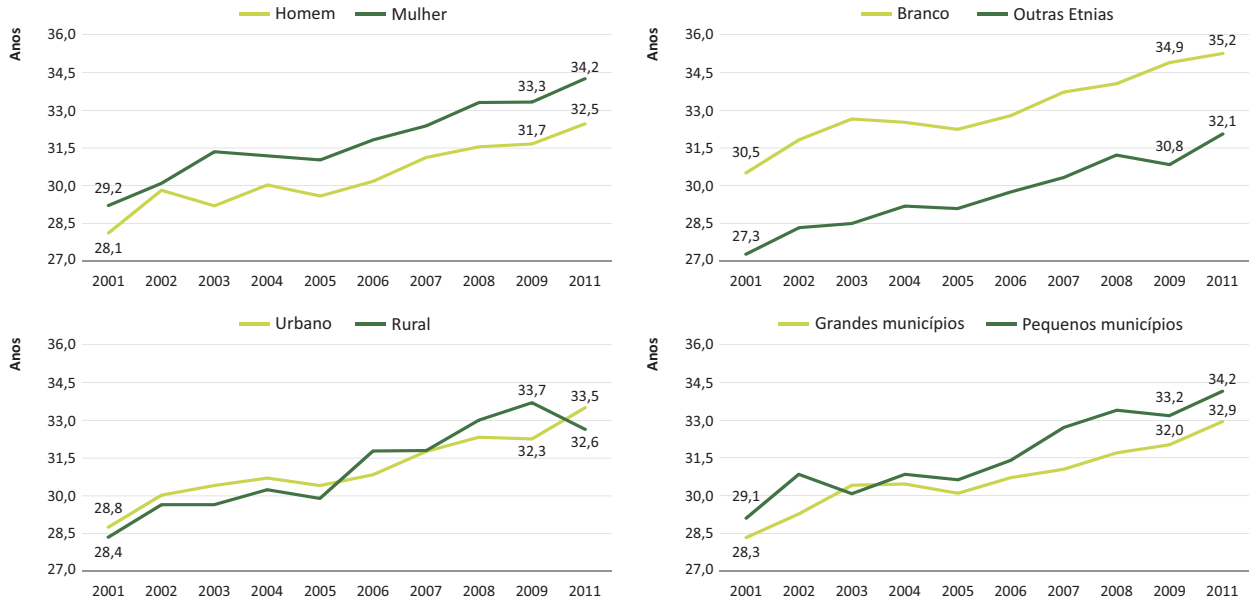
Idade média da população residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A evolução da idade média da população brasileira no período 2001-2011 indica tendência ao envelhecimento, fato constatado também no que se refere à região Sudeste e ao Espírito Santo. Em 2001, a idade média da população capixaba era de 28,7 anos, evoluindo, em 2011, para 33,4 anos, média próxima à da população brasileira (33,2 anos). Ambas estão abaixo da idade média verificada para a população do Sudeste (34,7 anos). Em 2011, verificou-se no estado idade média de 34,2 anos para mulheres e 32,5 anos para homens. Em relação a 2001, a diferença entre homens e mulheres aumentou (1,1 ano ante 1,7 ano). Entre brancos e outras etnias, a diferença em 2011 foi de 3,1 anos a mais para brancos; entre população rural e urbana foi de 0,9 ano a mais para a população urbana; e entre residentes de grandes e pequenos municípios foi de 1,3 ano a mais para estes últimos.

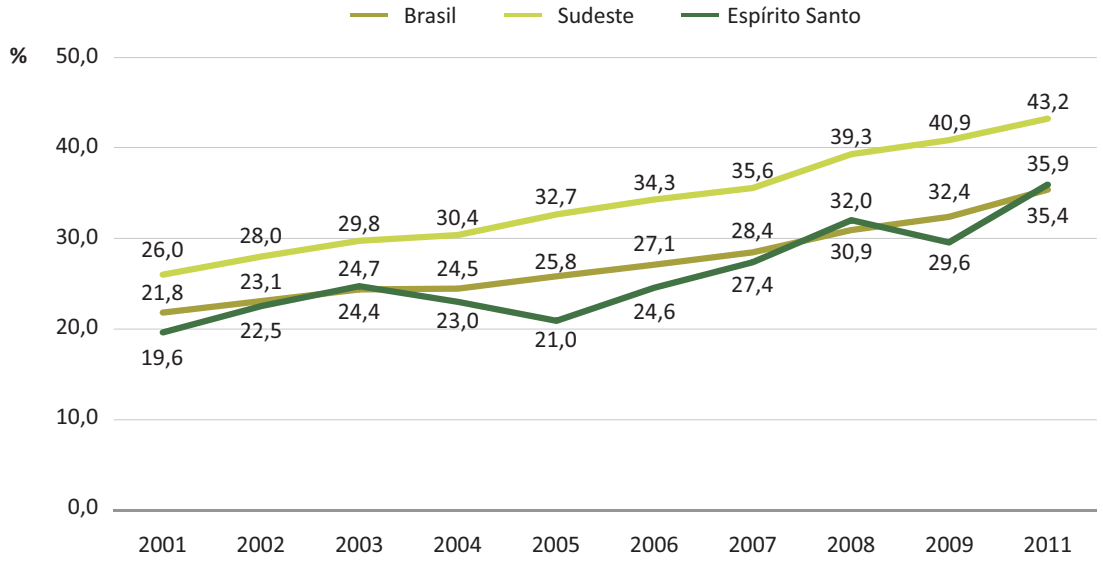
Idade média da população residente por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Envelhecimento

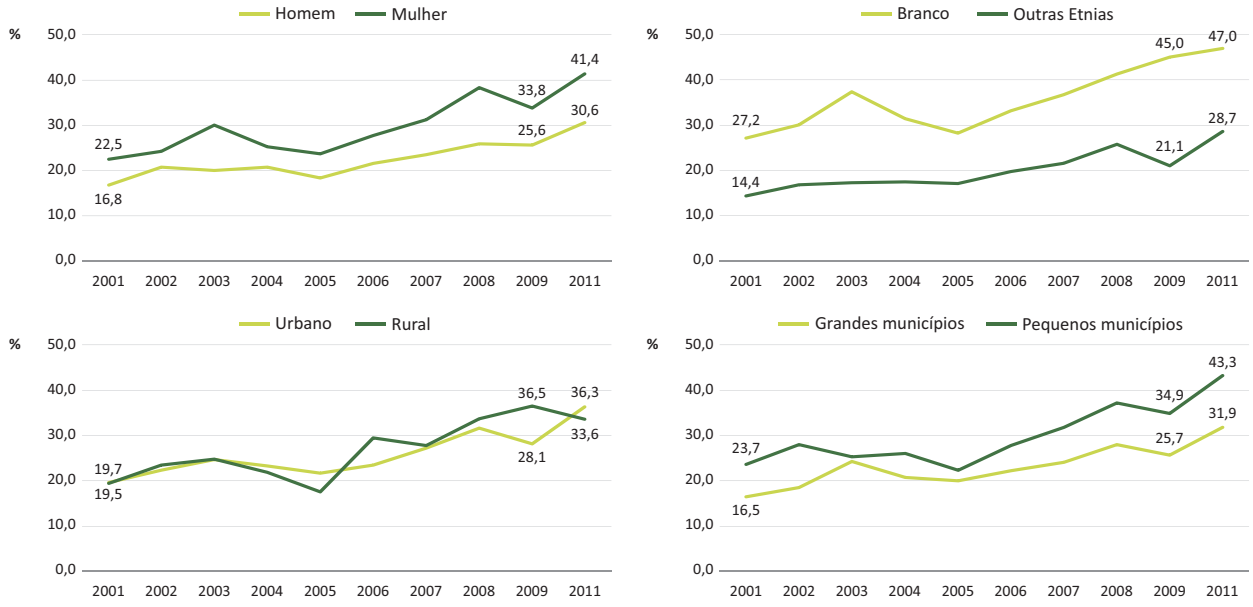
**Índice de envelhecimento,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O índice de envelhecimento da população capixaba atingiu, em 2011, a proporção de 35,9 idosos (população com mais de 65 anos) por 100 jovens (população com menos de 15 anos). Entre 2001 e 2011, o Espírito Santo apresentou aumento de 16,3 p.p. no índice. Em 2011, o índice do Espírito Santo (35,9) se manteve próximo ao do Brasil (35,4), ambos em patamares inferiores ao Sudeste (43,2). Analisando o índice por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, verifica-se: as mulheres apresentaram índice superior ao dos homens (41,4 ante 30,6); a população branca também apresentou índice superior à população de outras etnias (47,0 ante 28,7); a população residente em áreas urbanas e em pequenos municípios tem maior proporção de idosos em relação a jovens que a população residente em áreas rurais e em grandes municípios.

Índice de envelhecimento por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



SAÚDE

Nesta seção são apresentados indicadores de Saúde elaborados com base nos dados do SIM/DATASUS (Banco de dados do Sistema Único de Saúde) e dados adicionais da Secretaria de Estado da Saúde (SESA-ES) e da PNAD. As informações selecionadas abordam seis temas: 1) nascimento, 2) mortalidade infantil, 3) profissionais e equipamentos, 4) mortalidade e internação por grupo de causas, 5) mortalidade por causas externas e internas, e 6) doenças transmissíveis (dengue e Aids).

A tendência manifestada pelas informações de nascimentos nos anos de 2001 e 2010 é a mesma no Brasil, Sudeste e Espírito Santo de acordo com o indicador analisado. Por um lado, embora a Organização Mundial da Saúde recomende que os partos cesáreos não devam ultrapassar 15% do total, as proporções desse procedimento que já eram bastante altas em 2001 (44,2%) cresceram mais em 2010 (60,8%). Por outro lado, houve diminuição da taxa bruta de natalidade e do percentual de mães com idade entre 15 e 19 anos.

Os indicadores de mortalidade infantil e pós-neonatal declinaram ao longo de suas respectivas séries históricas nas três unidades geográficas analisadas, refletindo os trabalhos integrados dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Além das alterações nos indicadores de nascimento e da redução da mortalidade infantil, merece destaque o acréscimo proporcional no número de profissionais da saúde (médicos por 1.000 habitantes e equipes de saúde da família por 10.000 habitantes) na população do Espírito Santo, do Sudeste e do Brasil.

Colocando em foco apenas o estado do Espírito Santo observa-se que o perfil das causas de mortalidade e internação não se alterou significativamente. Desagregada por gênero, etnia e idade a mortalidade por causas externas em 2010, assim como em 2001, se concentrou nos homens, nos não brancos e nos indivíduos com idade entre 15 e 34 anos.

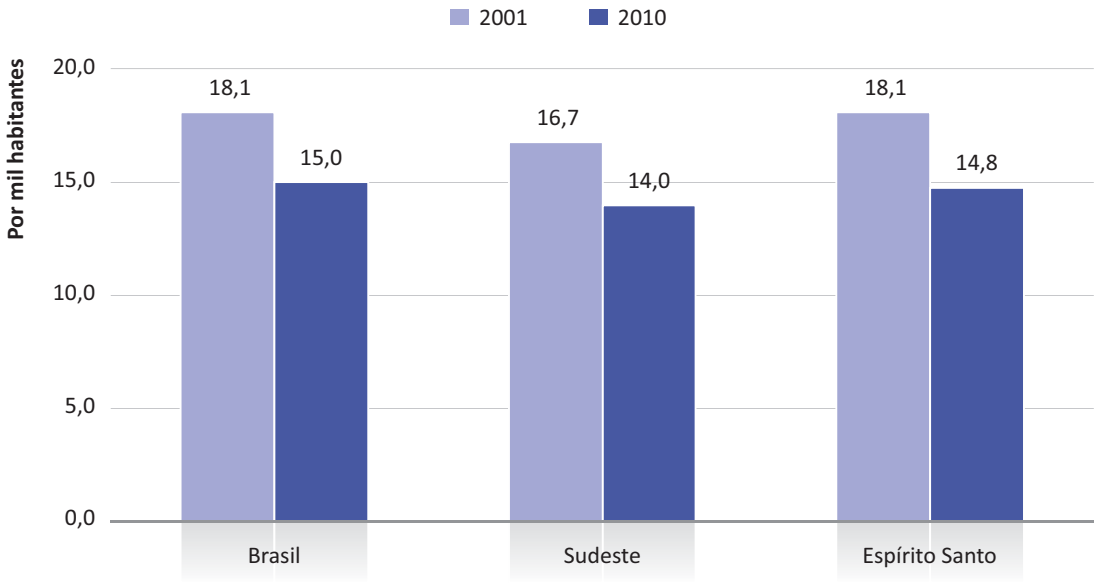
A série histórica com os casos notificados de dengue demonstra os anos com as maiores incidências e justifica a necessidade de ações integradas e incisivas no combate ao transmissor. Os casos diagnosticados de AIDS, analisados por gênero, apontam para maior ocorrência da doença na população masculina.

Por fim, a análise da situação exposta a partir dos indicadores selecionados assume particular relevância para mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à qualidade dos serviços e equipamentos de saúde. Segundo Santos-Filho (2007)[1] o desafio de um bom planejamento da Saúde Pública no Brasil perpassa o conhecimento dos principais indicadores, levando em consideração a realidade de cada unidade territorial.

[1] SANTOS-FILHO, S.B. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Ciênc. saíde coletiva [online], vol. 12, n.4, pp. 999-1010, 2007.

Informações sobre nascimentos

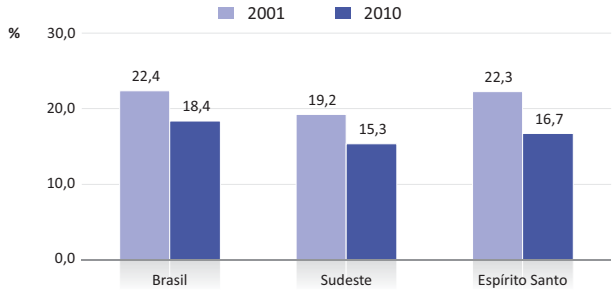
Taxa bruta de natalidade (por 1.000 habitantes), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

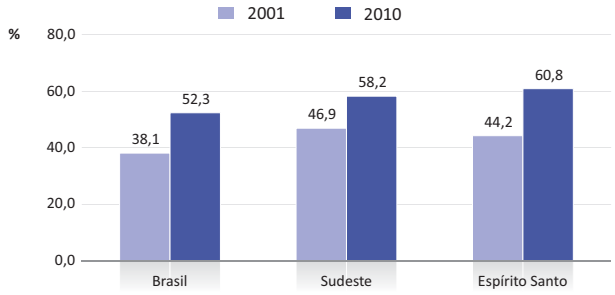
No Brasil, a taxa bruta de natalidade reduziu 3,1 por mil habitantes entre os anos 2001 e 2010. O Espírito Santo apresentou redução de 3,3 por mil. No Brasil a gravidez na faixa etária de 15 a 19 anos reduziu (4,0 p.p) de 2001 a 2010. A redução no Espírito Santo foi superior àquela registrada no Brasil e na Região Sudeste (5,6 p.p). Em relação ao percentual de partos cesáreos, Brasil, região Sudeste e Espírito Santo registraram altas taxas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os partos cesáreos não devem ultrapassar 15%. No Brasil o percentual aumentou de 38,1% para 52,3% dos partos, a Região Sudeste passou de 46,9% para 58,2% e o Espírito Santo passou de 44,2% (2001) para 60,8% (2010).

Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

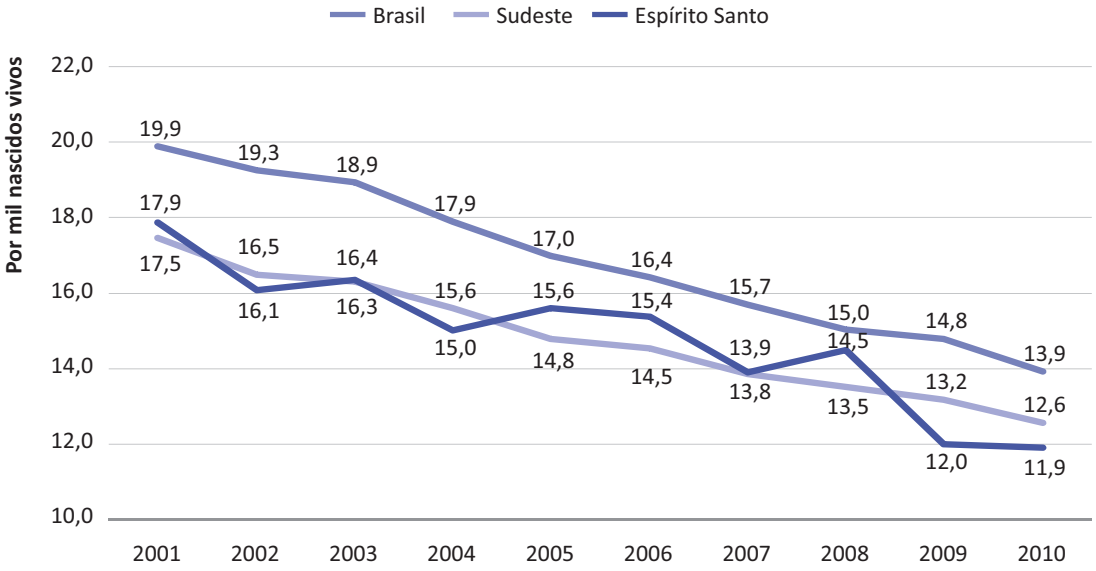
Percentual de partos cesáreos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Mortalidade infantil

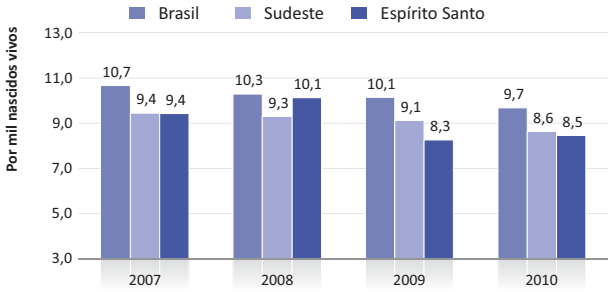
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de crianças menores de 1 ano, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

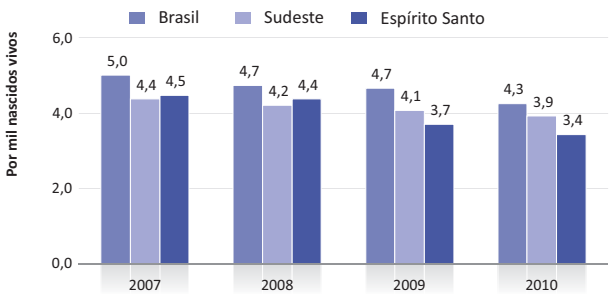
No Brasil a taxa de mortalidade infantil, de crianças menores de 1 ano, caiu (6,0 por mil nascidos vivos), no período entre 2001 e 2010. O Espírito Santo também reduziu em 6,0 por mil nascidos vivos a sua taxa, de 17,9 em 2001 para 11,9 em 2010. A taxa de mortalidade neonatal (óbitos de crianças com menos de 28 dias) no Brasil reduziu (1,0 por mil) no período entre 2007 e 2010. A região Sudeste reduziu em 0,8 por mil. No Espírito Santo a redução foi de 0,9 por mil. A taxa de mortalidade pós-neonatal seguiu a mesma tendência. Comparativamente o Espírito Santo apresentou a maior redução de 4,5 para 3,4 por mil nascidos vivos.

Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

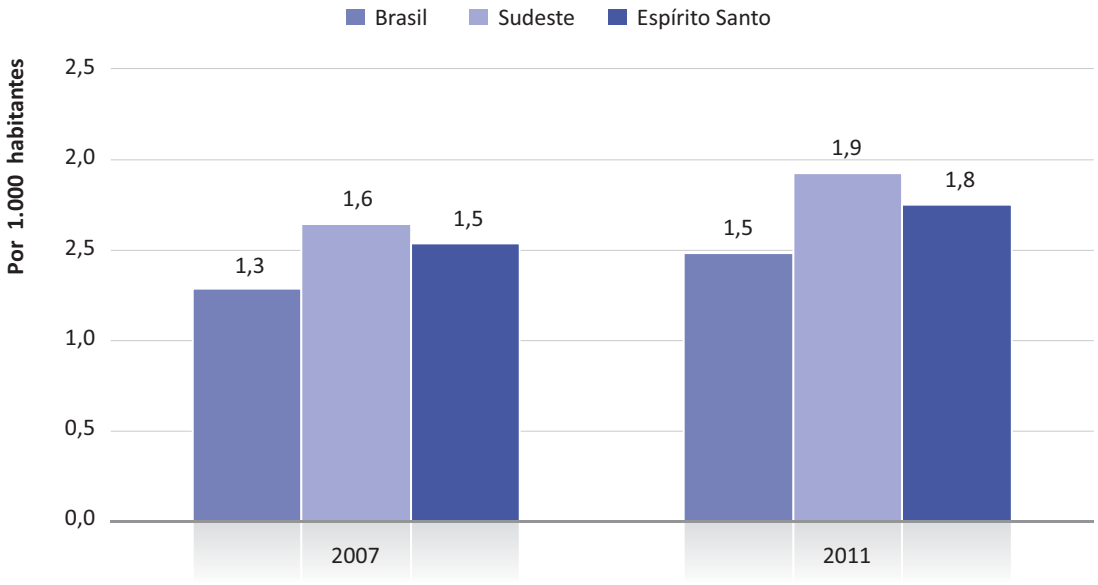
Taxa de mortalidade pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Profissionais e equipamentos

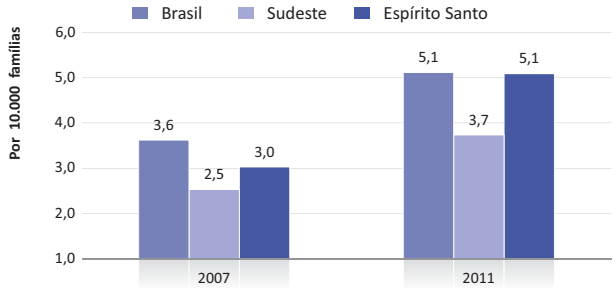
Proporção de médicos por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2011



Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES/DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

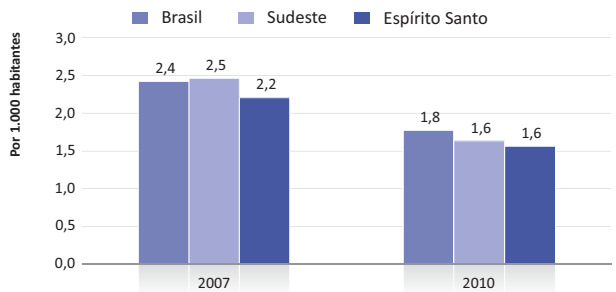
Em 2011, o número de médicos por mil habitantes no Espírito Santo (1,8) foi superior ao do Brasil (1,5) e ficou abaixo da região Sudeste (1,9). Nesse mesmo ano, a proporção de equipes de Saúde da Família por 10 mil habitantes no Espírito Santo (5,1) foi idêntica a do Brasil e superior a da região Sudeste (3,7). Em relação ao número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) por mil habitantes, no ano de 2010, o Estado apresentou (1,6), número idêntico ao da região Sudeste e menor que o do Brasil (1,8).

Proporção de equipes de saúde da família por 10.000 famílias, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 e 2011



Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES/DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

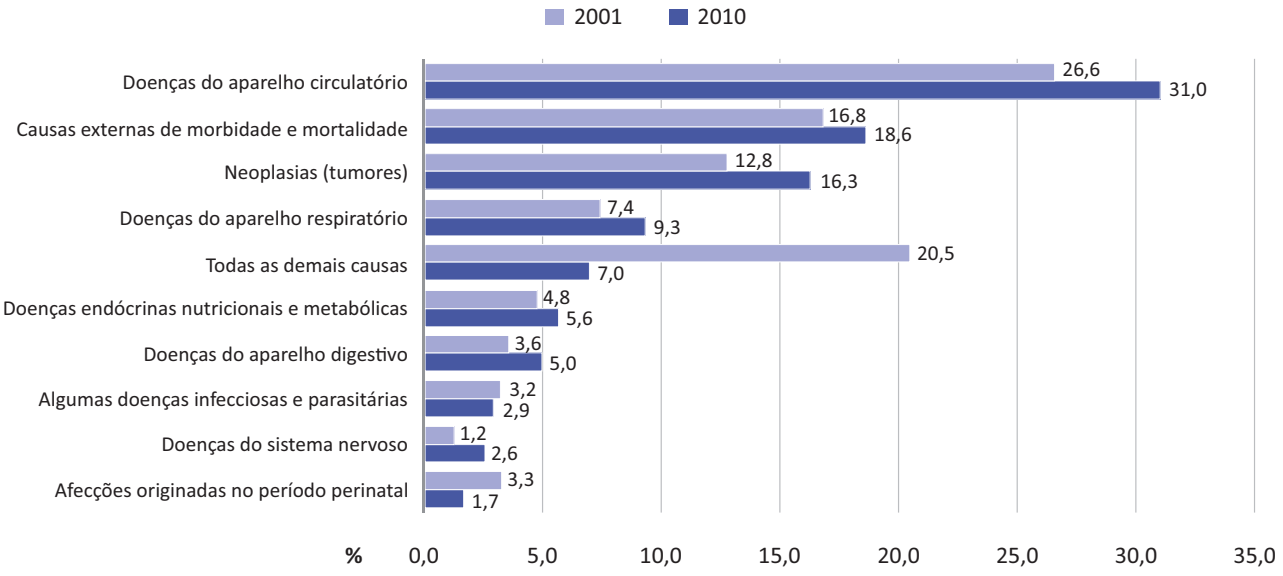
Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2010



Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES/DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Mortalidade e internação por grupo de causas

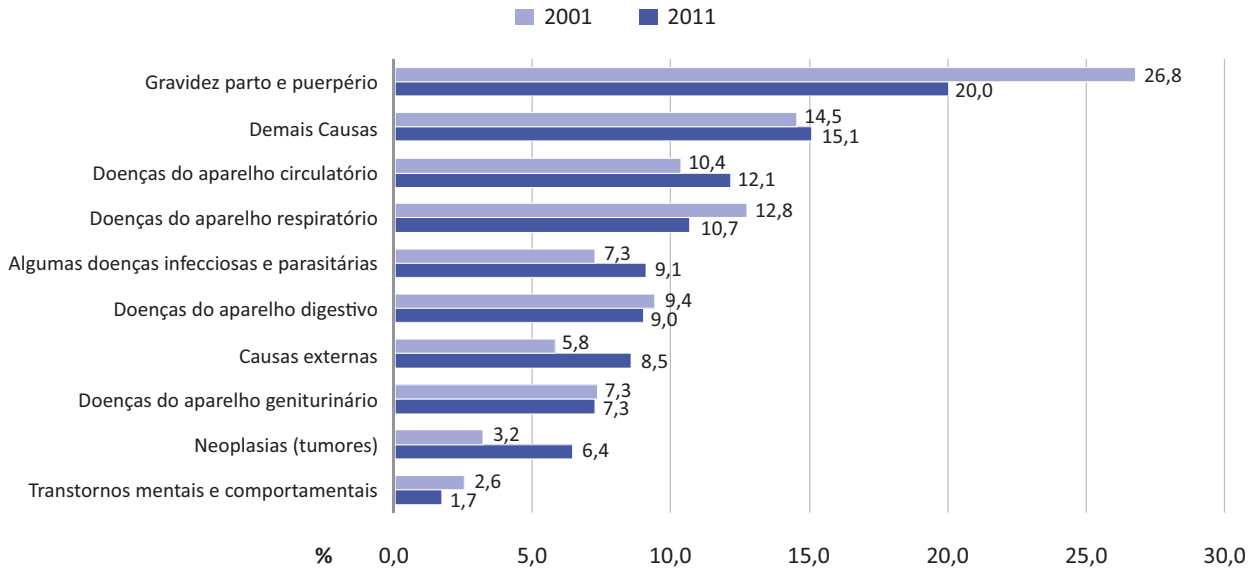
Mortalidade proporcional por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

No Espírito Santo a maior parte dos óbitos registrados em 2010 foi por doenças do aparelho circulatório (31,0%), em seguida por causas externas (18,6%) e por Neoplasias (16,3%). Em relação à internação as principais causas registradas em 2011 foram: gravidez, parto e puerpério (20,0%), demais causas (15,1%), doenças do aparelho circulatório (12,1%) e doenças do aparelho respiratório (10,7%).

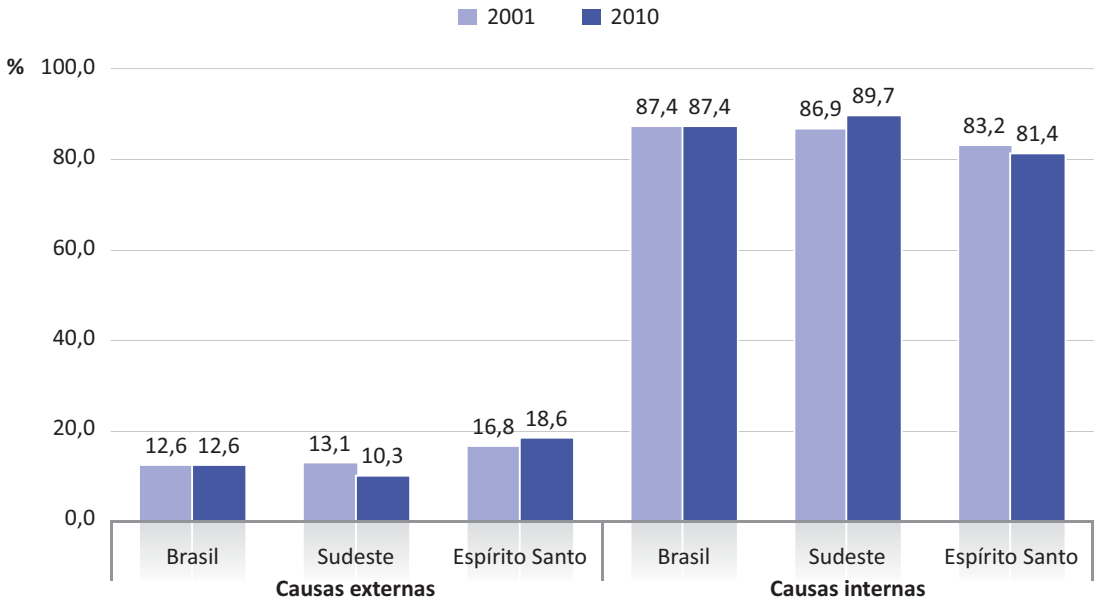
Internação por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Mortalidade: causas externas e causas internas

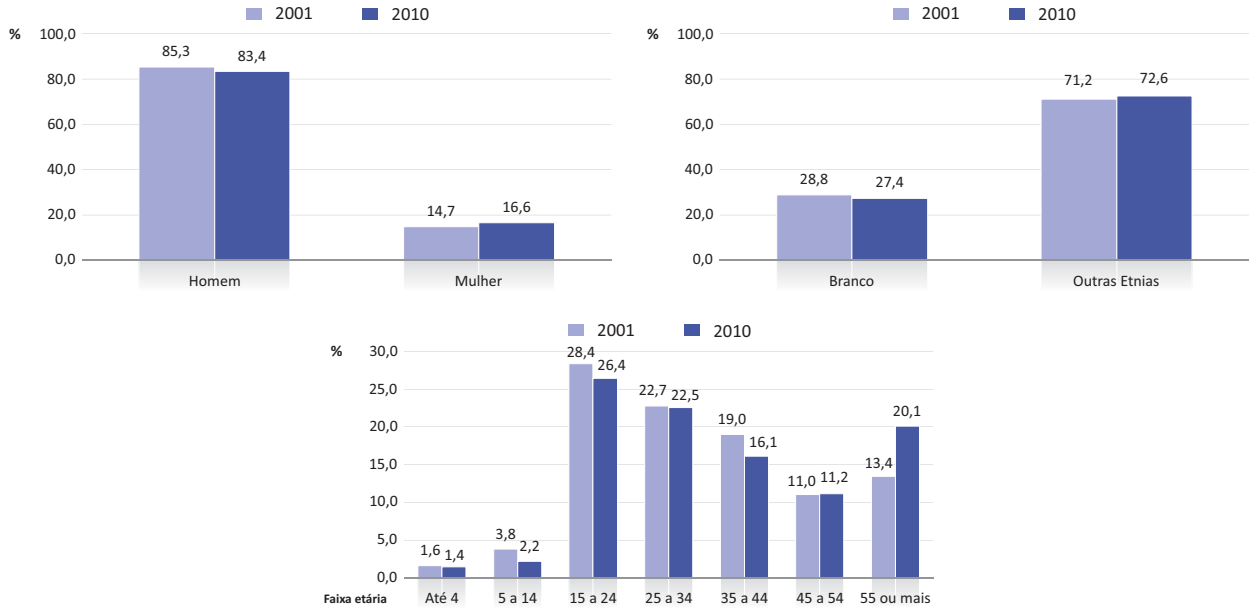
Participação percentual da mortalidade por causas externas e causas internas na mortalidade geral, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

A mortalidade foi observada por dois grandes grupos de causas: internas e externas. Em 2010, o percentual de morte por causas internas no Espírito Santo foi de 81,4%, valor abaixo da média do Brasil (87,4%) e Sudeste (89,7%). Nesse mesmo ano, o Espírito Santo (18,6%) ficou acima da média brasileira (12,6%) e da região Sudeste (10,3%) se comparados aos percentuais de mortes por causas externas. No Espírito Santo os dados de mortes por causas externas por gênero e cor ou raça de 2010, revelaram a que a maioria ocorreu entre pessoas de sexo masculino (83,4%) e auto declaradas em outras etnias (72,6%). As vítimas se concentraram na faixa etária de 15 a 24 anos e 25 a 34 anos, somando 48,9% de total de mortes por causas externas.

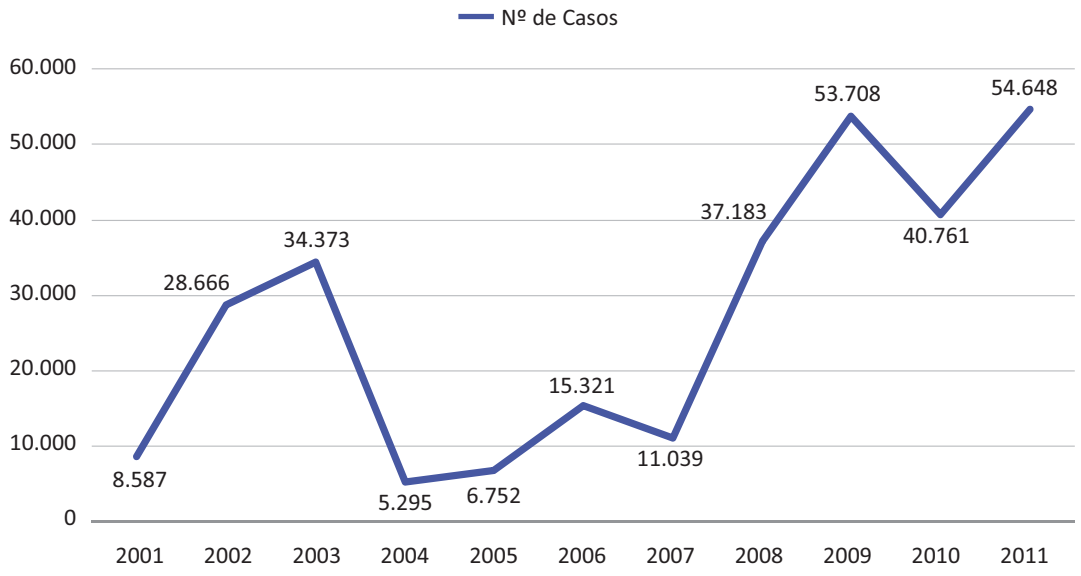
Participação percentual da mortalidade por causas externas, por gênero, cor e faixa etária, Espírito Santo, 2001 e 2010



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – DATASUS. Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Doenças transmissíveis

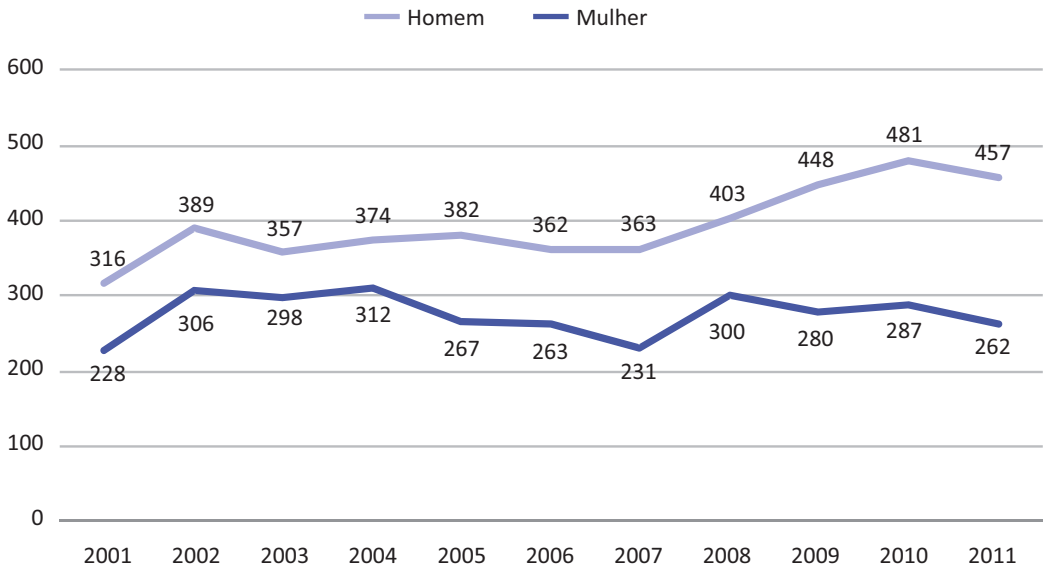
Casos notificados de dengue, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SESA (Situação Epidemiológica – 2012). Elaboração: IJSN – CEE/CES.

Em 2011 o Espírito Santo registrou um aumento do número de casos notificados de dengue de 34,1%, comparativamente ao ano de 2010. O dado é relevante e aponta as necessidades para a intensificação dos trabalhos de combate à dengue. Em relação aos casos de AIDS, o número de homens que contraíram a doença reduziu 5%, passando de 481 em 2010 para 457 casos em 2011, o número de mulheres que contraíram AIDS em 2011 (262) foi 8,7% menor que o de 2010 (287).

Número de casos de AIDS segundo ano de diagnóstico por gênero, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde/Datasus. Elaboração: IJSN – CEE/CES.



MERCADO DE TRABALHO

Esta seção da Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo tem como objetivo apresentar o desempenho do mercado de trabalho capixaba de 2001 a 2011, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

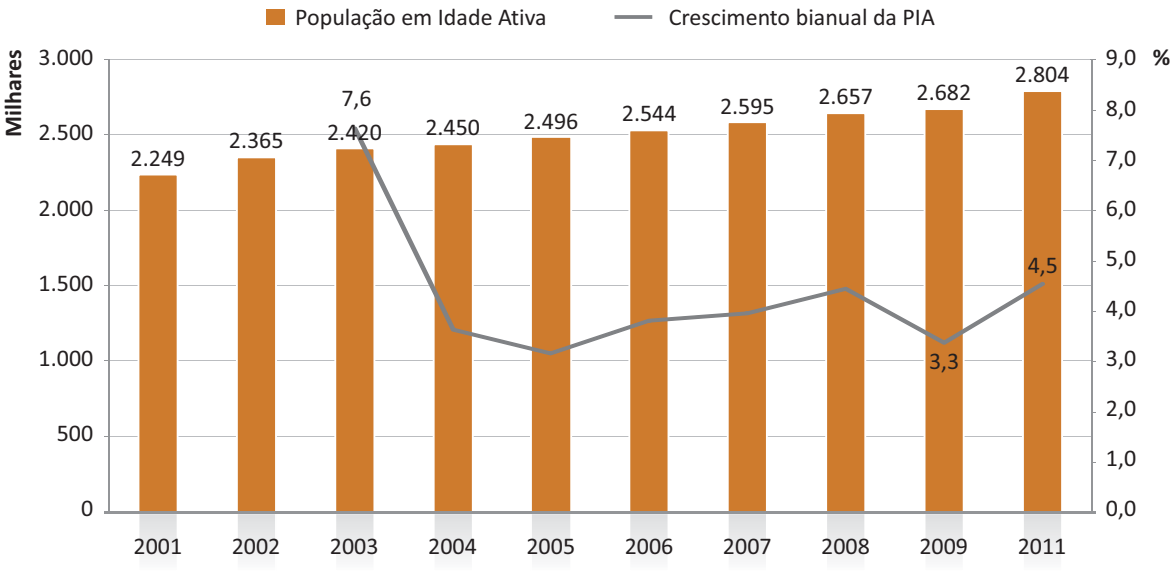
Em 2011, o Espírito Santo contabilizou uma população residente de 3,6 milhões de pessoas, sendo que 77,8% da população, ou seja, 2,8 milhões compreendem a População em Idade Ativa (PIA) do estado, que se refere às pessoas teoricamente aptas a exercer alguma atividade econômica. Ao longo do período de 2001 a 2011 a PIA apresentou tendência crescente, com variações bianuais médias de 4,3%. Em 2011, com relação a 2009, verificou-se o ingresso de 121 mil pessoas na PIA. No entanto, a maior parte dessa população alocou-se na População Não Economicamente Ativa (PNEA), que apresentou elevação de 101 mil indivíduos. Tal fato, fez com que não ocorresse em 2011 uma grande pressão da oferta de mão de obra sobre o total de postos de trabalho disponíveis.

Esse comportamento impactou na taxa de atividade do estado, que atingiu 69,4%, o menor valor da série histórica. Além disso, a baixa oferta de mão de obra criou condições para que a demanda por mão de obra fosse superior à elevação da PEA (mais 23 mil indivíduos ocupados em 2011), que consequentemente melhorou a taxa de ocupação (92,4%), com aumento nos índices de ocupação para a população jovem de 15 a 17 anos e de 18 a 19 anos de idade.

No mais o conjunto de informações aqui apresentadas mostra que o desempenho do mercado de trabalho capixaba foi bastante satisfatório, prosseguindo a trajetória de queda da informalidade e de aumento da renda média do trabalho. Constata-se, além disso, uma mudança estrutural do mercado de trabalho em relação à educação, refletida no aumento de participação dos trabalhadores mais escolarizados em detrimento dos menos escolarizados.

População em idade ativa (PIA)

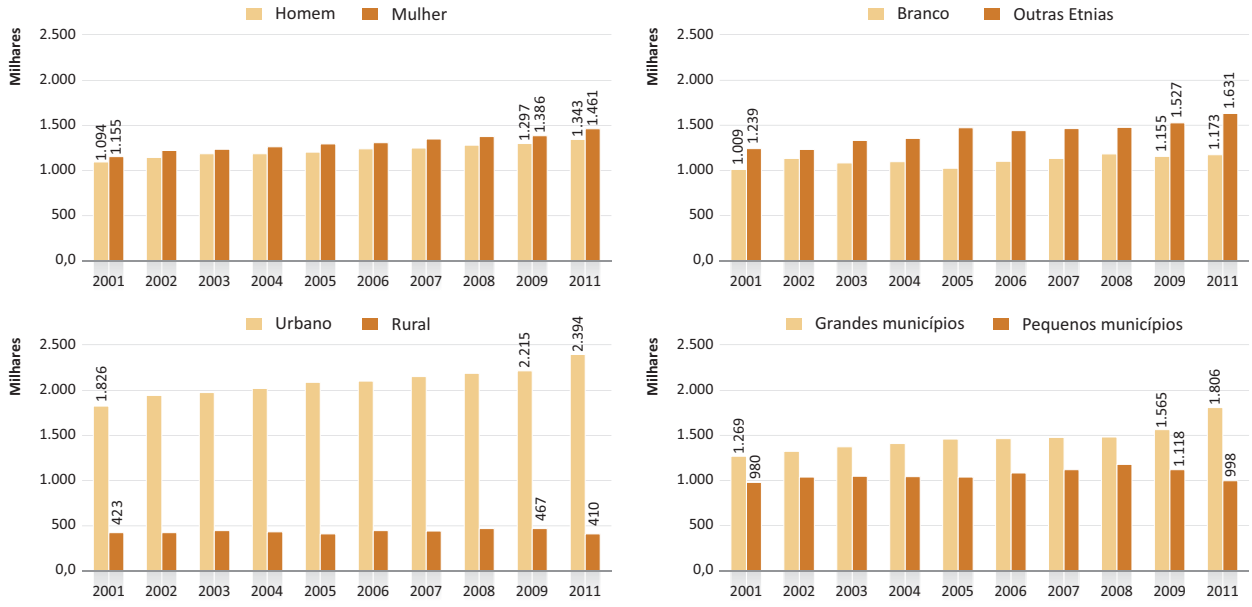
População em idade ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A População em Idade Ativa (PIA) do Espírito Santo cresceu 4,5% na comparação de 2011 com 2009, alcançando o montante de 2.804 mil pessoas em idade propícia ao trabalho. O resultado representou o segundo maior crescimento da PIA na série histórica, menor apenas que o aumento ocorrido em 2003 com relação a 2001 (7,6%). O crescimento foi decorrente da elevação da PIA nos grandes municípios e na área urbana, visto que nos pequenos municípios e na área rural observa-se uma diminuição da PIA. Em relação ao gênero e a cor, em toda a série histórica observa-se a predominância das mulheres em relação aos homens e das outras etnias na comparação com os brancos, que alcançaram em 2011 o total de 1.461 mil mulheres e 1.631 mil indivíduos de outras etnias.

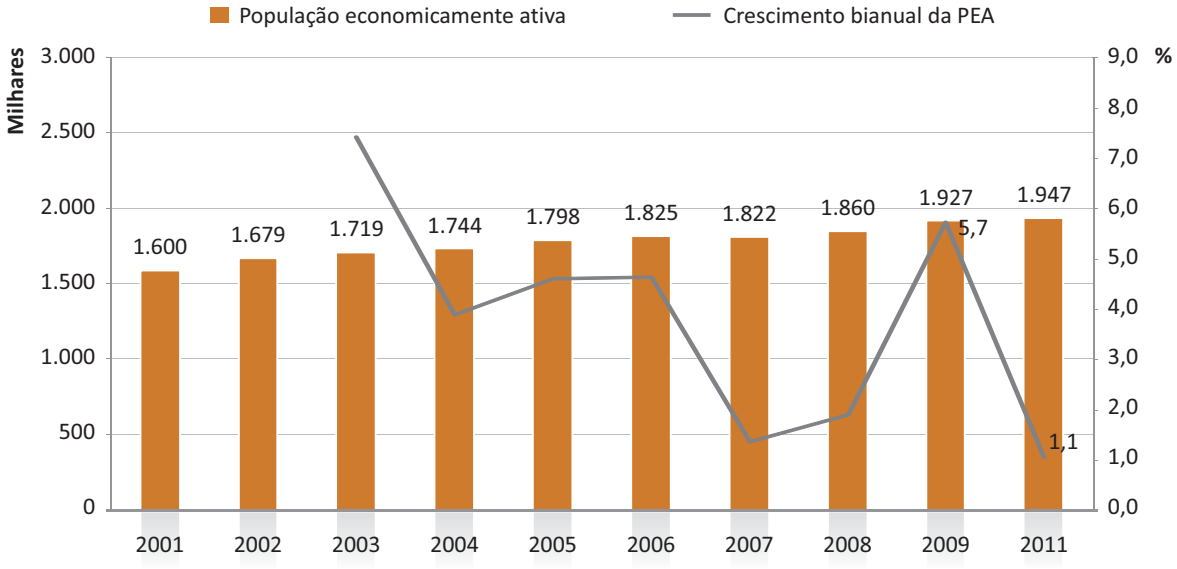
População em idade ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

População economicamente ativa (PEA)

População economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A População Economicamente Ativa (PEA) alcançou no ano de 2011 total de 1.947 mil pessoas. Apesar do elevado crescimento observado na PIA, entre 2009 e 2011 a PEA cresceu apenas 1,1%, o menor crescimento na série histórica. A análise por cor indicou maior participação de indivíduos de outras etnias, que representavam 55,3% em 2001 e passaram para 58,6% em 2011. Em relação ao gênero, a participação dos homens na PEA foi superior às mulheres em todo o período. Observa-se também uma concentração da PEA na área urbana, esta que em 2011 atingiu o patamar de 1.640 mil indivíduos. No que tange ao tamanho do município, verificou-se um crescimento significativo da PEA nos grandes municípios, representando 63,9% em 2011, por outro lado, os pequenos municípios incorreram em diminuição da sua PEA, com redução de mais de 100 mil indivíduos de 2009 a 2011.

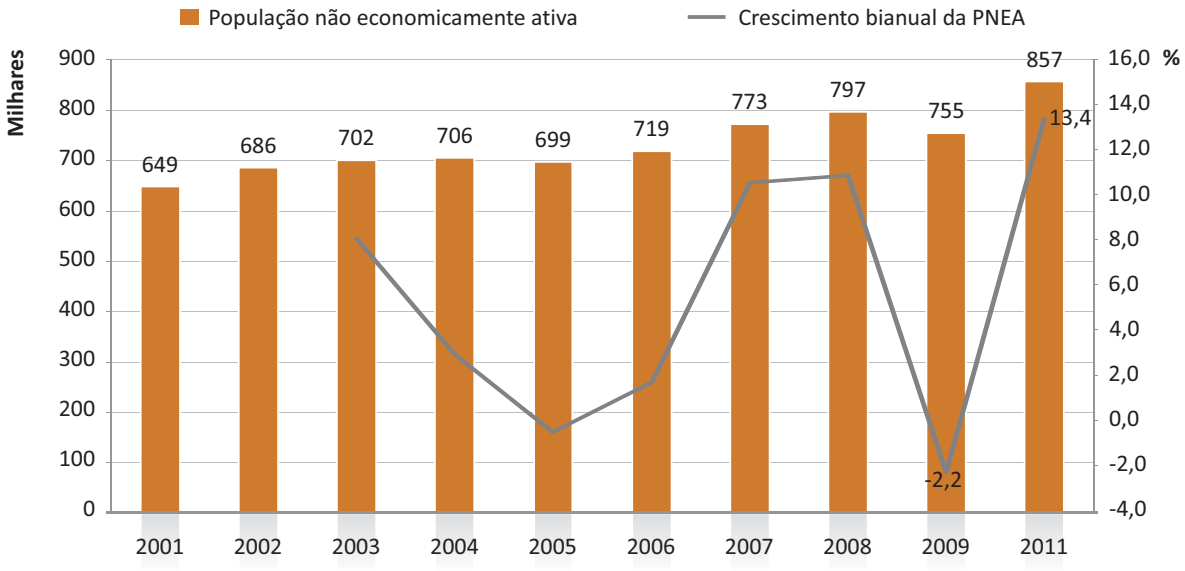
População economicamente ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

População não economicamente ativa (PNEA)

População não economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Após a queda de 2,2% ocorrida em 2009 com relação 2007, a População Não Economicamente Ativa (PNEA) tornou a cresce em 2011 (13,4%), contabilizando 857 mil pessoas de idade ativa fora do mercado de trabalho. Assim, observa-se que o crescimento da PIA, em sua maior parte foi alocado na PNEA. Verifica-se o crescimento em ambos os gêneros e cor, mas tendo maior intensidade nos indivíduos de outras etnias e nas mulheres, que com o crescimento de 14,7% em 2011, passaram a representar 69,6% da PNEA. A área urbana concentrou 88,0%, isto é, 754 mil indivíduos não economicamente ativos, enquanto que nos grandes municípios essa proporção foi de 65,4% em 2011.

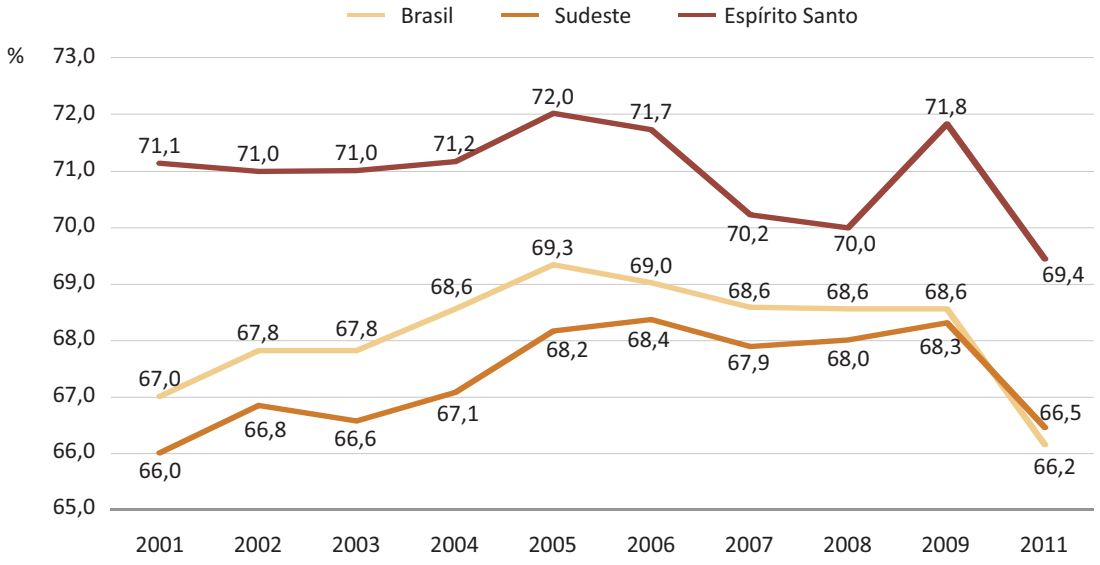
População não economicamente ativa por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Taxa de atividade

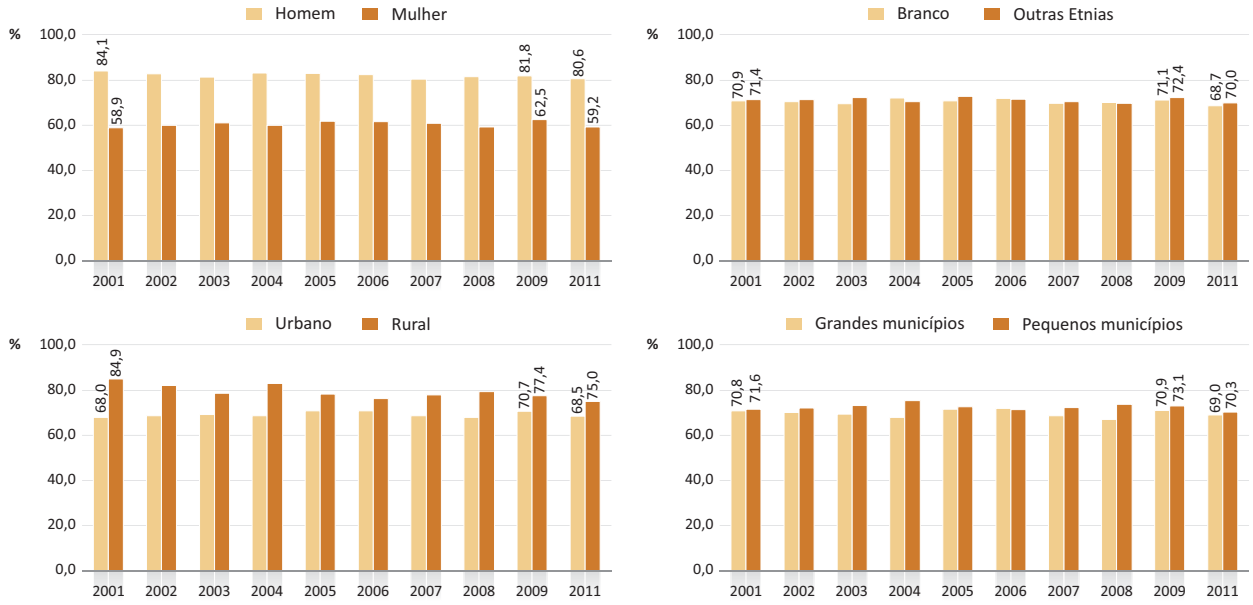
Taxa de atividade (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O maior crescimento da PNEA em detrimento da PEA impactou na queda da taxa de atividade do Espírito Santo, que passou de 71,8% em 2009 para 69,4% em 2011, representando o menor valor da série histórica. Ainda assim, o estado se manteve acima das taxas apresentadas pela região Sudeste (66,5%) e Brasil (66,2%), as quais também apresentaram o mesmo comportamento de queda em 2011. A análise por gênero indicou maior taxa de atividade para os homens (80,6%), superior em 21,4 p.p. em relação às mulheres no ano de 2011. A população residente na área rural também apresentou uma taxa de atividade superior à área urbana, sendo de 75,0% para o primeiro e 68,5% para o segundo. Já para a comparação entre cor e tamanho do município de residência não ocorreram diferenças significativas na participação da população no mercado de trabalho.

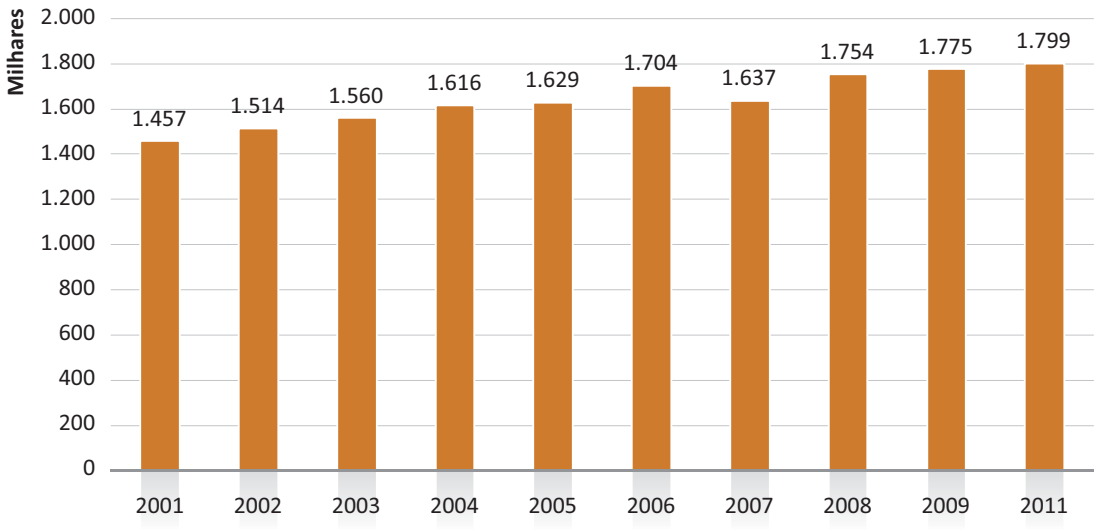
Taxa de atividade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

População ocupada

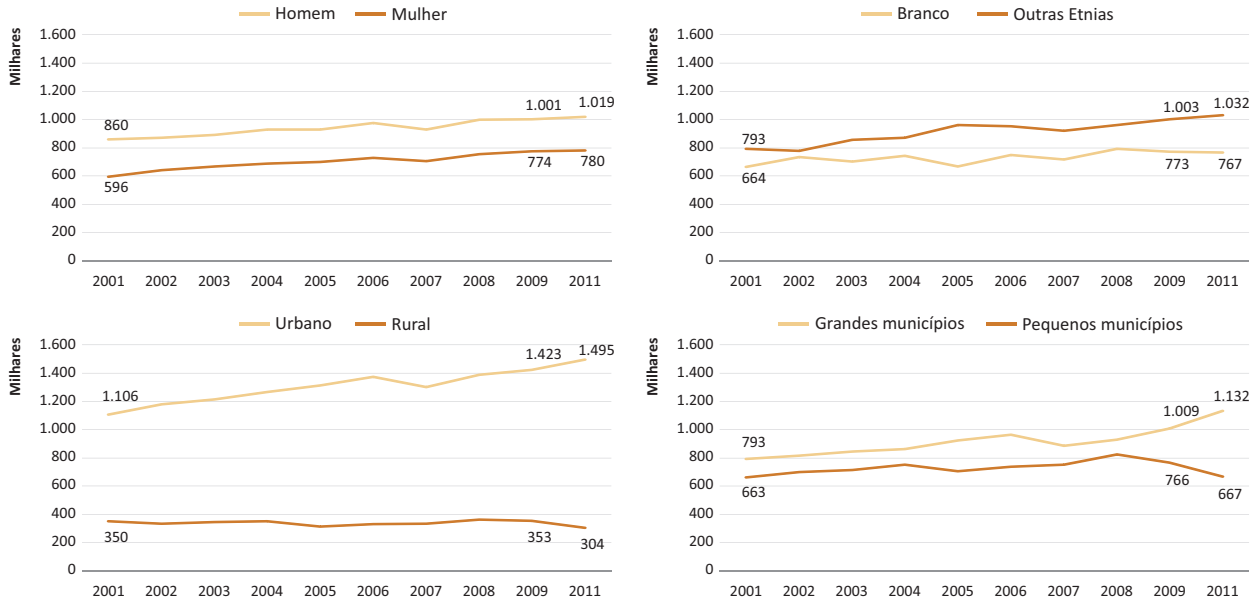
Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Entre 2001 e 2011, o Espírito Santo apresentou trajetória ascendente no número de pessoas ocupadas. Em 2011, o total de pessoas ocupadas atingiu 1.799 mil pessoas, 24 mil a mais que em 2009 e 342 mil a mais comparativamente a 2001. Tanto os homens como as mulheres apresentaram crescimento no número de ocupados de 2011 em relação a 2009, mantendo inalterada a participação sobre o total de ocupados (56% para os homens e 43% para as mulheres). Por outro lado, nas outras desagregações analisadas registrou-se queda no número de ocupados dos indivíduos autodeclarados brancos (-6 mil), residentes da área rural (-49 mil) e dos pequenos municípios (-99 mil); em contrapartida ao aumento dos indivíduos de outras etnias (+29 mil), da área urbana (+72 mil) e dos grandes municípios (+123 mil).

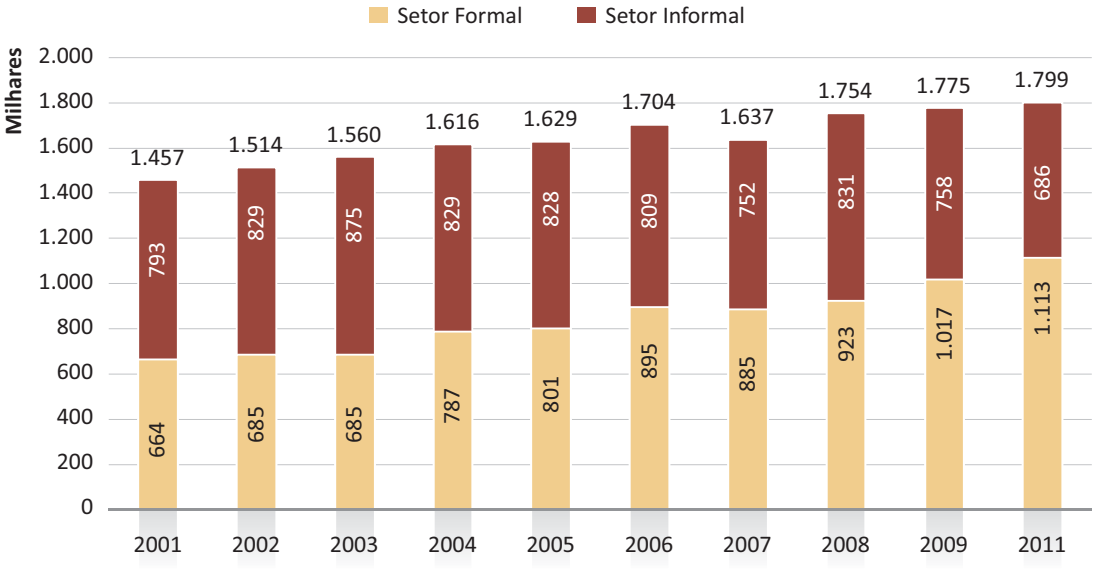
Número de ocupados por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

População ocupada por setor formal e informal

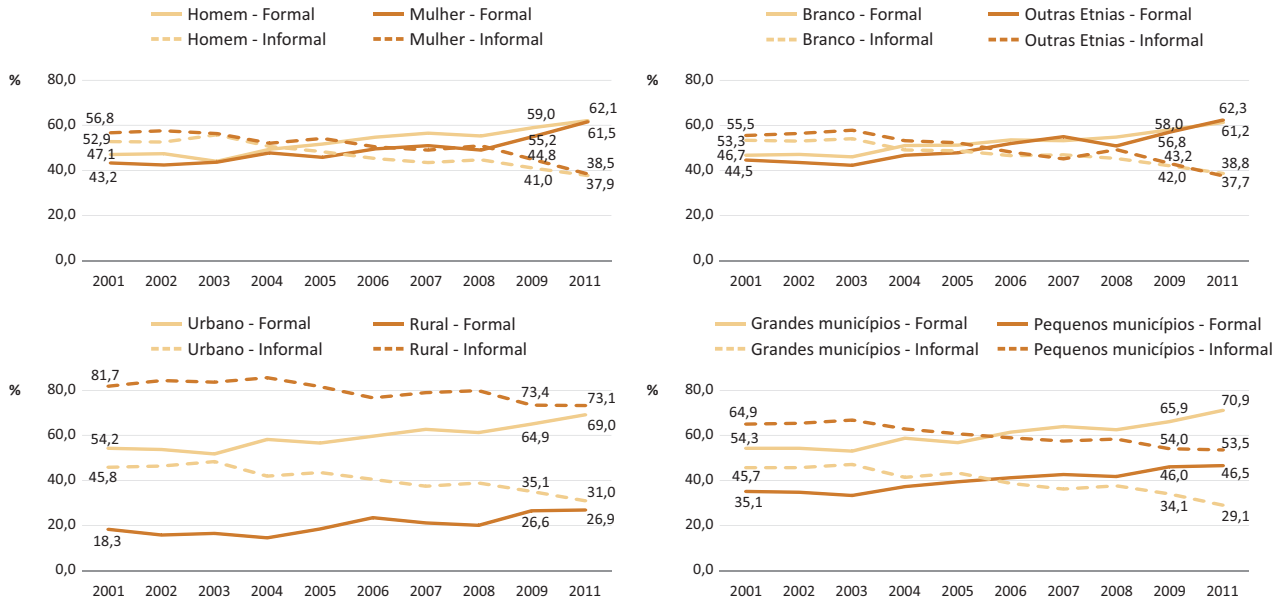
Número de pessoas ocupadas por setor formal e informal (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2011, dos 1.799 mil indivíduos ocupados no mercado de trabalho capixaba, 1.113, ou seja, 61,8% estavam inseridos no setor formal. Resultado que representa o maior valor de toda a série analisada. Cerca de 690 mil trabalhadores continuam na condição de informalidade, que tem na área rural e nos pequenos municípios a sua maior representatividade, nestes locais a informalidade supera a inserção por meio formal, sendo de 73,1% de informais na área rural e de 53,5% nos pequenos municípios. No que tange a características dos trabalhadores, observa-se que as mulheres e os indivíduos de outras etnias, que em geral, possuíam menor formalidade no mercado de trabalho comparativamente aos homens e aos brancos, em 2011 atingiram o mesmo patamar destes na formalidade, sendo de: 61,5% para as mulheres, 62,1% para os homens, 61,2% para os brancos e 62,3% os de outras etnias.

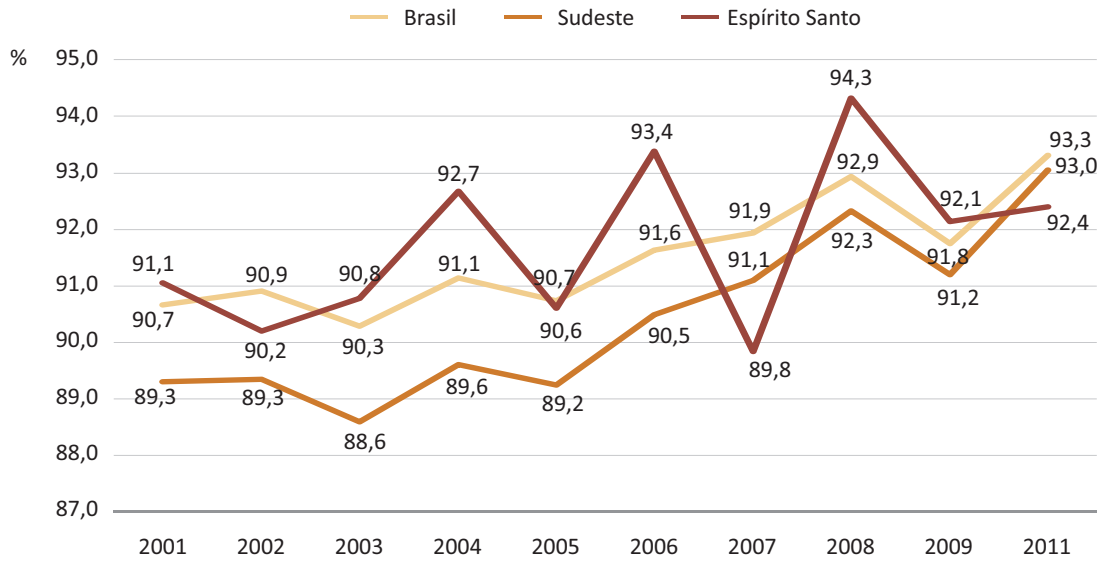
Porcentagem de pessoas ocupadas por setor formal e informal por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Taxa de ocupação

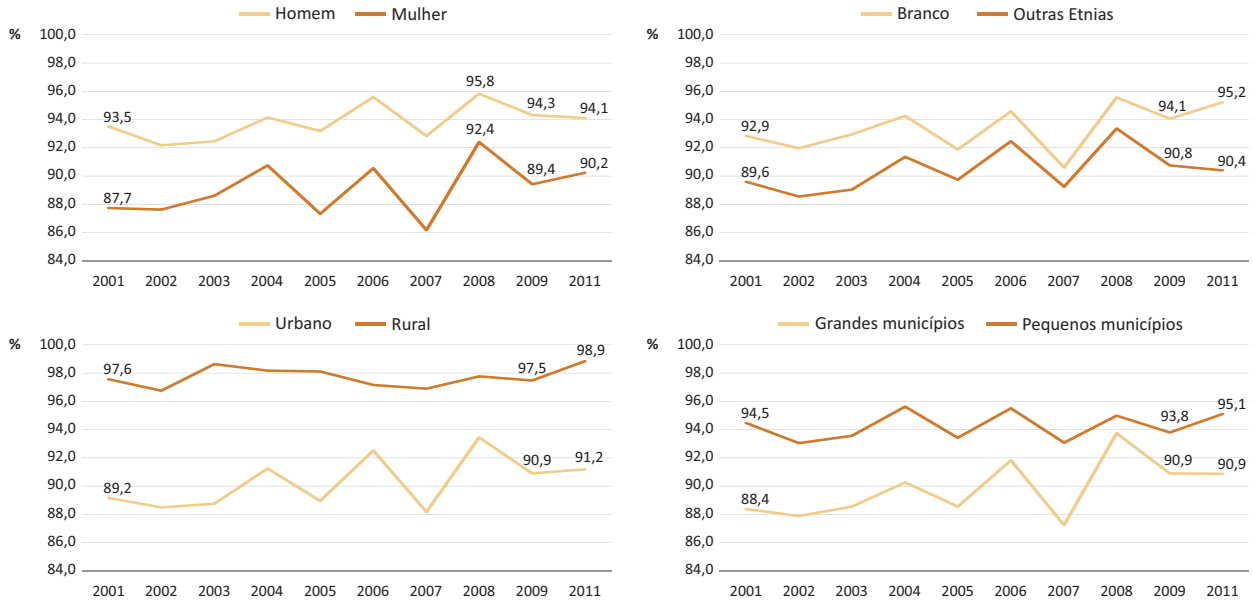
Taxa de ocupação (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2011, o nível de ocupação para o Espírito Santo (92,4%) ficou abaixo aos valores apresentados pela região Sudeste (93,0%) e Brasil (93,3%), embora tenha aumentado a ocupação em relação a 2009. O Espírito Santo apresentou trajetória bastante instável ao logo do período analisado, oscilando entre 89,8% (2007) e 94,3% (2008). Essa instabilidade se mostrou mais intensa na área urbana do estado, nos grandes municípios e entre as mulheres. A análise por cor ou raça registrou maior ocupação para os brancos em todo o período na comparação com outras etnias, com essa diferença aumentando em 2011 para 4,8 p.p.. Os homens também registraram taxa de ocupação superior às mulheres em todo o período, mas a diferença vem diminuindo, em 2001 era de 5,8 p.p., passou para 4,9 p.p. em 2009 e em 2011 registrou 3,9 p.p..

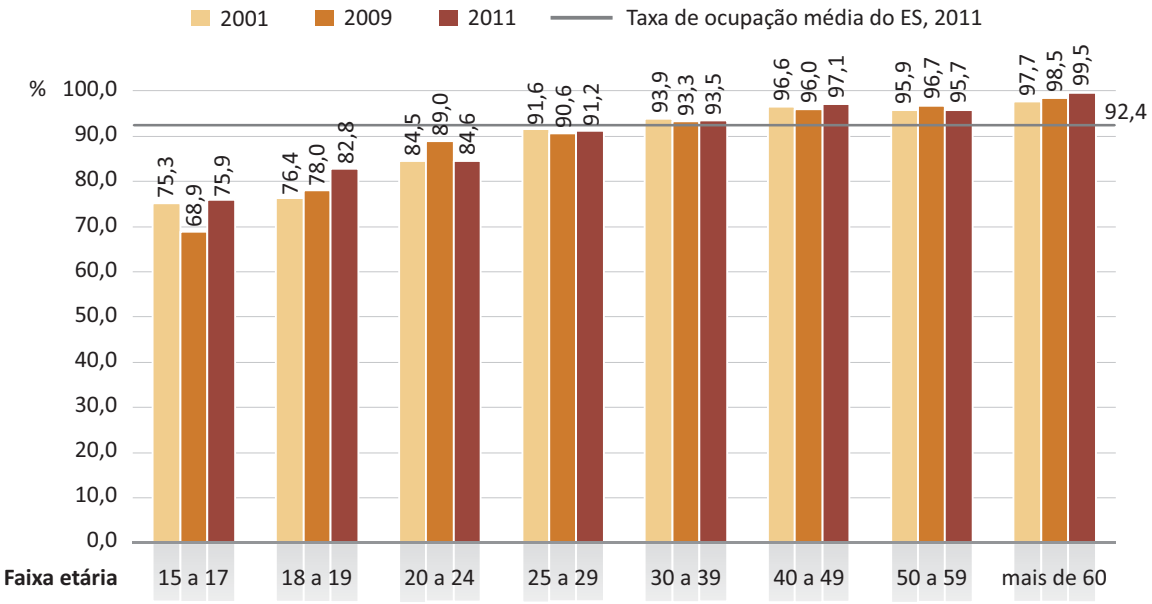
Taxa de ocupação por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Ocupação segundo faixa etária

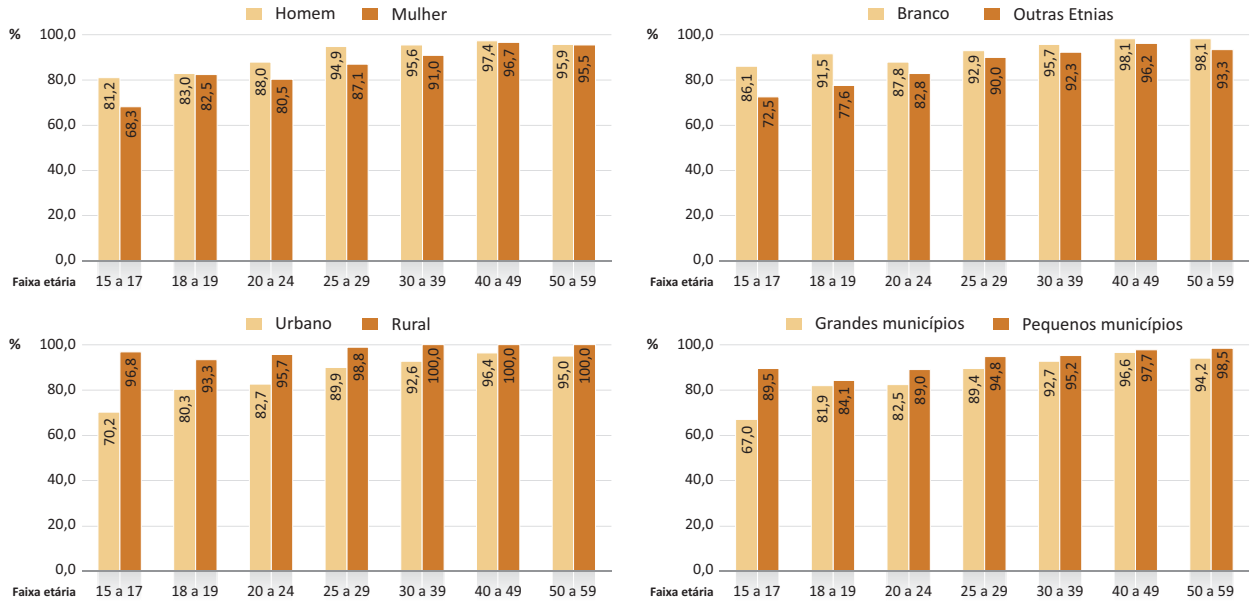
Taxa de ocupação segundo faixa etária, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em todos os períodos observa-se que as faixas etárias acima de 30 anos de idade tiveram taxa de ocupação superior à média geral do estado (que foi 91,1% em 2001, 92,1% em 2009 e 92,4% em 2011), enquanto a população mais jovem ficou abaixo. O menor valor foi observado na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, que registrou 75,9% em 2011, nível superior aos dados de 2001 (75,3%) e 2009 (68,9%). Ainda na faixa etária de 15 a 17 anos, observa-se uma menor ocupação das mulheres (68,3%), de outras etnias (72,5%), da área urbana (70,2%) e nos grandes municípios (67,0%). A área rural registrou as maiores taxas de ocupação, tendo 100% da população economicamente ativa acima de 30 anos empregada.

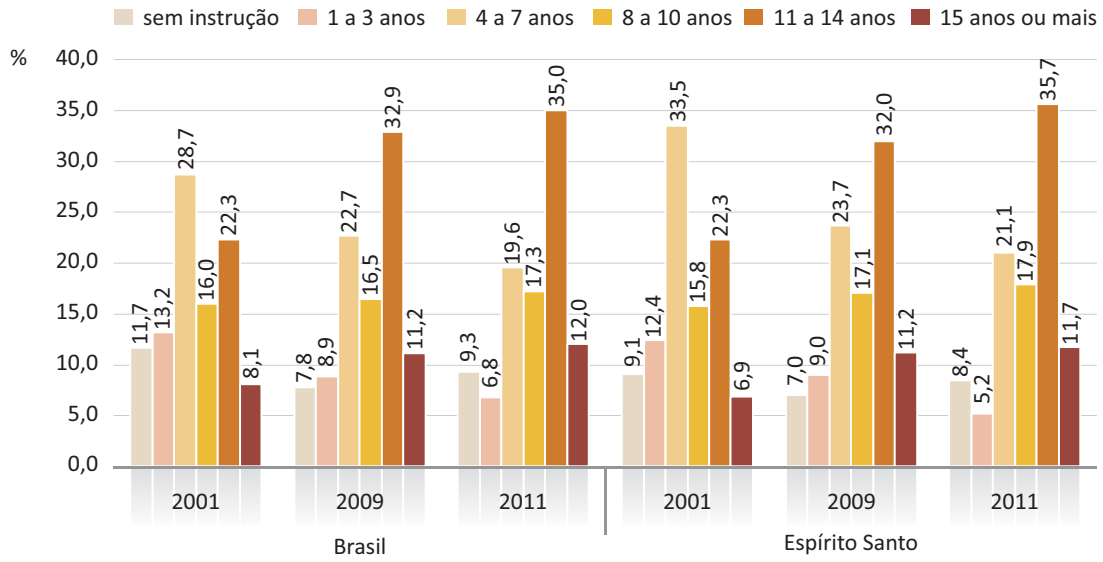
Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Ocupação segundo anos de estudo

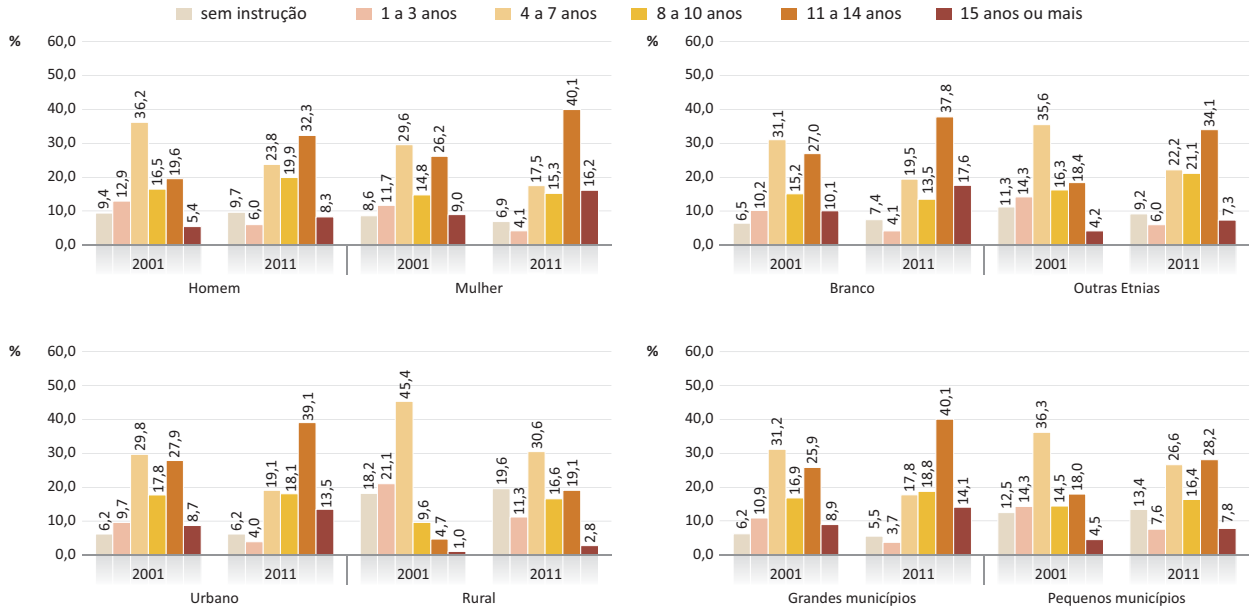
Taxa de ocupação (15 anos ou mais) segundo anos de estudo, Brasil e Espírito Santo, 2001, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O ano de 2011 mostra a continuidade de uma mudança que vem ocorrendo ao longo dos anos no mercado de trabalho, caracterizada por uma diminuição da ocupação dos indivíduos com menor escolaridade, em contrapartida a um aumento para os mais escolarizados. Movimento evidenciado tanto para o Brasil como no Espírito Santo. Em 2011, verificou-se um aumento na ocupação dos indivíduos com fundamental completo e médio incompleto (8 a 10 anos), com ensino médio completo e superior incompleto (11 a 14 anos) e superior completo e mais anos de estudo (15 anos ou mais) tanto com relação a 2001 como a 2009. As mulheres apresentaram uma maior taxa de ocupação para elevados níveis de escolaridade (11 anos ou mais de estudo). Na área rural observou-se uma queda na participação dos indivíduos com ensino fundamental incompleto (4 a 7 anos), passando de 45,4% em 2001 para 30,6% em 2011, em contrapartida a um aumento das pessoas com 8 anos ou mais de estudo.

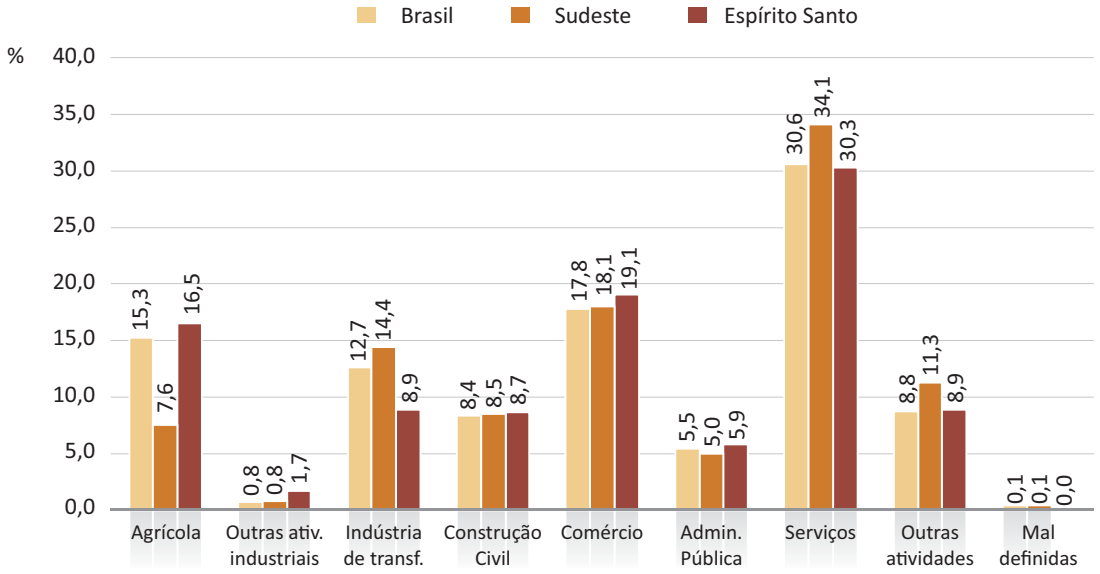
Taxa de ocupação segundo anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Ocupação por atividade econômica

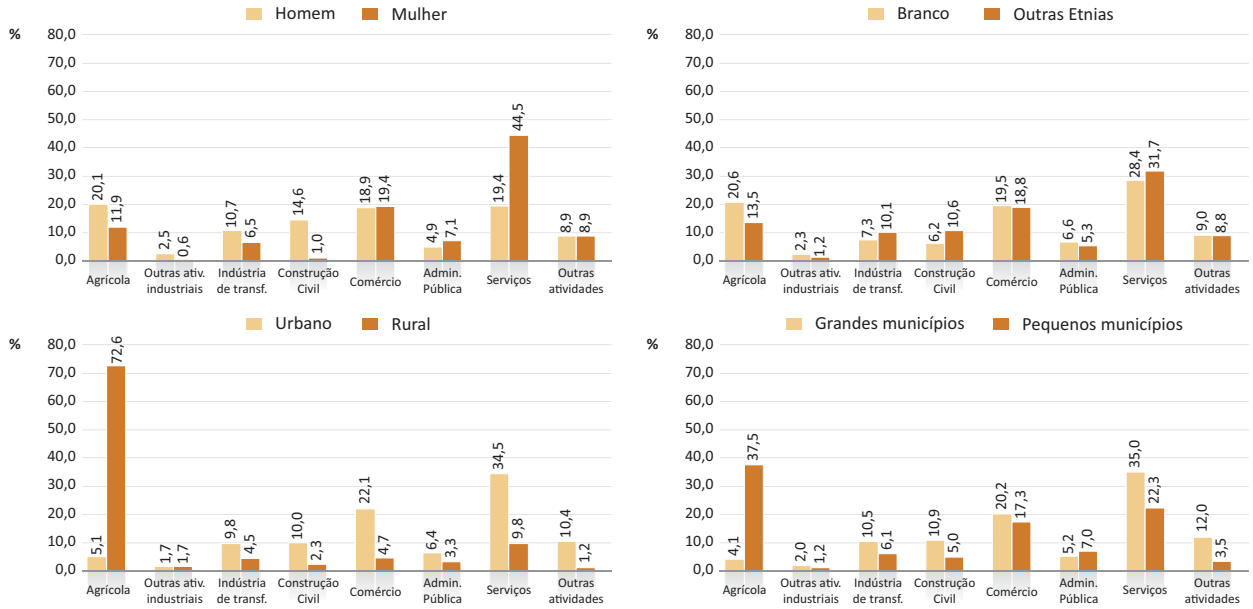
Distribuição da ocupação segundo ramos de atividade econômica, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2011, a análise da distribuição segundo atividade econômica apresentou um maior percentual de trabalhadores capixabas alocadas nos setores de Serviços (30,3%), Comércio (19,1%) e Agrícola (16,5%). Na comparação com Brasil e Sudeste, o Espírito Santo se destaca com um maior percentual nos setores Agrícola, Outras atividades industriais, Construção Civil, Comércio e Administração Pública. Na análise por gênero, observou-se uma alta alocação das mulheres no setor de Serviços (44,5%), enquanto o principal setor para os homens foi o Agrícola (20,1%). No que tange a situação do domicílio e ao tamanho do município, o setor Agrícola destacou-se como importante empregador da mão de obra na área rural e nos pequenos municípios, correspondendo a 72,6% e 37,5%, respectivamente.

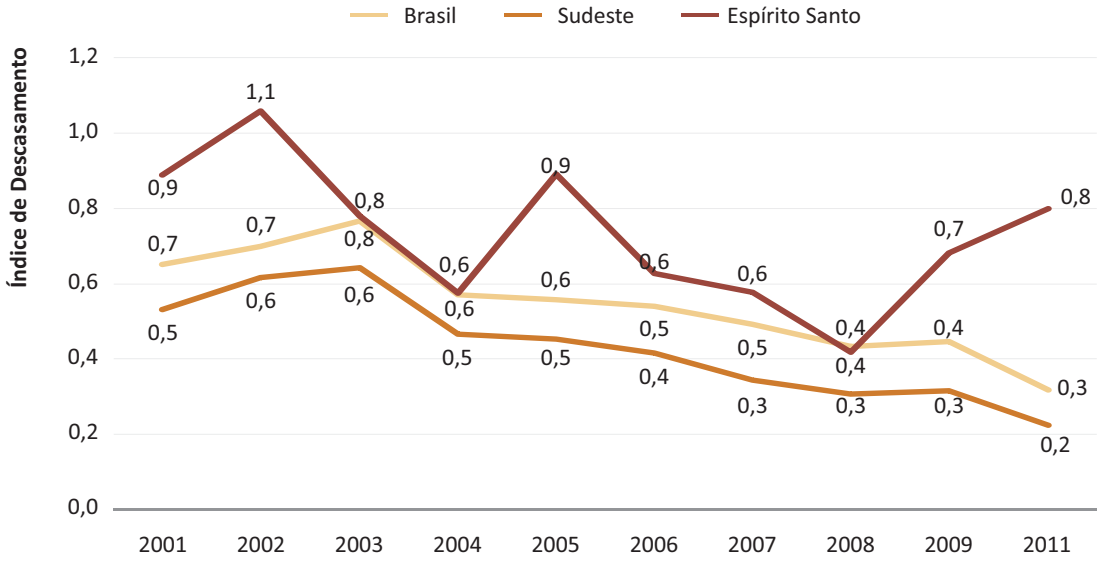
Distribuição da ocupação segundo ramos de atividade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Índice de descasamento

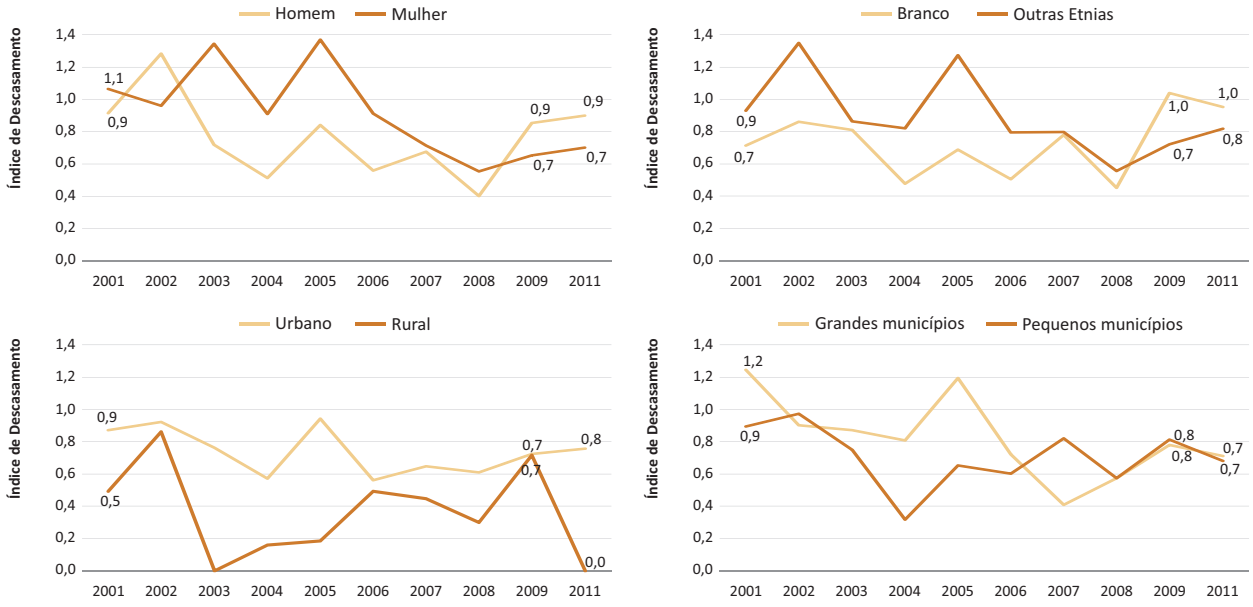
Índice de descasamento para a população de 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O índice de descasamento para o Espírito Santo durante todo o período analisado foi igual e na maioria dos anos, superior aos valores apresentados pelo Brasil e pela região Sudeste. No ano de 2008 obteve-se o menor índice para o estado capixaba (0,4), mas que teve elevação em 2009, passando para 0,7 e em 2011 sofre nova elevação atingindo o patamar de 0,8. Ao longo da série observou-se uma maior dificuldade de mobilidade de trabalhadores entre os setores do mercado de trabalho onde postos estão sendo destruídos para setores onde estão sendo criados, para as mulheres, outras etnias e os residentes na área urbana. No entanto, tal comportamento se modificou em 2009 para as mulheres e as outras etnias e se manteve em 2011. Os grandes e pequenos municípios apresentaram movimentos semelhantes nos últimos anos, com ambos registrando em 2011 índice de descasamento de 0,7.

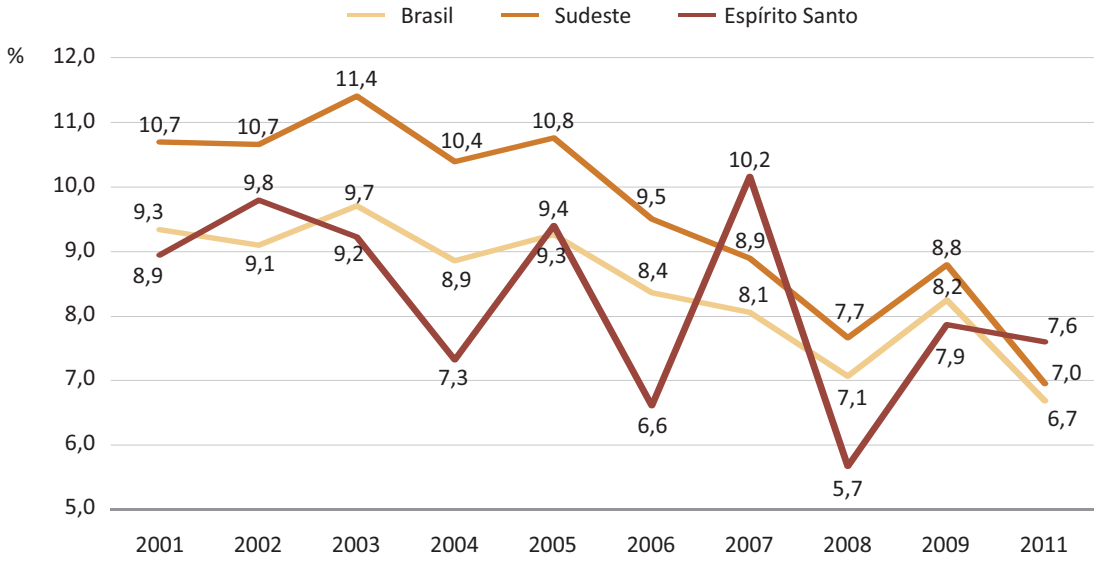
Índice de descasamento por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Taxa de desemprego

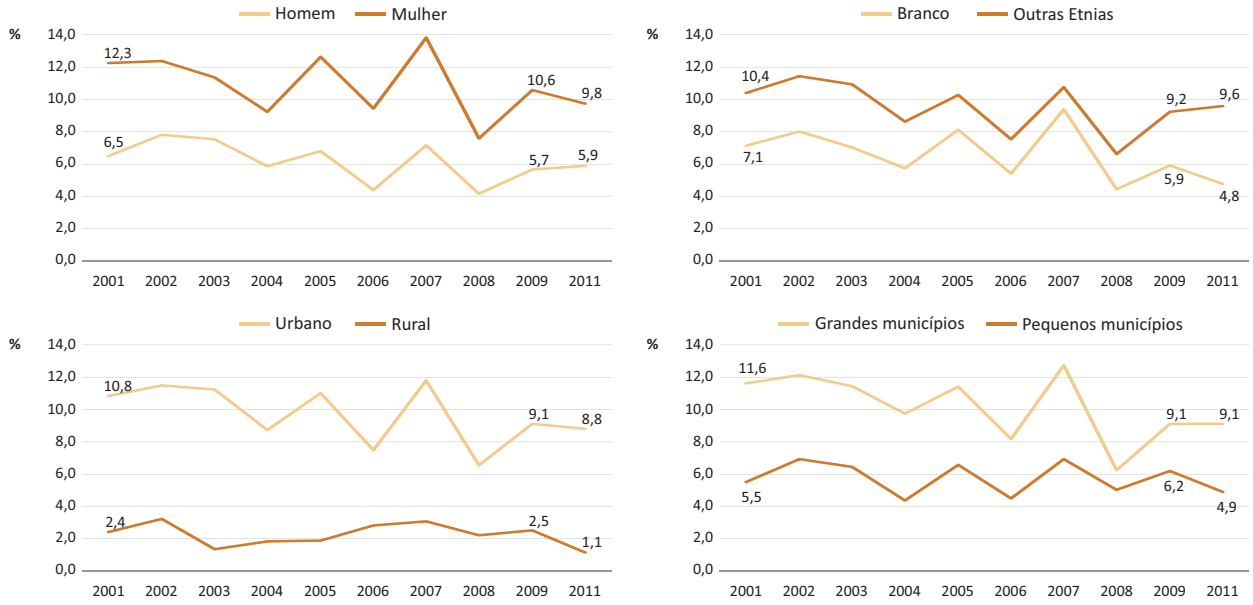
Taxa de desemprego (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No ano de 2011, ocorreu uma queda no nível de desemprego, atingindo no Brasil e na região Sudeste os menores valores de sua série histórica, a saber: 6,7% e 7,0%, respectivamente. No Espírito Santo a diminuição do desemprego foi mais tímida, passando de 7,9% em 2009 para 7,6% em 2011, ficando 1,9 p.p. acima do menor valor da série história, atingido em 2008 (5,7%). A análise por cor e gênero mostrou taxa menor de desemprego para brancos (4,8%) e homens (5,9%) em relação aos indivíduos de outras etnias (9,6%) e as mulheres (9,8%). O desemprego na área rural atingiu o menor valor histórico em 2011, com uma taxa de 1,1% a área se caracteriza como tendo "pleno emprego". Enquanto nos grandes municípios não ocorreu mudança de 2009 para 2011, permanecendo no patamar de 9,1%, os pequenos municípios diminuíram em 1,3 p.p., atingindo 4,9% de desemprego em 2011.

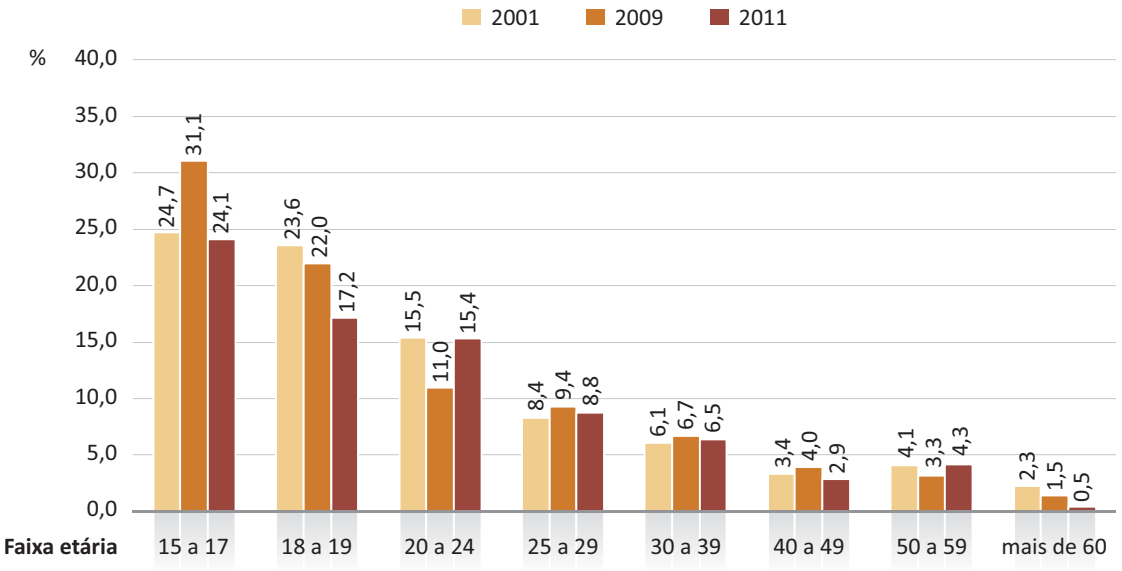
Taxa de desemprego por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Taxa de desemprego segundo faixa etária

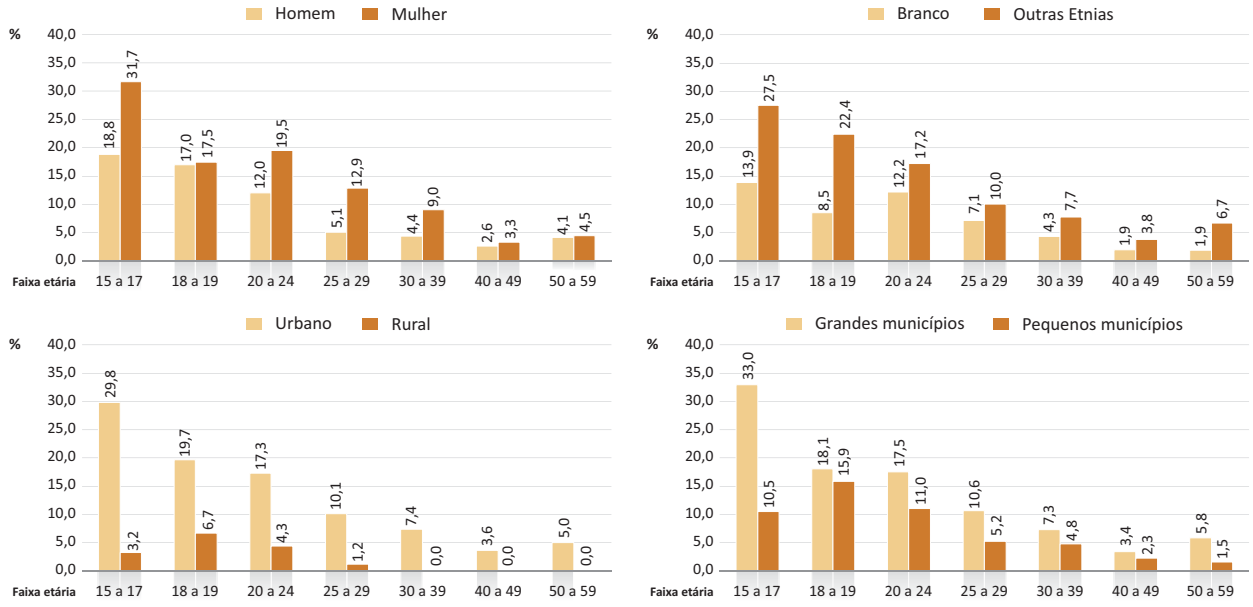
Taxa de desemprego segundo faixa etária, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O desemprego por faixa etária mostra um padrão de maior desemprego para os jovens que tende a decair ao longo da idade ativa do indivíduo. Em 2011, as faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 19 anos de idade, mesmo ainda apresentando as maiores taxas em relação as outras faixas etárias, tiveram considerável queda na comparação com os anos de 2001 e 2009. Em todas as faixas etárias analisadas, a taxa de desemprego se mostra superior para as mulheres, as outras etnias, a área urbana e os grandes municípios. Chama atenção o elevado desemprego desses recortes para a faixa etária de 15 a 17 anos, sendo respectivamente de: 31,7%, 27,5%, 29,8% e 33,0%.

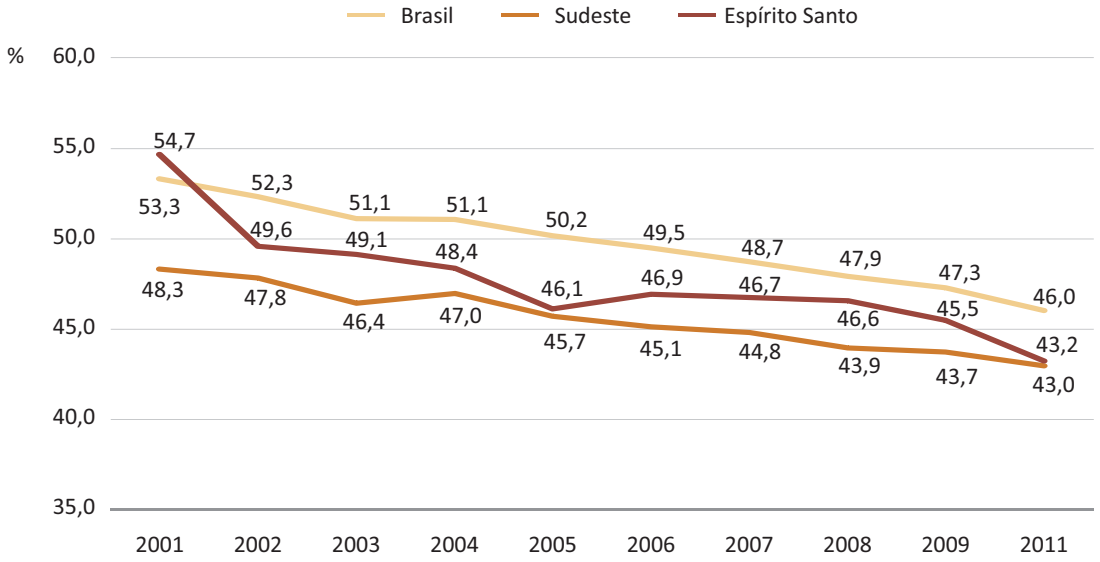
Taxa de desemprego segundo faixa etária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Razão de dependência

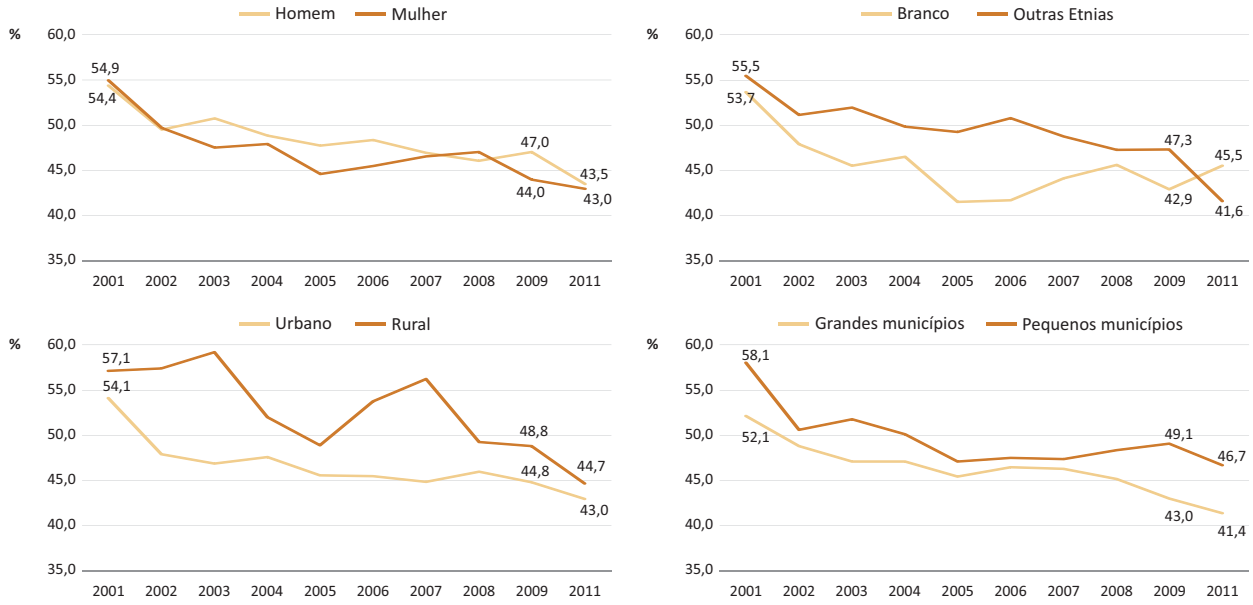
Razão de dependência,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A razão de dependência no Espírito Santo desde 2002 registra valores abaixo da série brasileira, mas superiores a da região Sudeste. Em 2011, ocorreu queda de 2,3p.p. na razão de dependência capixaba, passando de 45,5% em 2009 para 43,2%. Com esse resultado o estado se aproximou da razão apresentada pela região Sudeste (43,0%). As características domiciliares indicaram uma razão de dependência menor nas áreas urbanas (43,0%) em relação à área rural (44,7%) e nos grandes municípios (41,4%) comparativamente aos pequenos municípios (41,4%). Em 2011, pela primeira vez as outras etnias (41,6%) exibiram valores inferiores aos indivíduos autodeclarados brancos (45,5%).

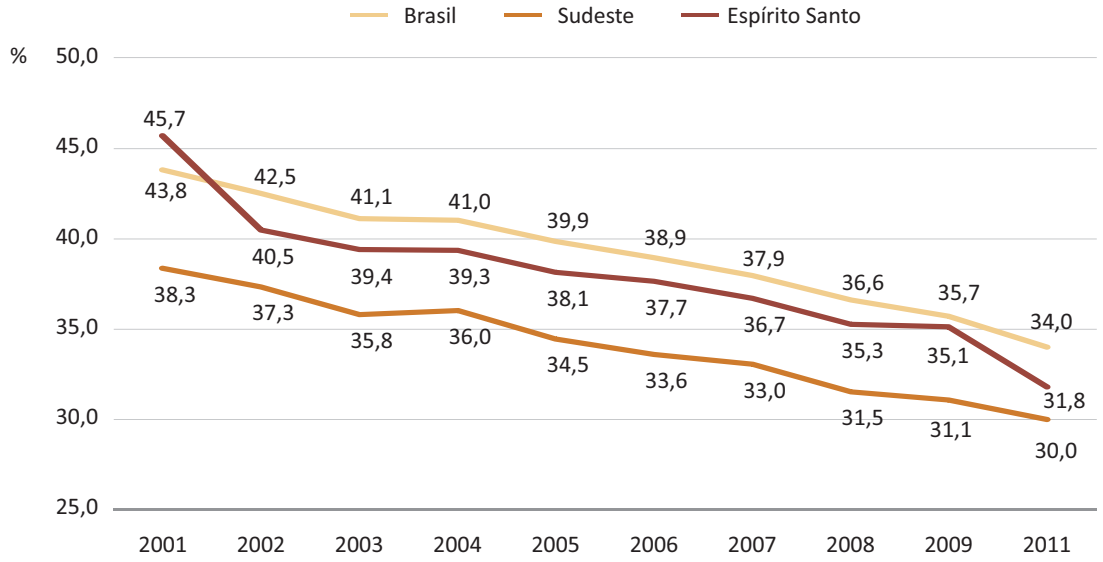
Razão de dependência por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Razão de dependência jovem

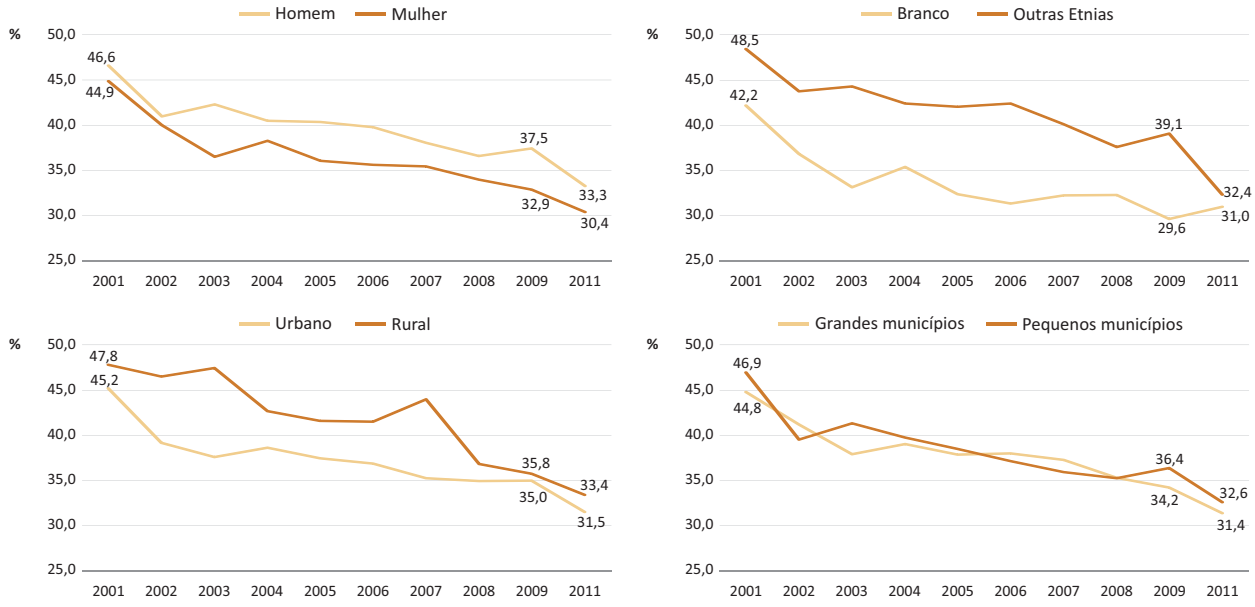
Razão de dependência jovem,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A análise da razão de dependência, em que se considerando apenas a população inativa de 0 a 14 anos mostra um padrão semelhante à dependência geral, com o estado registrando valores abaixo da série brasileira, mas superiores a da região Sudeste. De 2009 para 2011 ocorreu uma queda significativa, reduzindo em 3,3 p.p. a pressão da população jovem sobre a população ativa. No entanto, o Espírito Santo permanece 1,8 p.p. acima da região Sudeste. A análise por gênero indicou uma razão de dependência jovem maior para homens em relação às mulheres em todo o período analisado. Em 2011, a razão de dependência de jovens das outras etnias apresentou declínio de 6,7 p.p., que resultou na diminuição na diferença da taxa em relação aos brancos, passando de uma diferença de 9,5 p.p. em 2009 para apenas 1,4 p.p. em 2011.

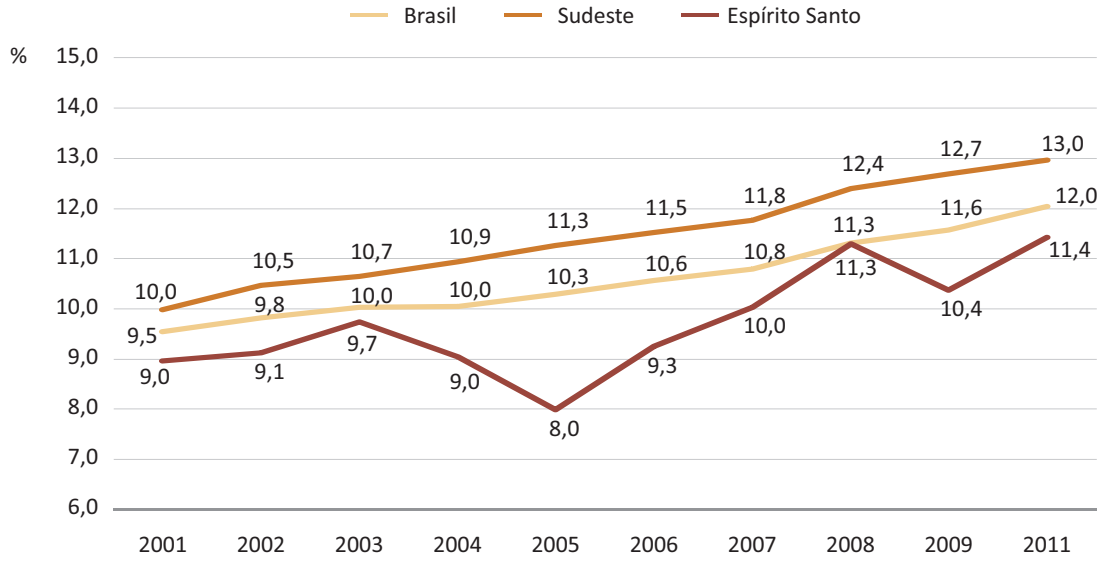
Razão de dependência jovem por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Razão de dependência idosos

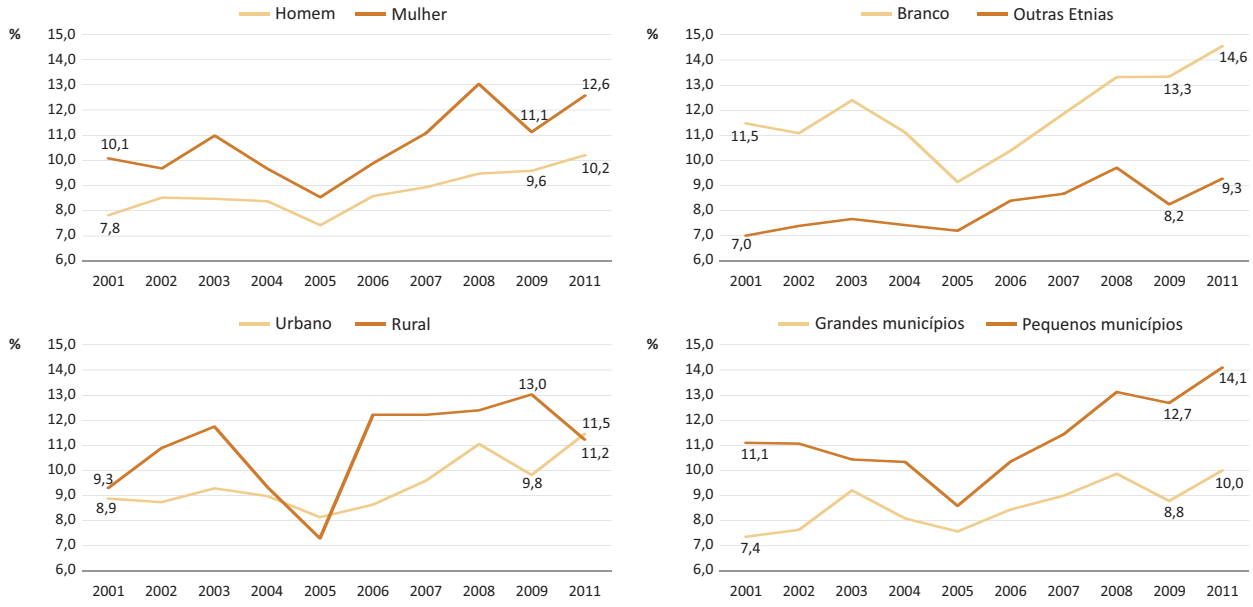
**Razão de dependência idosos,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A decomposição da razão de dependência para a população acima de 65 anos revela que o Espírito Santo registrou valores abaixo da região Sudeste e do Brasil para todo o período analisado. Em 2011, as três regiões apresentaram o maior valor de sua série histórica, sendo de 13,0% na região Sudeste, 12,0% no Brasil e de 11,4% no Espírito Santo, tal fato indica um envelhecimento da população causando uma maior pressão sobre a população ativa. Ao contrário da dependência de jovens, na de idosos as mulheres (12,6%) apresentaram taxas superiores aos dos homens (10,2%) e os brancos (14,6%) maiores que as outras etnias (9,3%). Também foram verificados maiores valores para os pequenos municípios (14,1%) em relação aos grandes municípios (10,0%) em todo o período.

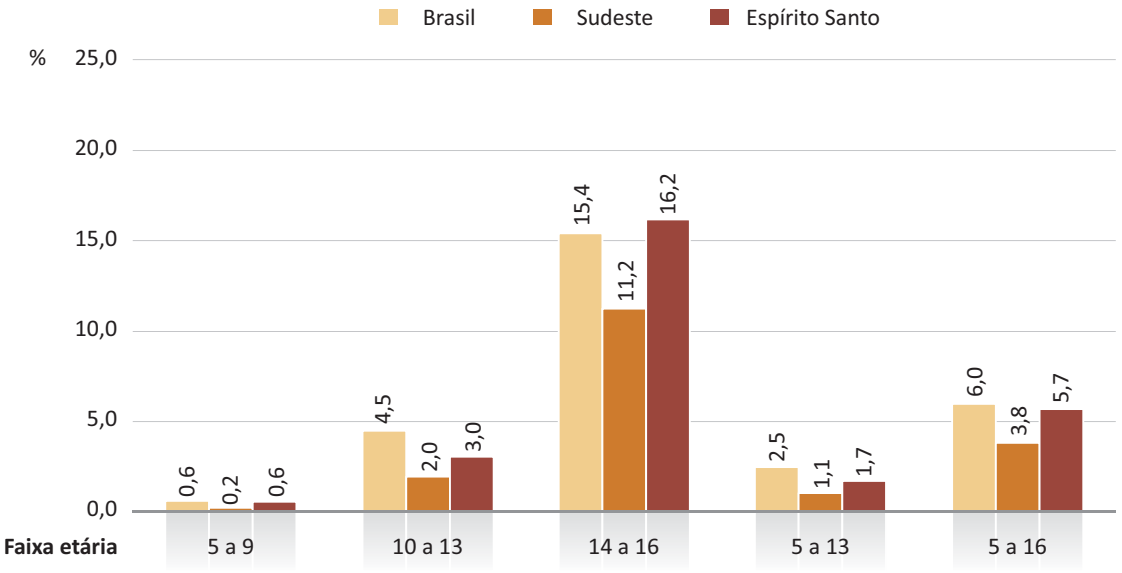
Razão de dependência idosos por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Trabalho infantil

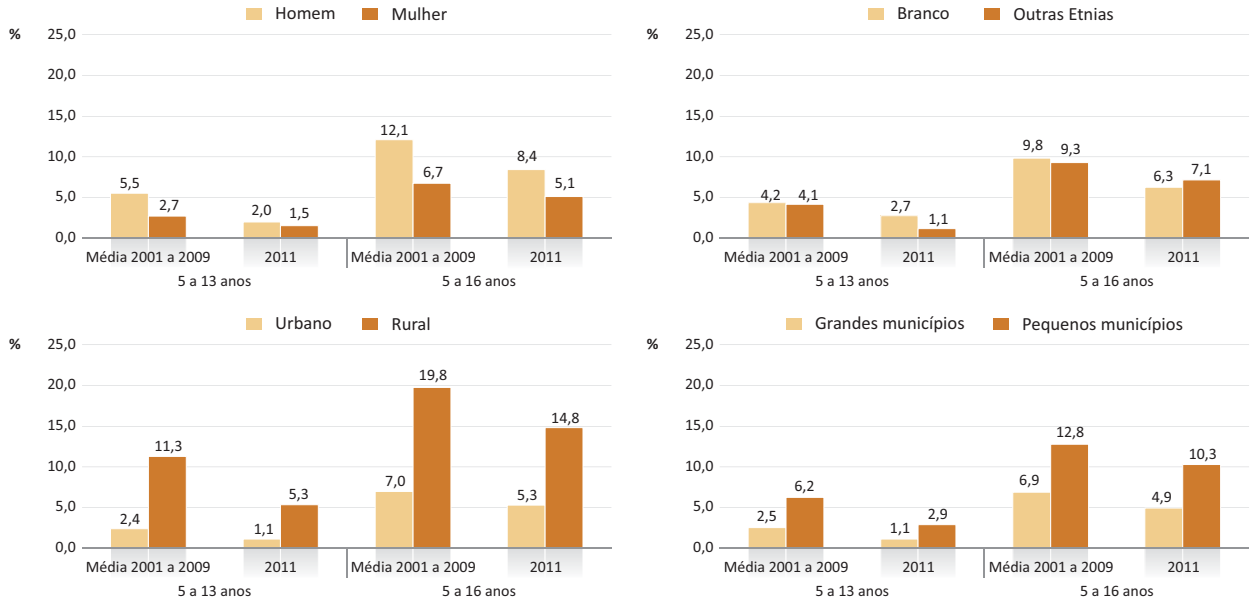
Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 16 anos*, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
*De acordo com a Constituição Federal de 1988 considera-se trabalho infantil abaixo dos 16 anos, sendo que no caso de trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, a idade mínima é de 18 anos. No entanto, é permitido o trabalho como aprendiz a partir dos 14 anos.

A taxa de ocupação para as pessoas com 5 a 16 anos de idade atingiu 5,7% no Espírito Santo em 2011, taxa próxima a apresentada pelo Brasil (6,0%), e acima da região Sudeste (3,8%). Grande parte dessa ocupação no estado ocorre na faixa etária de 14 a 16 anos, com uma ocupação de 16,2% ficou acima das taxas do Brasil (15,4%) e região Sudeste (11,2%). A ocupação foi maior para os homens do que para as mulheres, com ambos apresentando diminuição em sua taxa no ano de 2011 comparado com a média de 2001 a 2009. Maior ocupação infantil também foi observada na área rural, chegando a 5,3% na população de 5 a 13 anos de idade e a 14,8% na população de 5 a 16 anos, e nos pequenos municípios, sendo de 2,9% para os indivíduos com 5 a 13 anos de idade e 10,3% para os de 5 a 16 anos de idade, com ambas apresentando diminuição em relação à média de 2001 a 2009.

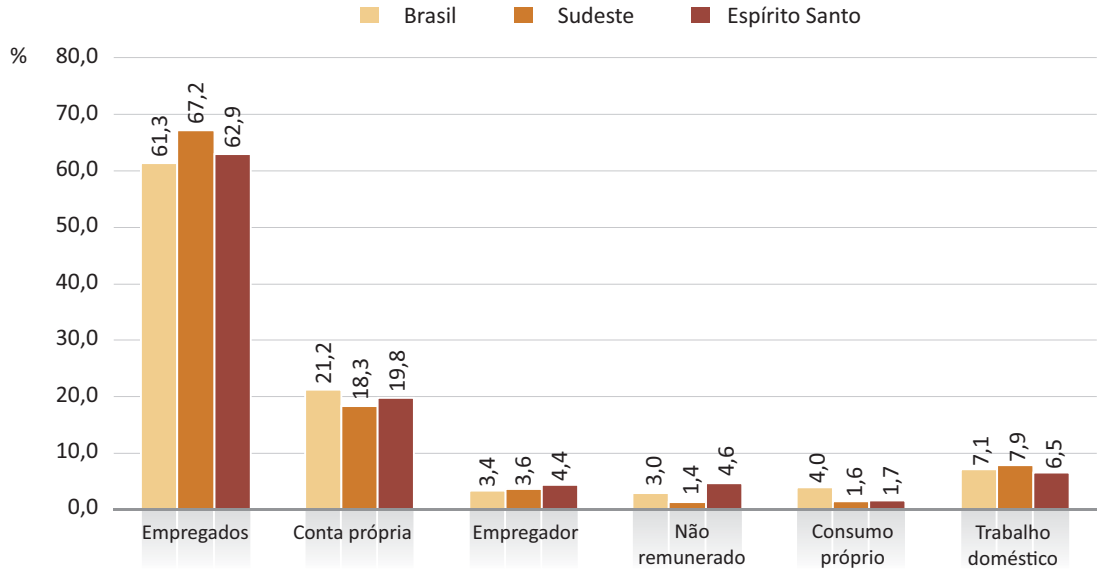
Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 16 anos de idade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, média de 2001 a 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Posição na ocupação

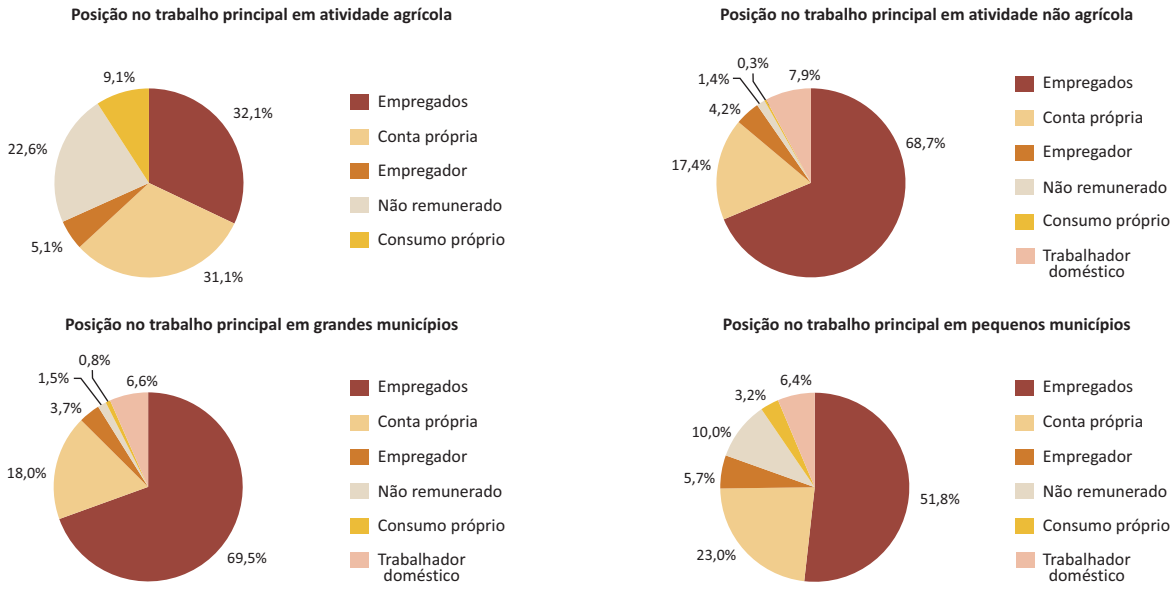
Posição na ocupação no trabalho principal: todas as pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A posição na ocupação em 2011 mostrou distribuição semelhante entre Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No estado verificou-se 62,9% de indivíduos na situação de empregados, sendo de 61,3% no Brasil e de 67,2% na região Sudeste. O Espírito Santo (4,6%) apresentou a maior proporção de não remunerados em relação ao Brasil (3,0%) e a região Sudeste (1,4%). A análise por setor mostrou diferenças significativas para as atividades agrícolas e não agrícolas, com uma melhor distribuição entre as posições na atividade agrícola, enquanto a não agrícola apresenta predomínio da posição empregado, representando 68,7% das ocupações em 2011. Essas disparidades também foram verificadas no tamanho dos municípios, porém com menor intensidade. Verificou-se elevada diferença nos não remunerados, representando 10,0% nos pequenos municípios e 1,5% nos grandes municípios.

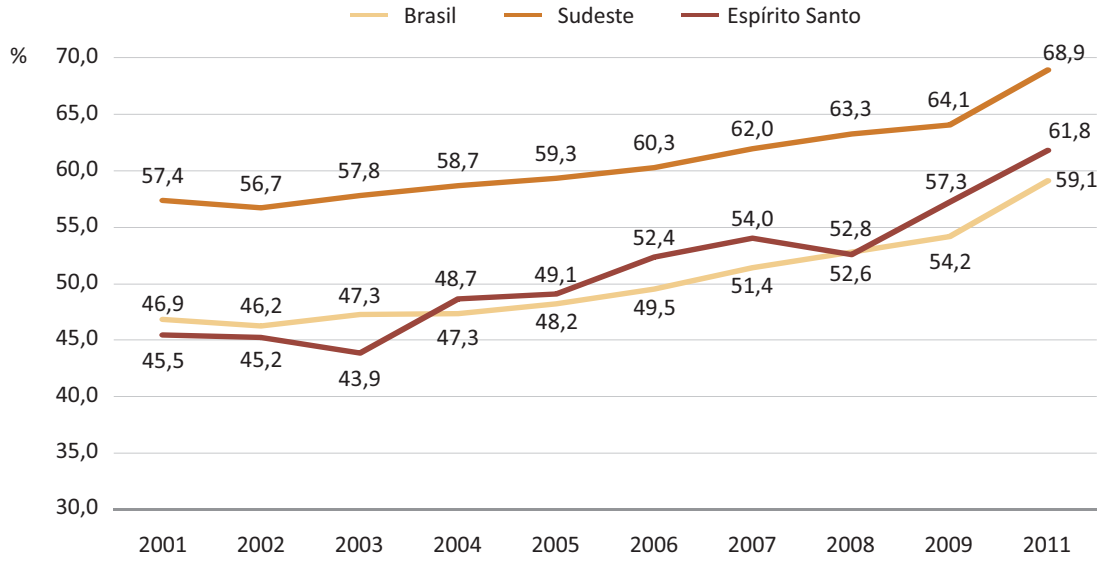
Posição na ocupação no trabalho principal em atividade agrícola e não agrícola, e por tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Contribuição previdenciária

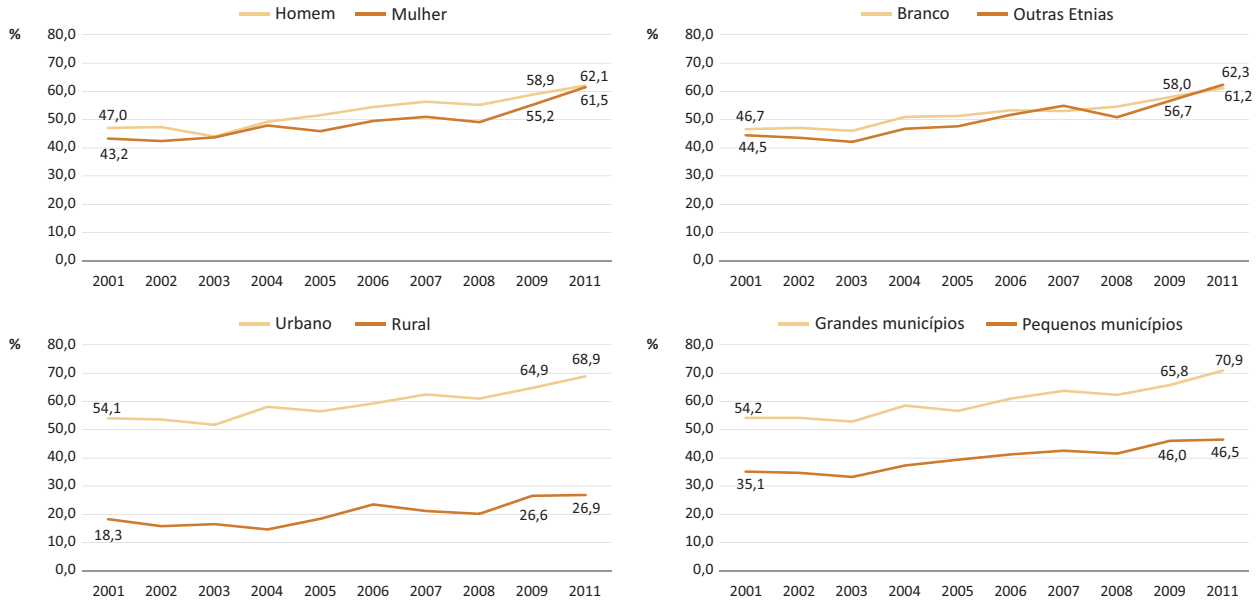
Porcentagem de pessoas ocupadas que contribuem para a previdência social (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A contribuição previdenciária para os ocupados no Espírito Santo passou de 45,5% em 2001 para 61,8% em 2011. Observou-se uma proximidade entre os valores encontrados para o Espírito Santo e Brasil, porém inferiores aos encontrados na região Sudeste. Em 2011, a análise por gênero mostrou um aproximação do percentual de contribuição entre homens (62,1%) e mulheres (61,5%). No que tange a cor, os indivíduos de outras etnias (62,3%) ultrapassaram a contribuição dos brancos (61,2%). Verificaram-se maiores contribuições para os residentes na área urbana (68,9%), se comparados aos residentes na área rural (26,9%), com a diferença desfavorável a área rural chegando a ser próxima de 1/3 na maior parte do período. Ademais houve maior contribuição previdenciária dos residentes nos grandes municípios (70,9%) em relação aos residentes nos pequenos municípios (46,5%).

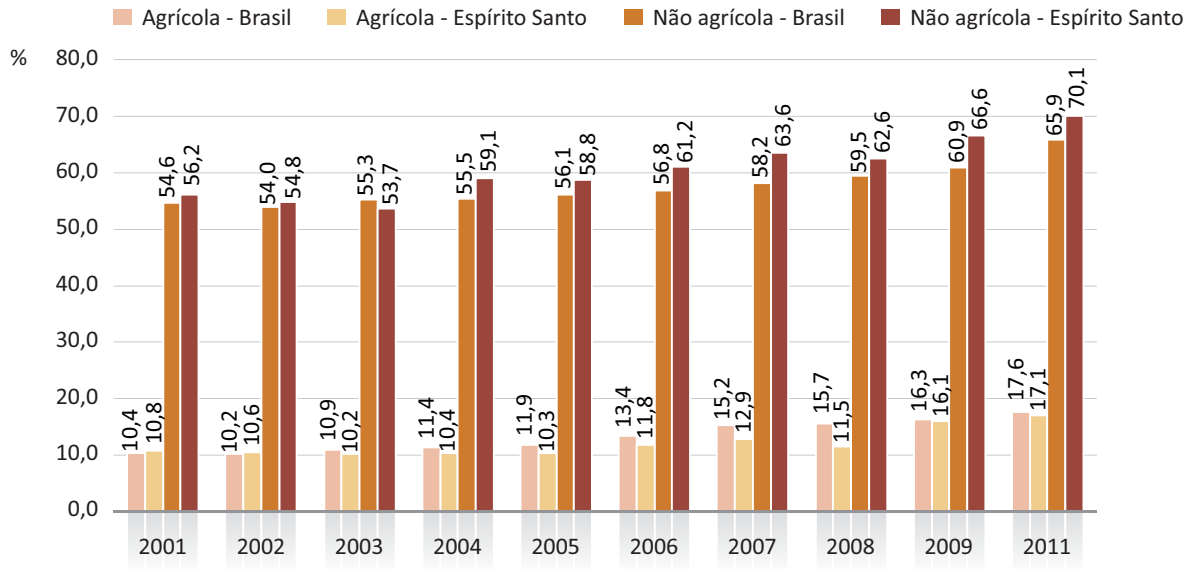
Contribuição previdenciária por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola

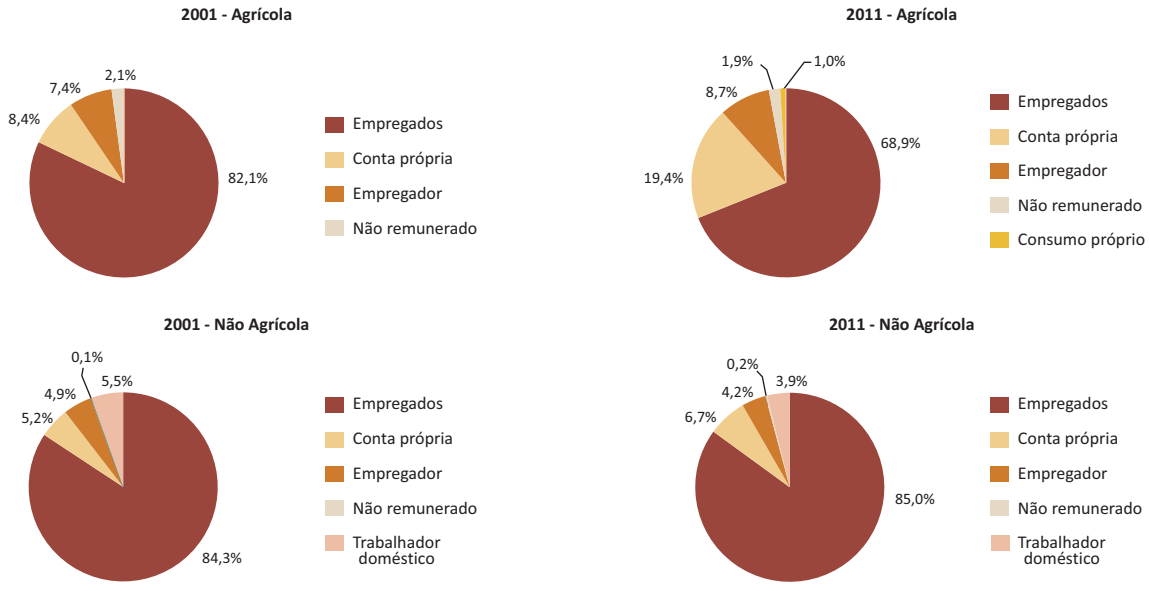
Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola, passando de 10,8% em 2001 para 17,1% em 2011, quanto para a atividade não agrícola, passando de 56,2% em 2001 para 70,1% em 2011. Entre as atividades agrícolas, a maior contribuição ocorreu na categoria de Empregados, tanto em 2001 (82,1%) como em 2011 (68,9%), mesma tendência verificada para as atividades não agrícolas. Destacou-se o crescimento na participação da categoria Conta própria na atividade agrícola, passando de 8,4% em 2001 para 19,4% em 2011.

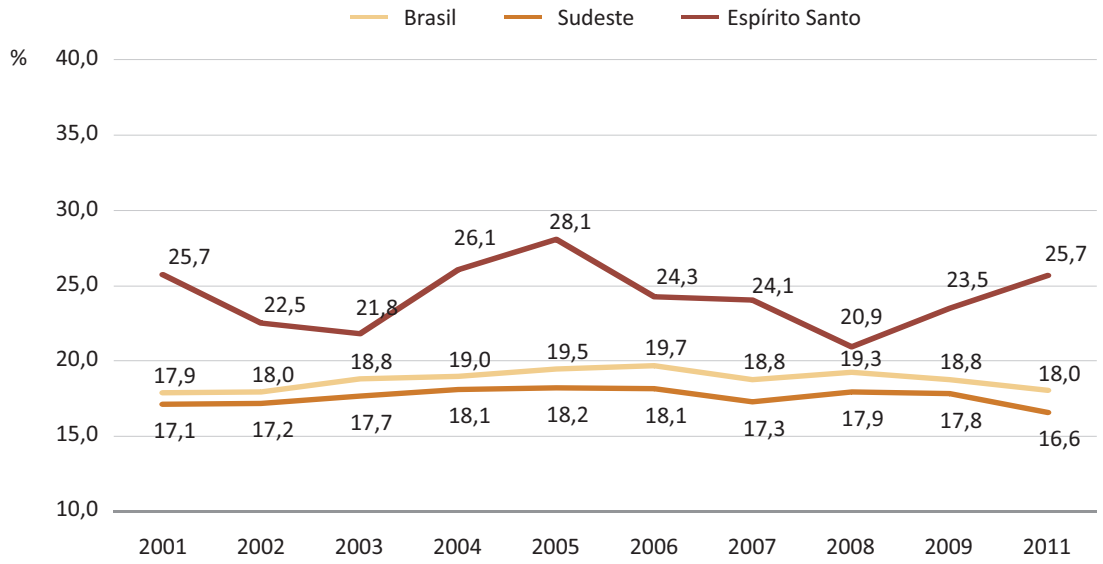
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Pessoas sindicalizadas

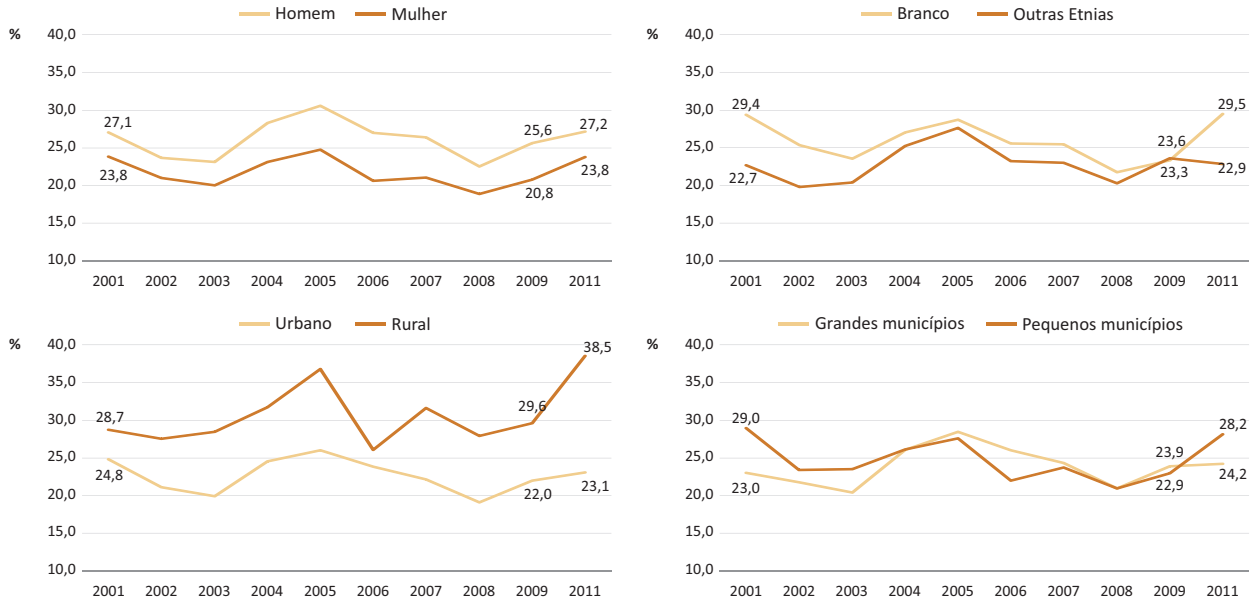
Pessoas sindicalizadas (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo, ao longo de todo o período analisado, se mostrou superior aos valores registrados pela região Sudeste e Brasil, tendo estes últimos, no entanto, apresentando uma menor variação em suas taxas. O total de sindicalizados no Espírito Santo alcançou 25,7% em 2011, percentual equivalente ao registrado em 2001 e crescimento de 2,2p.p. em relação a 2009. Ademais, em 2011, a sindicalização foi maior entre os homens (27,2%) do que entre as mulheres (23,8%) e superior para os auto declarados brancos (29,5%) em relação às outras etnias (22,9%). O meio rural apresentou elevado crescimento em sua taxa de sindicalização passando de 29,6% em 2009 para 38,5% em 2011, o maior valor da série histórica.

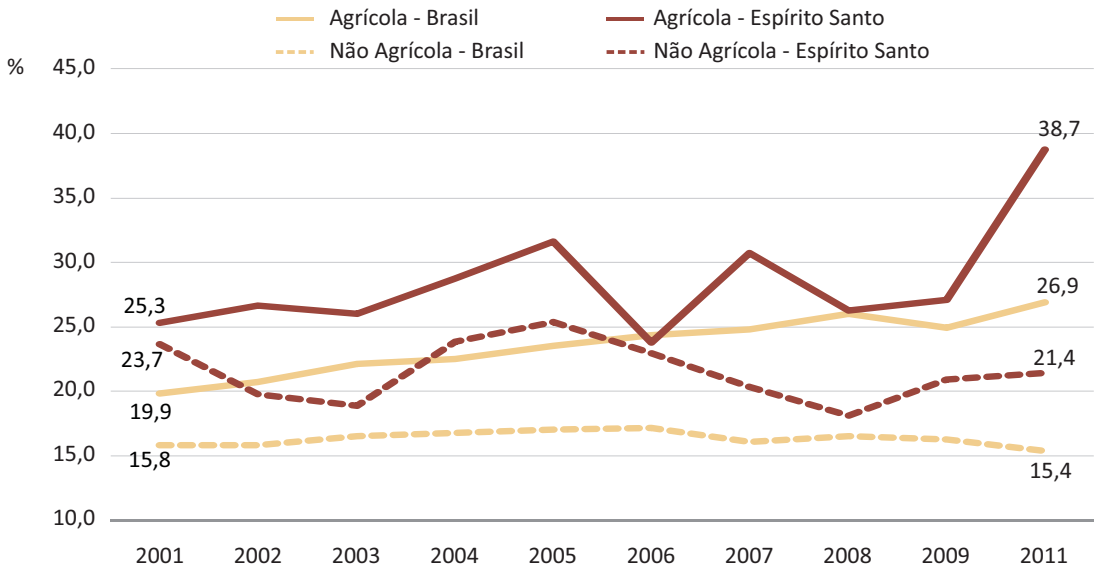
Pessoas sindicalizadas por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola

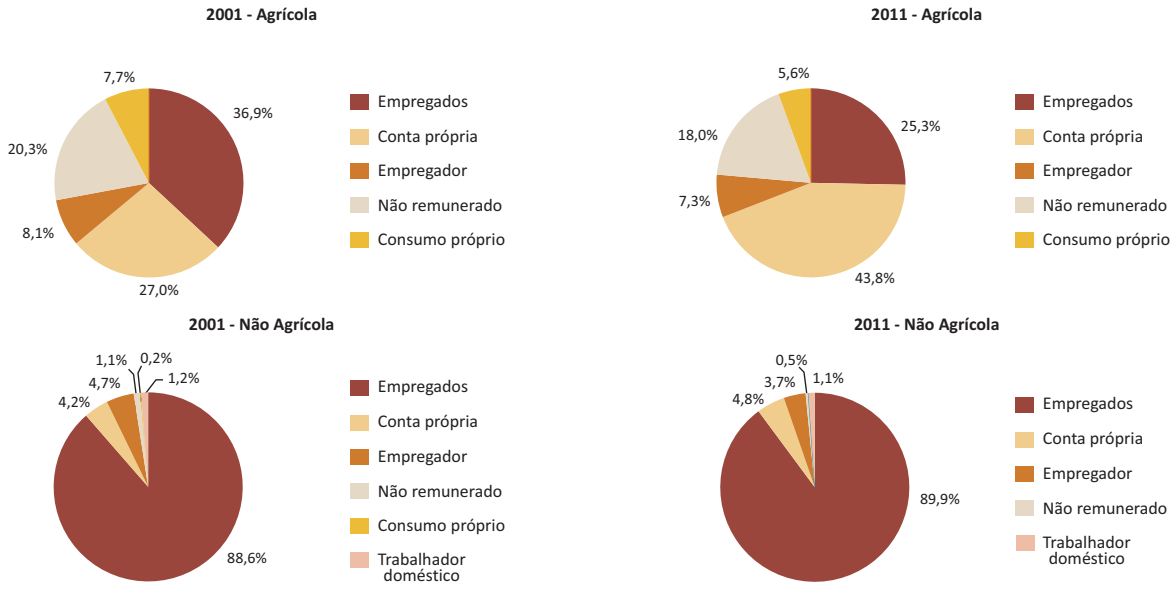
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A análise de sindicalização por atividade agrícola e não agrícola aponta uma maior sindicalização nas atividades agrícolas tanto no Brasil como no Espírito Santo. O maior percentual de pessoas sindicalizadas na atividade agrícola ocorreu em 2011, registrando 38,7% no Espírito Santo e 26,9% no Brasil. Também se observou crescimento na sindicalização das atividades não agrícolas capixaba, passando de 20,9% em 2009 para 21,4% em 2011; já no Brasil ocorreu declínio, passando de 16,3% em 2009 para 15,4% em 2011. De 2001 para 2011, ocorreu elevado crescimento na participação de trabalhadores por conta própria na sindicalização agrícola, representando em 2011, 43,8%. Já nas atividades não agrícolas o destaque continuou sendo os empregados, registrando 89,9% dos sindicalizados em 2011.

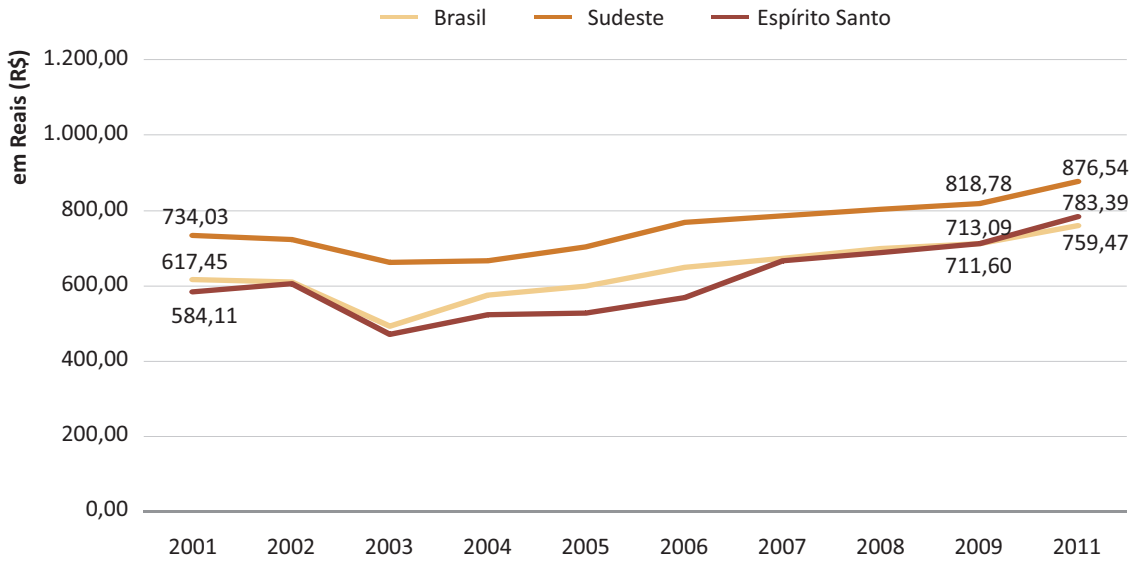
Pessoas sindicalizadas por atividade agrícola e não agrícola segundo posição na ocupação, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Renda média real de todos os trabalhos

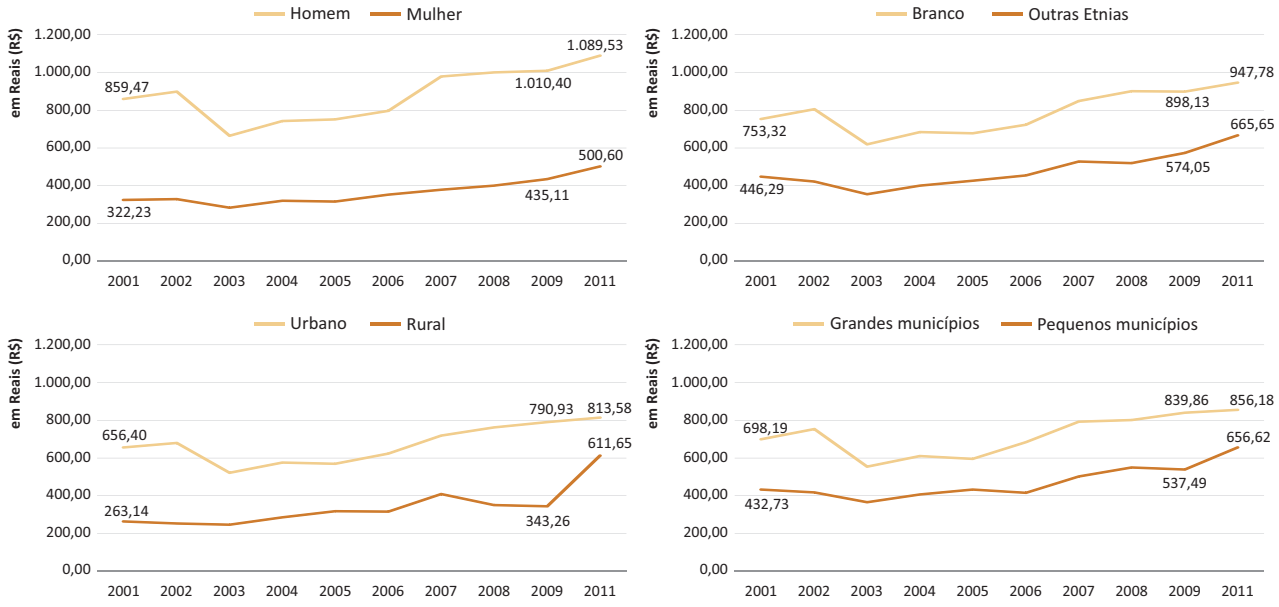
Renda média real de todos os trabalhos (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A renda média real (RMR) de todos os trabalhos aumentou a partir de 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores da renda de todos os trabalhos mostraram maior proximidade entre o Espírito Santo e Brasil, sendo sempre inferiores aos valores da região Sudeste. O estado apresentou maiores rendas para os homens (sendo 117,6% maior que a renda das mulheres), para os auto declarados como brancos (diferença de 42,4% em relação aos auto declarados como outras etnias), residentes na área urbana (diferença de 33,0% comparado a área rural) e nos grandes municípios (30,4% maior que os pequenos municípios).

Renda média real de todos os trabalhos por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A análise da distribuição de renda e classes sociais no Estado tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para analisar a distribuição de renda, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Este coeficiente varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

Nos últimos dez anos, entre 2001 e 2011, o Estado apresentou uma melhora significativa na distribuição da renda, passando o índice de Gini de 0,583 em 2001 para 0,489 em 2011, o menor nível de desigualdade para o período considerado.

Para a determinação das classes sociais utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)[1] e Rocha (2000)[2]:

Tabela 1 - Determinação das classes sociais segundo a renda domiciliar *per capita*, Espírito Santo, 2011

	Renda Domiciliar *per capita*
Elite	mais de R$ 1.438,47
Classe Média	de R$ 333,68 a R$ 1.438,47
Remediados	de R$ 177,05 a R$ 333,67
Pobres*	menos de R$ 177,05

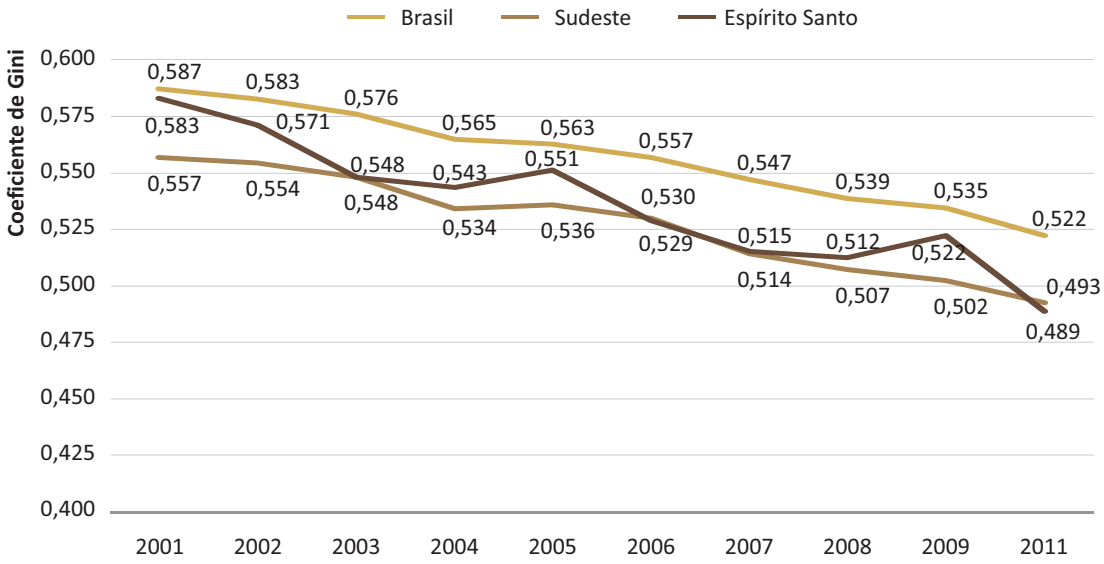
Fonte: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).
* Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para os pobres.

Por meio desses estratos de renda, constatou-se importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 10% em 2011, queda de 69,5% no período. A redução da pobreza no Espírito Santo ganhou intensidade entre 2009 e 2011, com uma queda de 33,3%. A classe de remediados também apresentou mudanças significativas. Em 2001 representava 24,9% da população, passando em 2009 para 23,8% e em 2011 para 19,9%, um total de 668.849 pessoas. Nos últimos dez anos, o maior crescimento foi verificado na classe média. Esta passa a representar a partir de 2007 mais de 50% da população capixaba, chegando em 2011 a atingir 58,4% da população. A elite representava 7,8% da população em 2001, passando para 11,1% em 2009 e 11,7% em 2011. Este aumento em 2011 correspondeu a um total de 5.089 pessoas entrando nessa classe social.

[1] NERI, M. C. (coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
[2] ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão n˚720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

Coeficiente de Gini

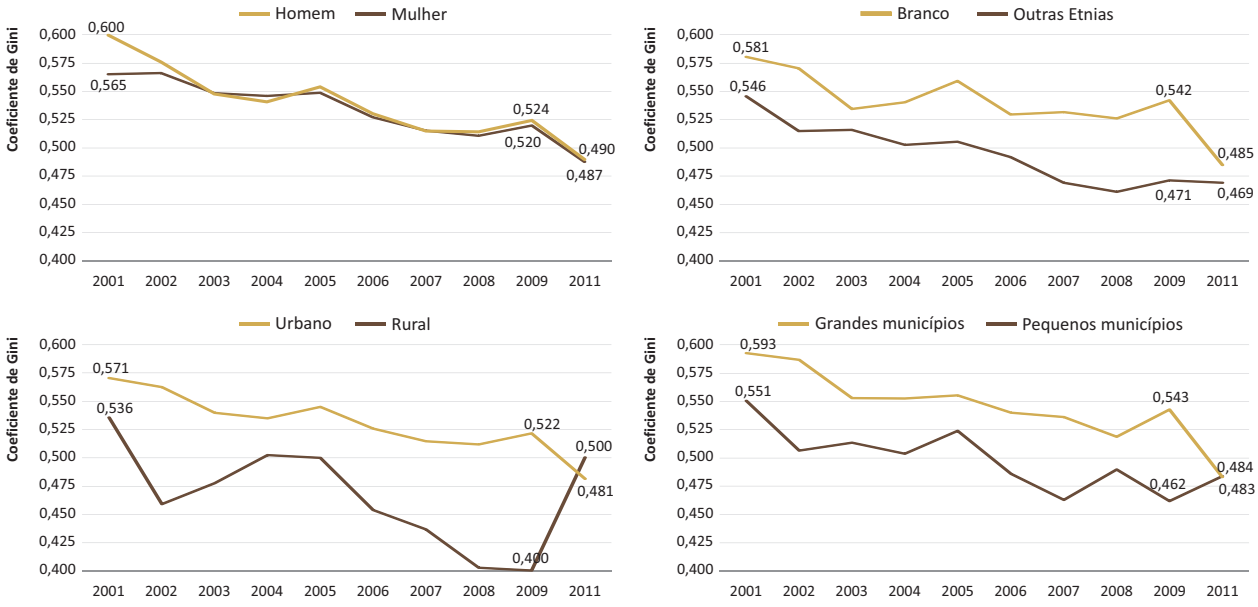
Coeficiente de Gini,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

A queda desse indicador no período de 2001 a 2011 representou para o Espírito Santo um declínio de 16,2% no índice de Gini, muito embora, tenham ocorrido dois períodos de uma rápida concentração de renda no Estado: entre 2004 e 2005, passando de 0,543 para 0,551, e em seguida, entre 2008 e 2009, passando de 0,512 para 0,522. Entre homens (0,490) e mulheres (0,487) este indicador possui trajetória e nível bastante próximos. Entre os brancos (0,485) houve concentração de renda mais elevada do que entre os de outras etnias (0,469), entretanto, de 2009 para 2011, a redução ocorreu de forma mais acentuada entre os brancos do que entre os de outras etnias. Já em relação à área urbana e rural, observa-se em 2011, uma desigualdade de renda maior na área rural (0,500) do que na área urbana (0,481). Os grandes municípios (0,484) e os pequenos municípios (0,483) apresentaram índices de concentração de renda praticamente iguais em 2011.

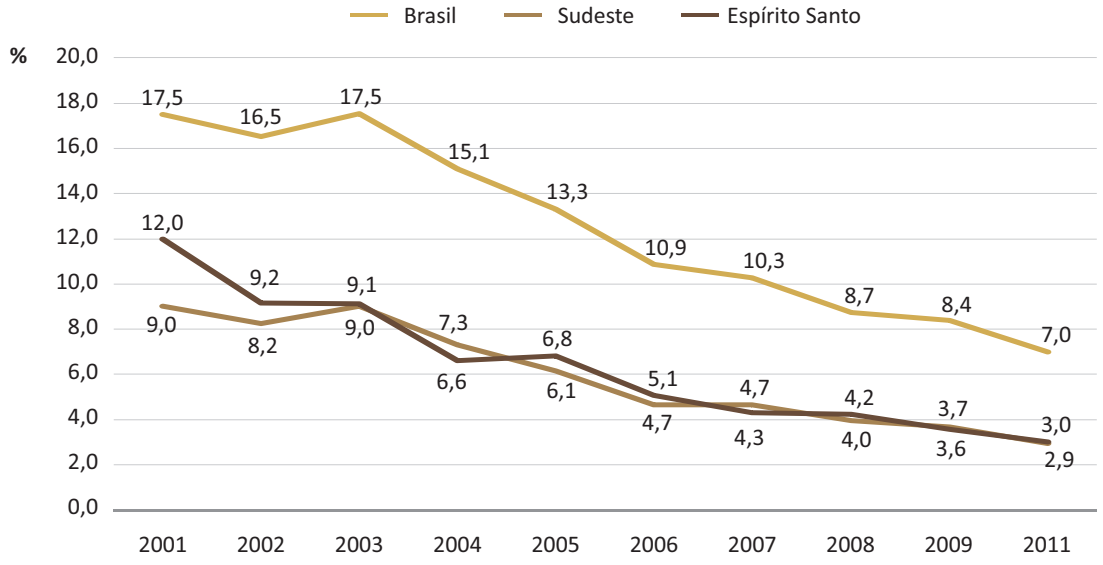
Coeficiente de Gini por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Extremamente pobres

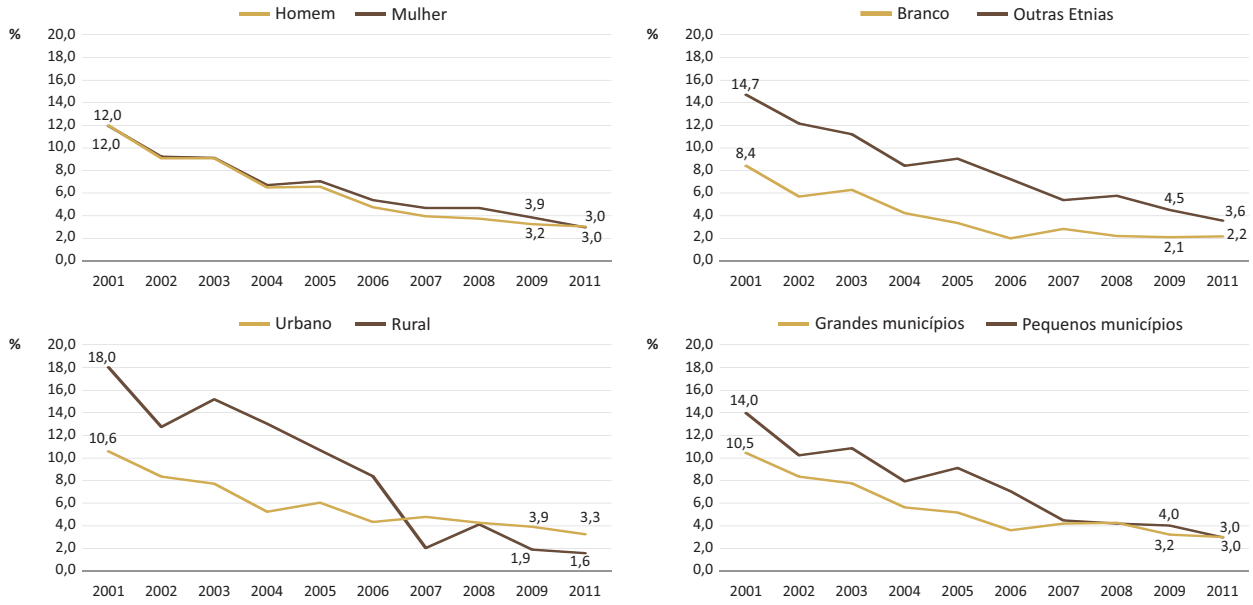
Porcentagem de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Entre 2001 e 2011 o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população extremamente pobre. Para o primeiro ano analisado, 12% da população do Estado se encontravam em situação de extrema pobreza. Já em 2009 e 2011, foram registradas as taxas de 3,6% e 3,0%, respectivamente. Em 2011, o Espírito Santo possuía proporção de extremamente pobres abaixo da do Brasil (7,0%) e um pouco acima da região Sudeste (2,9%). Entre homens (3,0%) e mulheres (3,0%) este indicador apresentou trajetória bastante próxima e níveis iguais em 2011. Entre os brancos (2,2%) houve menor porcentagem de extremamente pobres do que entre os de outras etnias (3,6%), contudo esta diferença vem declinando desde 2008. A área rural (1,6%) alcançou maior velocidade na diminuição da extrema pobreza quando comparada, respectivamente, a área urbana (3,3%). E os pequenos e grandes municípios apresentaram em 2011 níveis de extrema pobreza iguais a 3,0%.

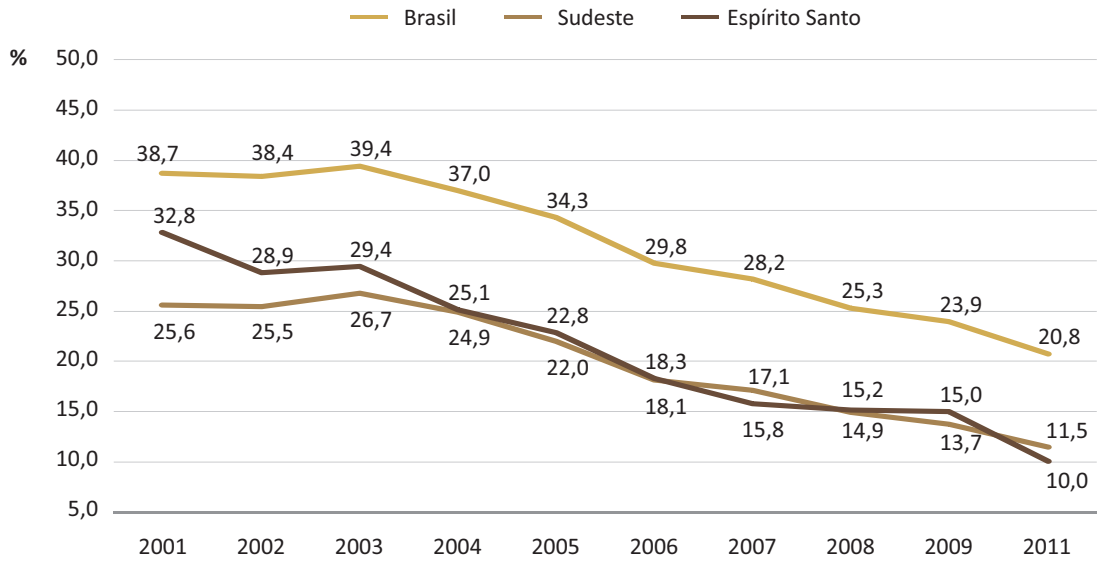
Porcentagem de extremamente pobres por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Pobres

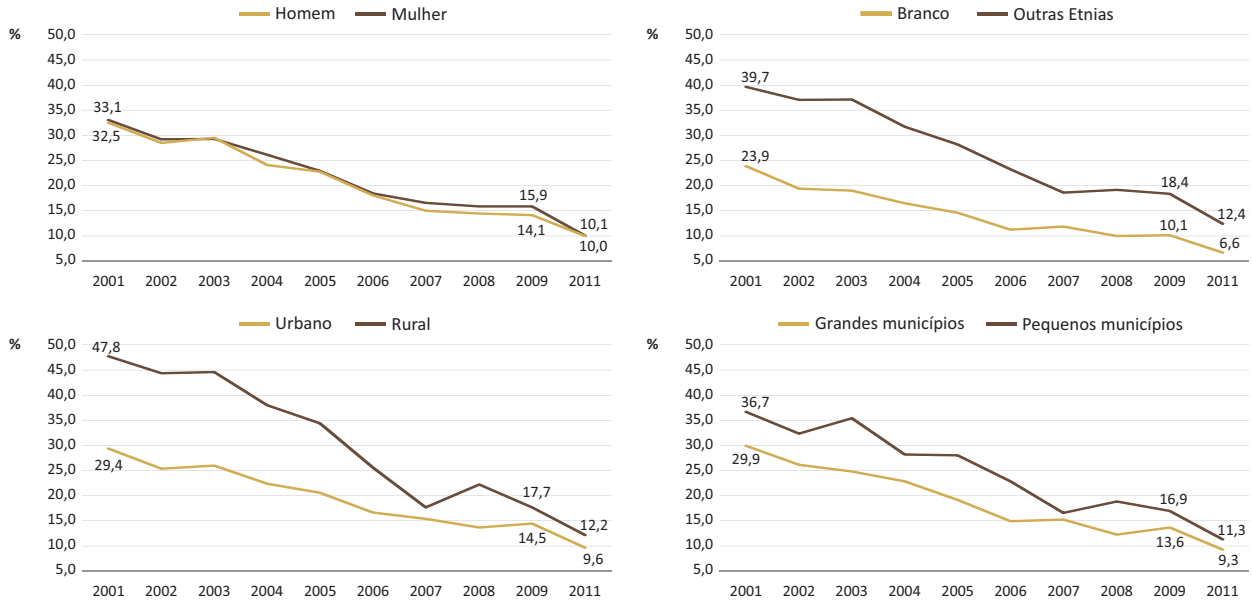
**Porcentagem de Pobres,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

No Espírito Santo ocorreu importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 10% em 2011, queda de 69,5% no período. A redução da pobreza no Estado ganhou intensidade entre 2009 e 2011, com uma queda de 33,3%. Em 2011, verificou-se no Espírito Santo uma proporção de pobres abaixo da região Sudeste (11,5%) e da nacional (20,8%). A proporção de homens pobres (10%) foi praticamente idêntica a das mulheres (10,1%). Entre os brancos (6,6%) houve menor porcentagem de pobres do que entre os de outras etnias (12,4%), mas esta diferença diminuiu. A área rural (12,2%) e os pequenos municípios (11,3%) apresentaram maior velocidade de diminuição da pobreza quando comparados, respectivamente, com a área urbana (9,6%) e os grandes municípios (9,3%).

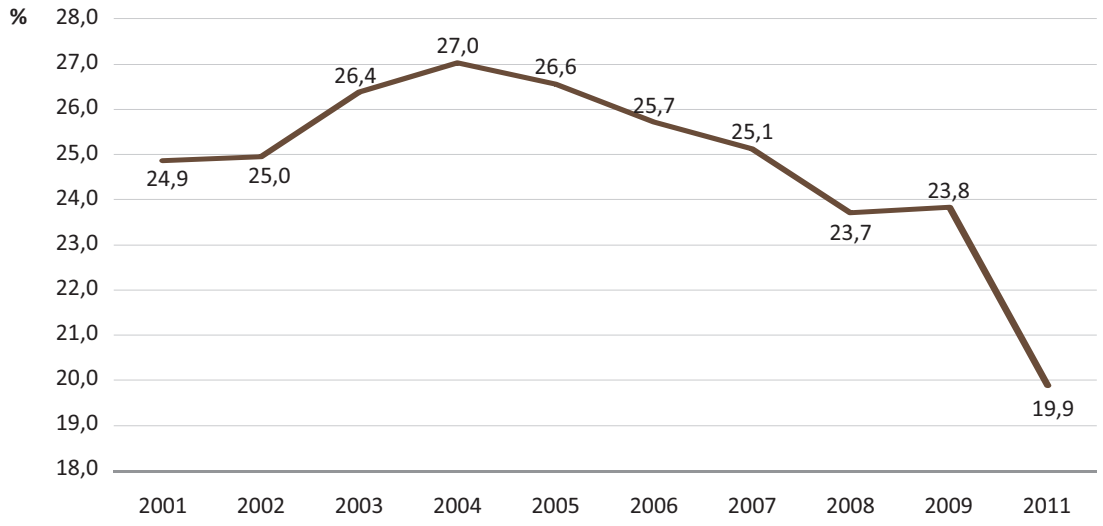
Porcentagem de pobres por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Remediados

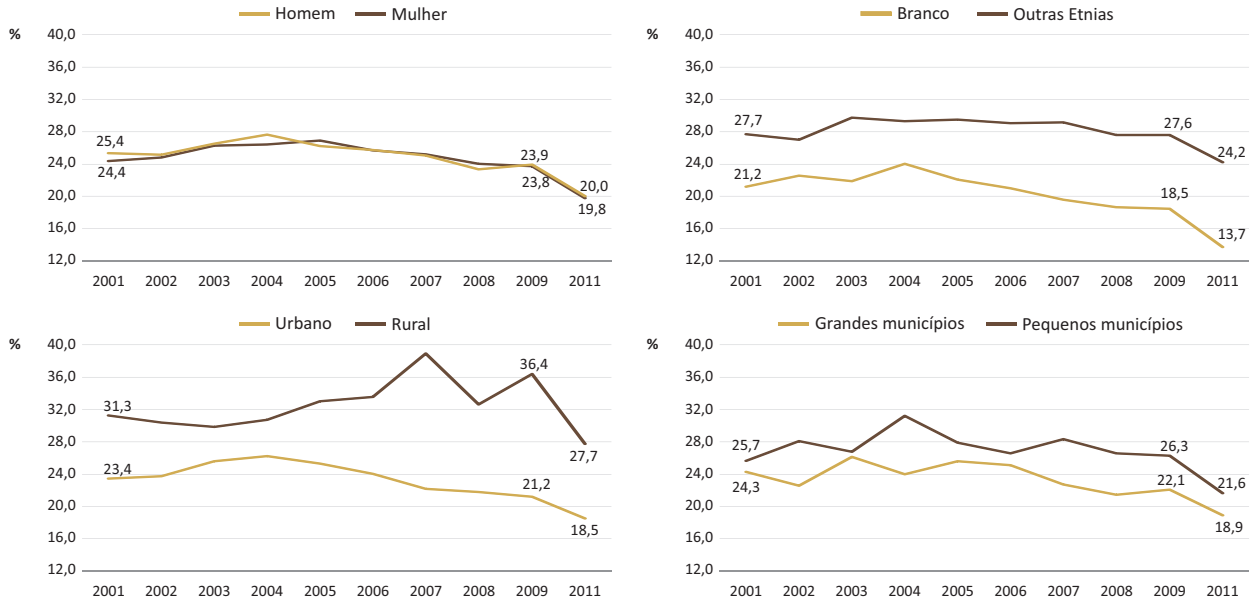
Porcentagem de Remediados, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

No Espírito Santo ocorreu redução da porcentagem de remediados, de 24,9% em 2001 para 19,9% em 2011. A proporção de homens remediados (20%) foi próxima à proporção de mulheres remediadas (19,8%). Entre os brancos (13,7%) houve menor porcentagem de remediados do que entre os de outras etnias (24,2%), e esta diferença se intensificou no último ano. A área rural (27,7%) e urbana (18,5%), entre 2001 e 2011, apresentaram reduções na proporção de remediados de 3,6 p.p e 4,9 p.p., respectivamente. Já os pequenos municípios (21,6%) e os grandes municípios (18,9%) apresentaram reduções de 4,1 p.p. e 5,4 p.p. neste mesmo período.

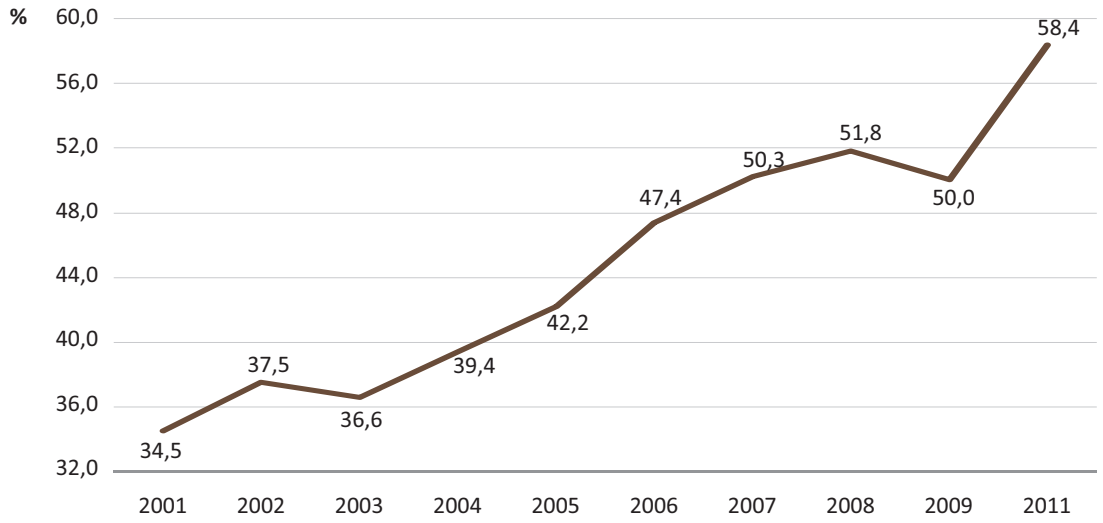
Porcentagem de remediados por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Classe média

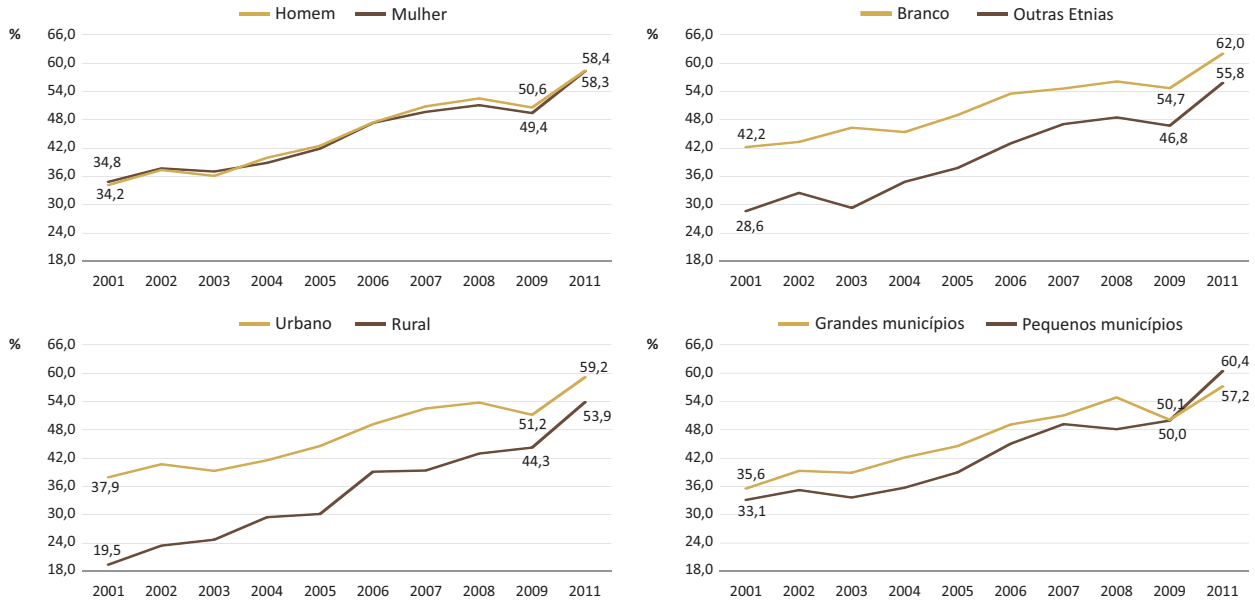
Porcentagem de pessoas na classe média, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

No Espírito Santo ocorreu importante elevação da classe média, de 34,5% em 2001 para 58,4% em 2011. A proporção de homens na classe média (58,4%) esteve próxima à proporção de mulheres (58,3%). Entre os brancos (62%) houve maior porcentagem de pessoas na classe média do que entre os de outras etnias (55,8%), mas esta diferença está diminuindo. A área urbana (59,2%) e os pequenos municípios (60,4%) apresentaram maior proporção de indivíduos na classe média quando comparados, respectivamente, com a área rural (53,9%) e os grandes municípios (57,2%).

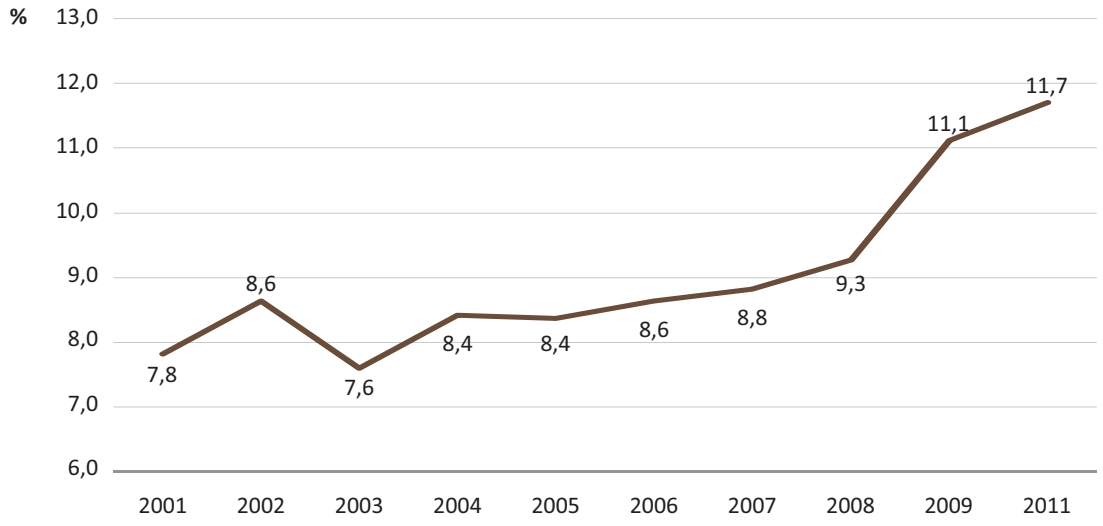
Porcentagem de pessoas na classe média por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Elite

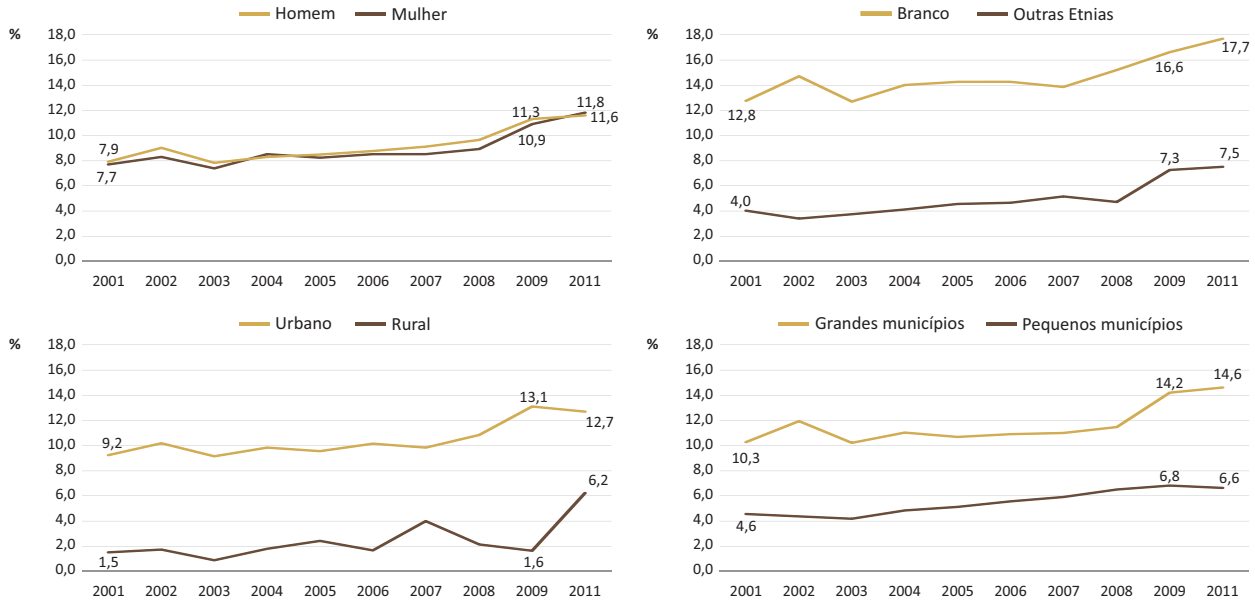
Porcentagem de pessoas na elite, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

No Espírito Santo ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes à elite, de 7,8% em 2001 para 11,7% em 2011. A proporção de homens na elite (11,6%) esteve próxima à proporção de mulheres (11,8%). Entre os brancos (17,7%) houve maior porcentagem na elite do que entre as pessoas de outras etnias (7,5%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (12,7%) e os grandes municípios (14,6%) apresentaram proporção maior de pessoas na elite do que a área rural (6,2%) e os pequenos municípios (6,6%), respectivamente.

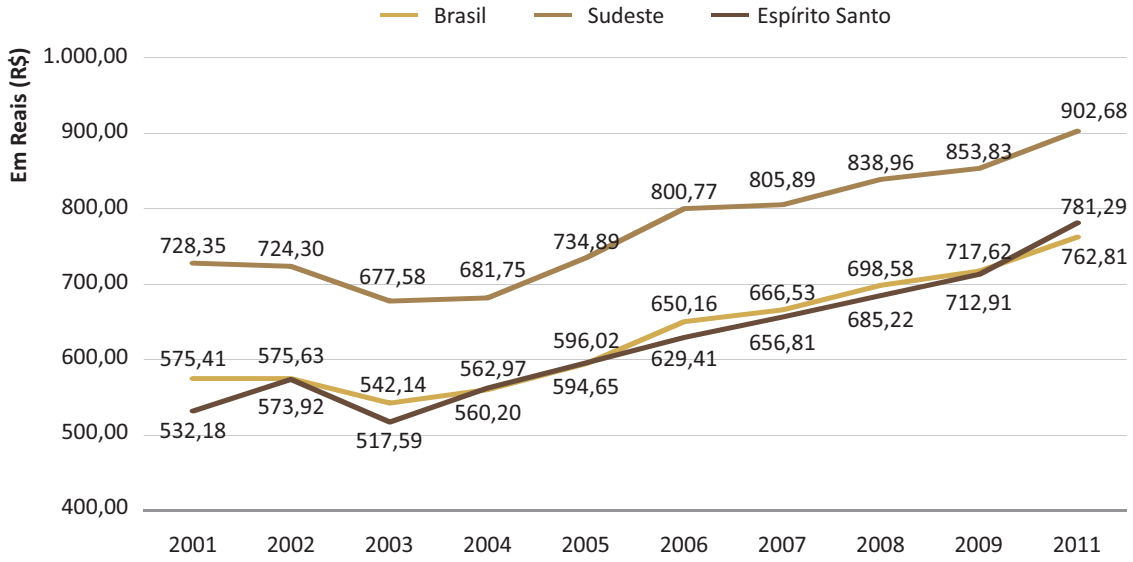
Porcentagem de pessoas na elite por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Renda média domiciliar per capita real

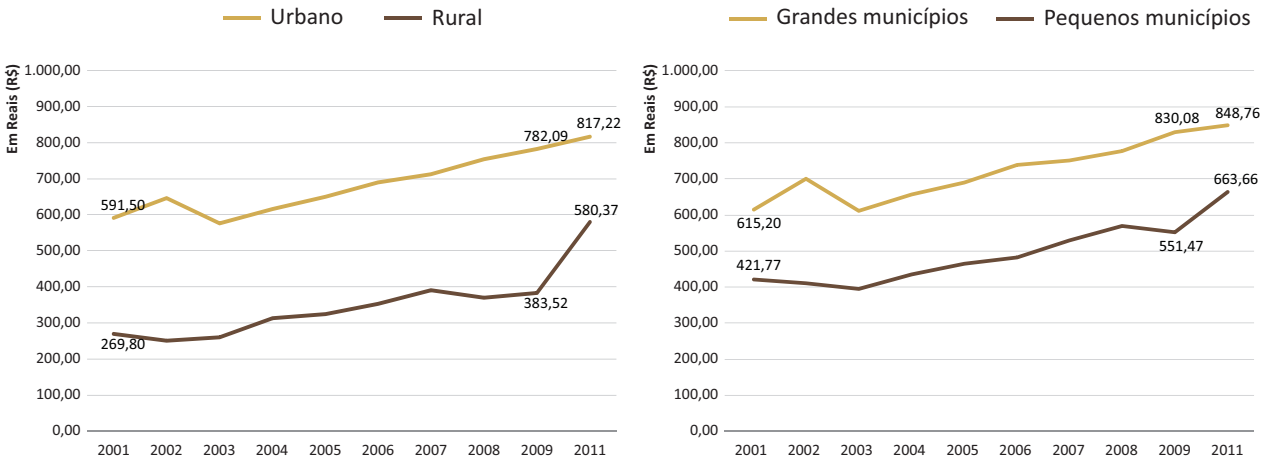
Renda média domiciliar *per capita* real, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

A Renda domiciliar per capita real apresentou comportamento positivo a partir de 2003, tanto para o estado quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores apresentados pelo Espírito Santo, em 2011, foram superiores aos valores apresentados pelo Brasil, mas inferiores aos valores da região Sudeste. A diferença entre a renda domiciliar do Espírito Santo e da região Sudeste alcançou 15,5% em 2011. Além disso, em 2011, o Espírito Santo apresentou maiores rendas para os residentes na área urbana, 40,8% acima da renda na área rural e nos grandes municípios, com diferença de 27,9% em relação aos pequenos municípios.

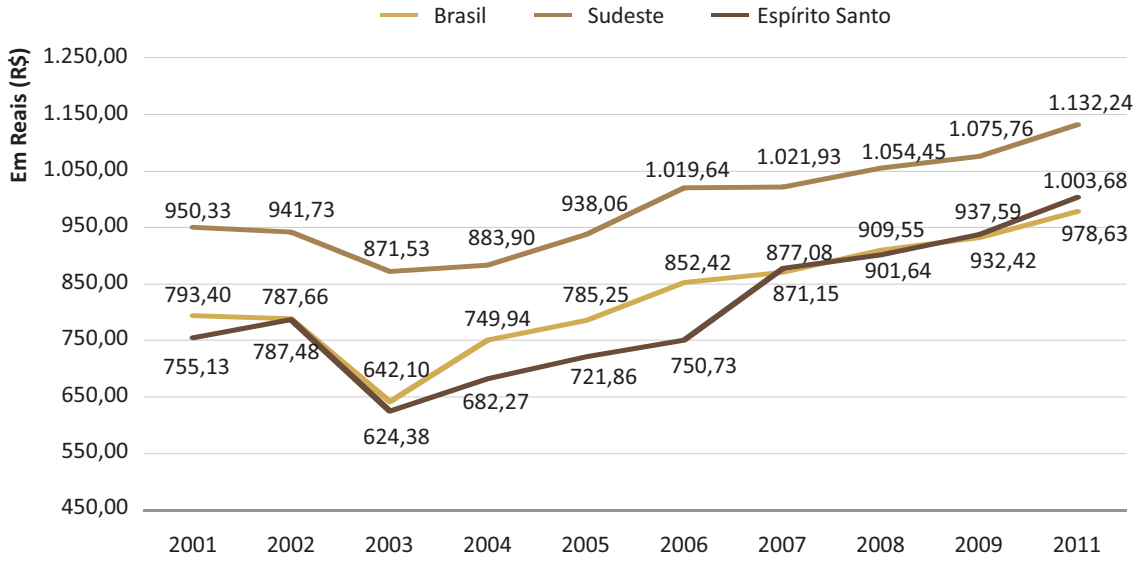
Renda média domiciliar per capita real por situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

Renda média real de todas as fontes

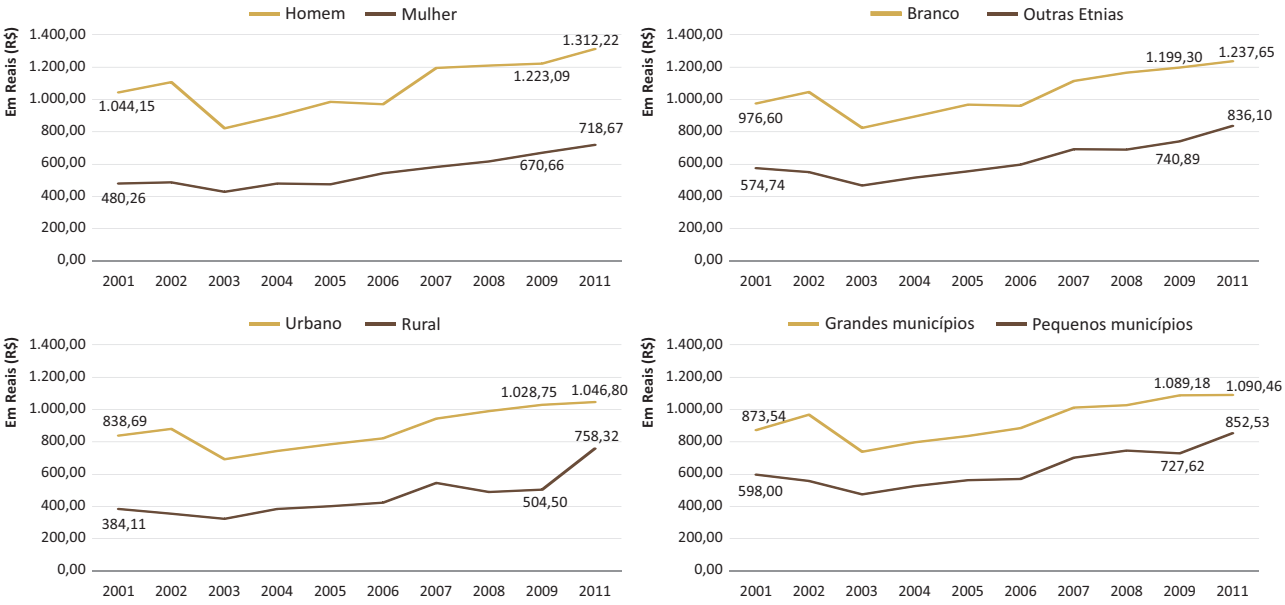
Renda média real de todas as fontes (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).

A Renda média real (RMR) de todas as fontes por pessoa apresentou crescimento desde 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores mostram que a renda no Espírito Santo apresenta trajetória e níveis bastante próximos a renda real média brasileira, porém os valores para o estado foram sempre inferiores aos valores observados na região Sudeste. A diferença entre a RMR de todas as fontes do Espírito Santo com relação à região Sudeste alcançou 12,8% em 2011. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou, em todo o período, maiores rendas para os homens (diferença, em 2011, de 82,6% com relação às mulheres), os auto declarados como brancos (diferença de 48,0% maior que os auto declarados como outras etnias), residentes na área urbana (diferença de 38,0% para os residentes na área rural) e nos grandes municípios (diferença de 27,9% em relação aos pequenos municípios).

Renda média real de todas as fontes por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo (15 anos ou mais), 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Socias (CES).



EDUCAÇÃO

Nesta seção são apresentados os indicadores de educação com base nos dados das PNADs de 2001 a 2011 e Censo Escolar de 2010. É fato estilizado que muitos dos indicadores apresentados nesta síntese decorrem diretamente do nível educacional de uma determinada região, sendo que uma melhor situação educacional implica em melhores condições de vida, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, já que trabalhadores com um melhor nível educacional geralmente apresentam uma produtividade de sua mão de obra maior.

A evolução destes indicadores nos últimos dez anos mostra que a situação educacional do Espírito Santo vem melhorando consistentemente, apresentando em geral indicadores melhores do que a média nacional. A escolaridade média da população saiu de 6 anos de estudo em 2001 para 7,5 anos em 2011. A taxa de analfabetismo, que era de 11,5% em 2001 passou para 6,4% em 2011, ou seja, em 10 anos caiu quase pela metade, e dado que o ensino fundamental está praticamente universalizado é meramente questão de tempo até o analfabetismo ser extinto.

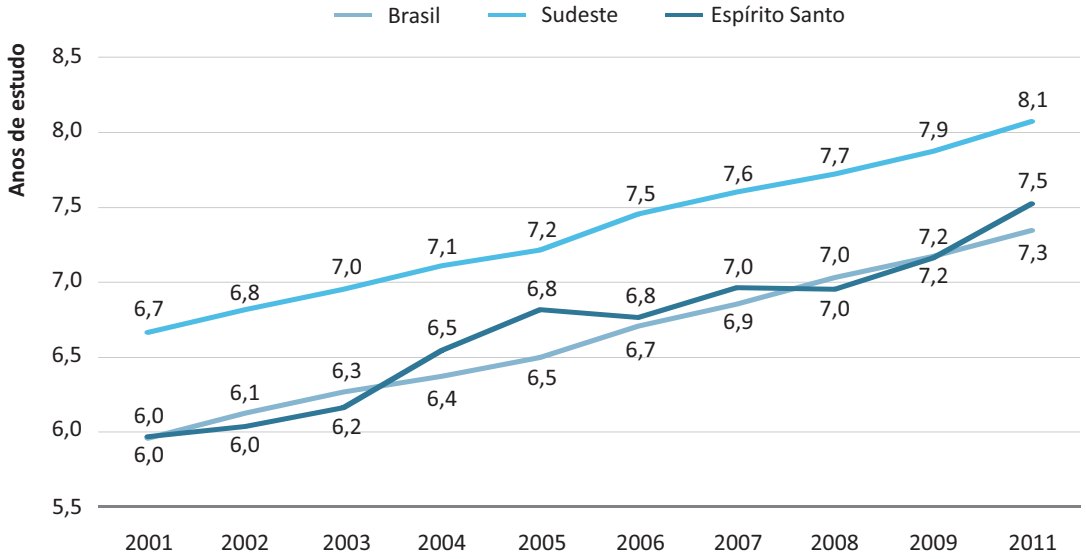
Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que são aquelas pessoas que, apesar de saberem ler e escrever, não conseguem interpretar textos mais complexos. Em 2001, de todas as pessoas que sabiam ler e escrever 24,9% eram analfabetos funcionais, esta proporção foi de 18,1% em 2011.

Pelos dados também observamos que as crianças e adolescentes do Estado entre 7 e 14 anos estão quase todos frequentando a escola (99,2%), e que este resultado foi superior aos apresentados pela região Sudeste e Brasil.

Em relação à taxa de distorção idade-série, o Espírito Santo tem que evoluir. Apesar das crianças estarem dentro da escola, as taxas para o ensino fundamental chegam a atingir mais de 25% em determinadas etapas do ensino fundamental, o que indica que em alguns casos um quarto dos estudantes de determinada etapa estão atrasados em relação ao ano que deveriam estar cursando.

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais

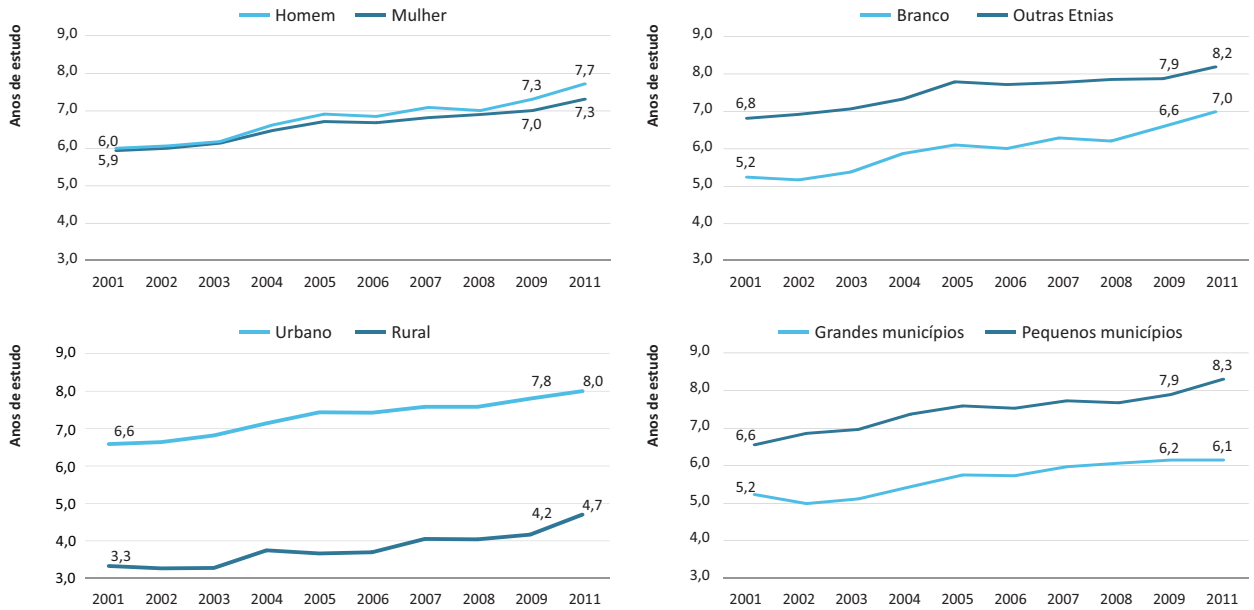
Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais de idade no Espírito Santo aumentou de 6,0 anos de estudo, em 2001, para 7,5 anos de estudo, em 2011. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo foi superior à média brasileira, porém inferior à média da região Sudeste. Em 2011, ao se comparar a média de escolaridade entre homem e mulher no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (7,7) foi sempre superior à dos homens (7,3). Além disso, em 2011 a escolaridade média dos brancos (8,2) foi superior aos de outras etnias (7,0). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade superior à da área rural, respectivamente 8,0 e 4,7 anos de estudo. Para os que residem nos grandes municípios (8,3) a escolaridade média foi superior à dos que residem nos pequenos (6,1).

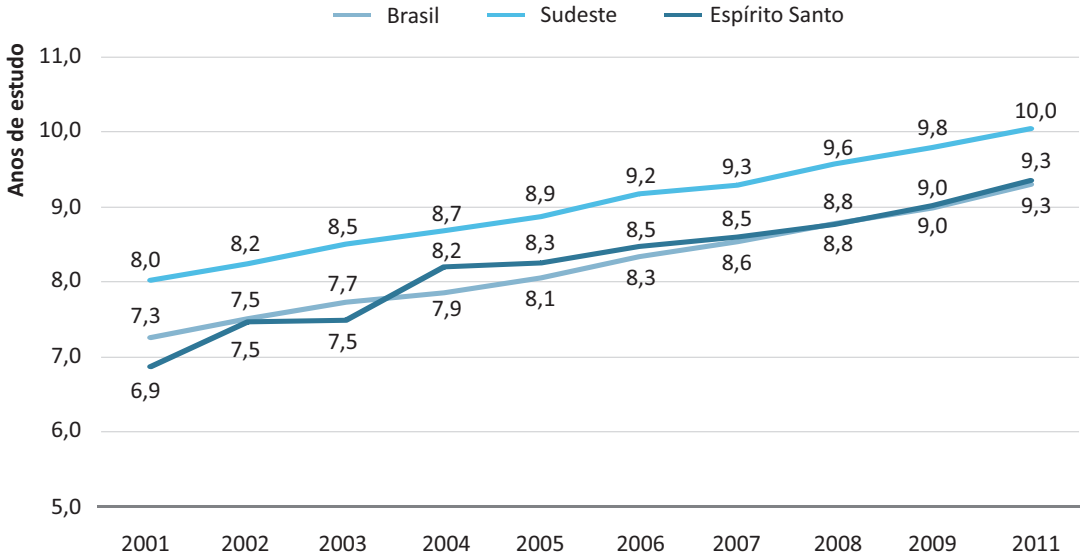
Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos

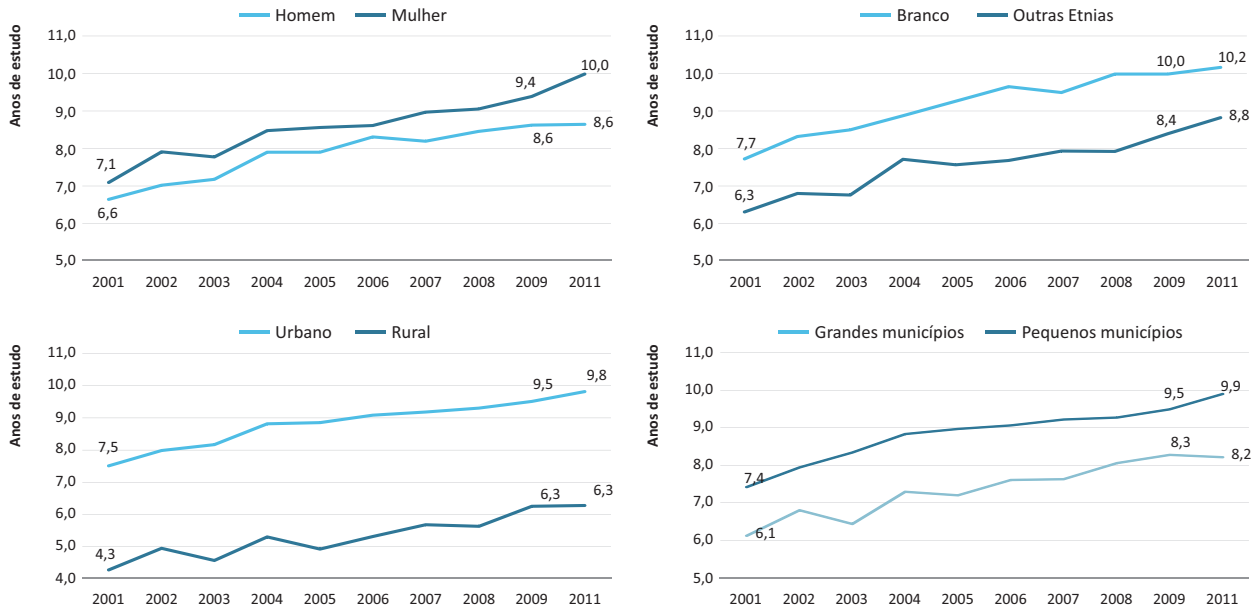
Escolaridade média para pessoas de 25 a 34 anos de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A escolaridade média dos adultos entre 25 e 34 anos no Espírito Santo aumentou de 6,9 anos de estudo em 2001, para 9,3 anos de estudo em 2011. Comparativamente, em 2011 observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada no Espírito Santo (9,3) foi igual à média brasileira (9,3), porém inferior à média da região Sudeste (10,0). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (10,0) foi sempre superior à dos homens (8,6). A escolaridade média para os indivíduos de cor branca (10,2) foi superior ao de outras etnias (8,8). A população residente na área urbana possuía uma média de escolaridade de 9,8 anos de estudo, superior à média da área rural de 6,3. Para os que residem nos grandes municípios (9,9) a escolaridade média foi superior aos que residem nos pequenos (8,2).

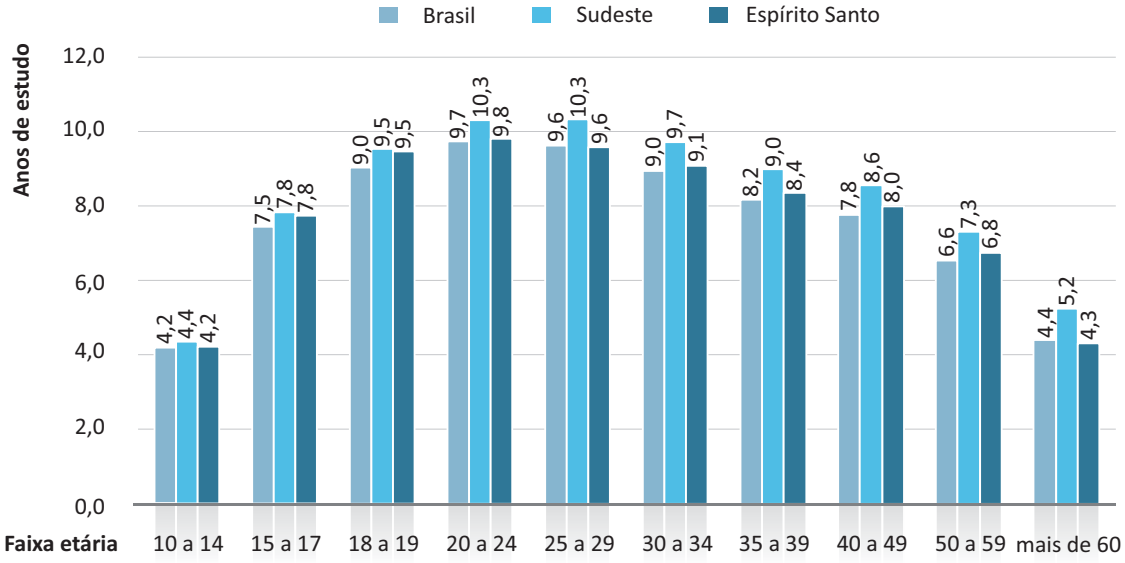
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos de idade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Anos de estudo segundo faixas de idade

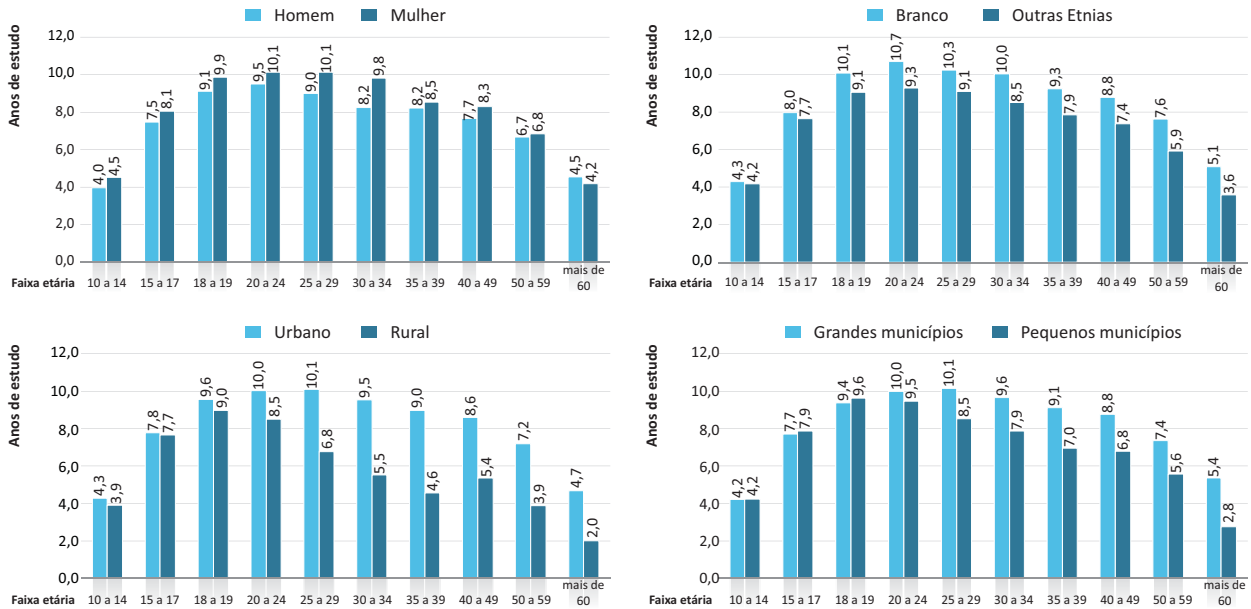
Número médio de anos de estudo, segundo faixas de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 9,8 anos de estudo, valor superior à média nacional (9,7), porém inferior à região Sudeste (10,3). O número de anos de estudo no Espírito Santo nas faixas mais jovens (18 a 29 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (30 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar a média de anos de estudo entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor branca o número médio de anos de estudo foi superior aos indivíduos de outras etnias. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural. A escolaridade média foi superior para os residentes nos grandes municípios, para as faixas de idade acima de 19 anos.

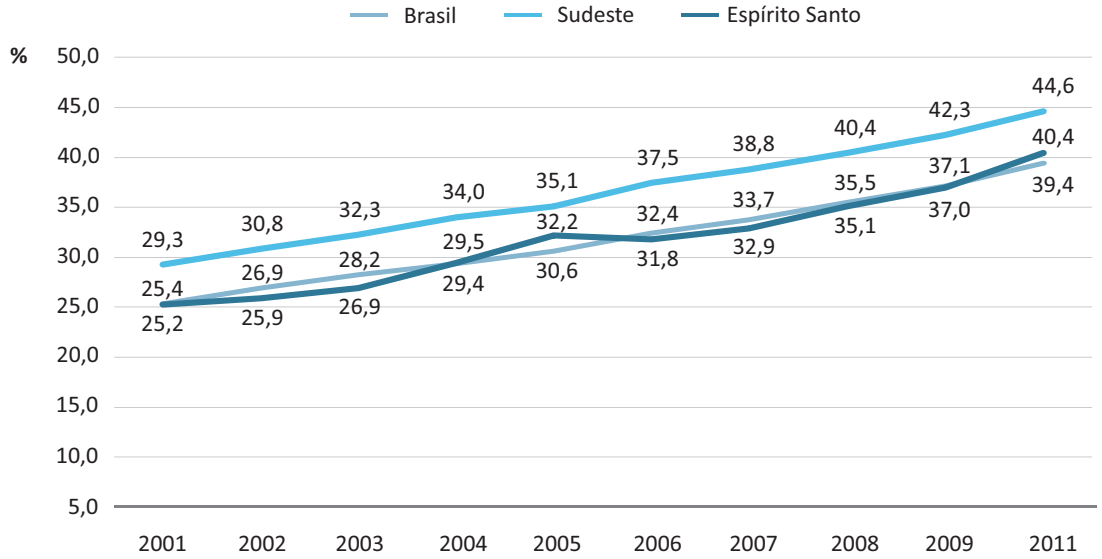
Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo

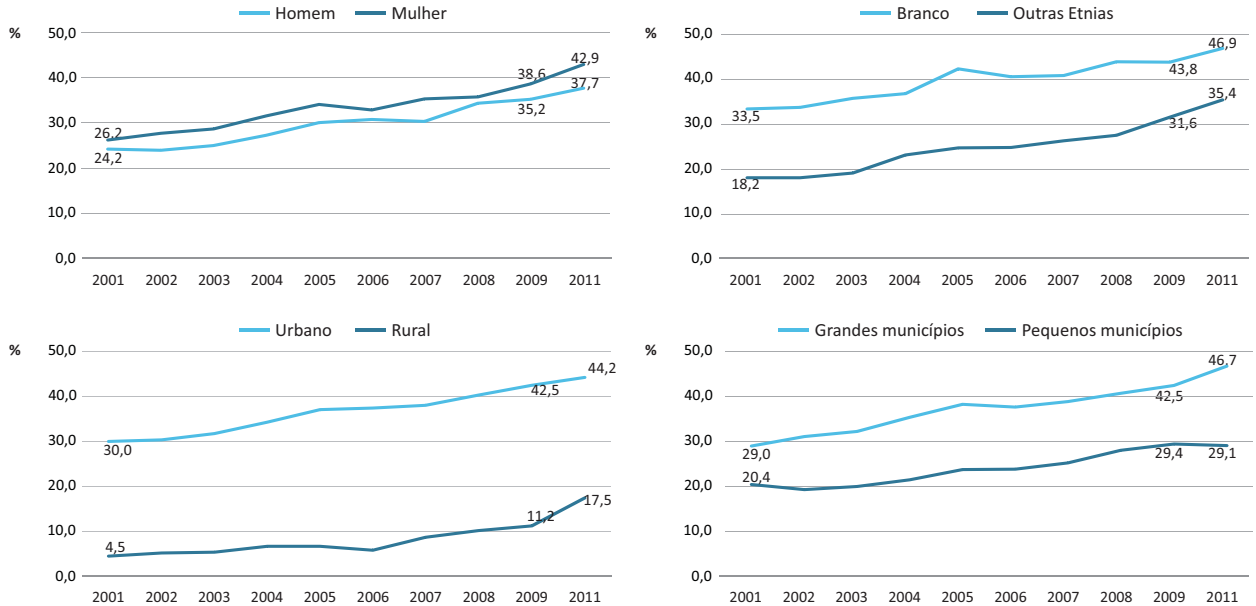
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período, passando de 25,2% em 2001, para 40,4% em 2011. Comparativamente a região Sudeste, o Espírito Santo apresentou uma menor proporção ao longo do período. Em 2011, ao se comparar a proporção entre homens (37,7%) e mulheres (42,9%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres. A proporção foi maior entre os brancos (46,9%) do que entre os de outras etnias (35,4%). A população residente na área urbana também apresentou maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 11 anos ou mais de estudo em relação à área rural, respectivamente 44,2% e 17,5%. Para os que residem nos grandes municípios (46,7%), a proporção foi superior aos que residem nos pequenos (29,1%).

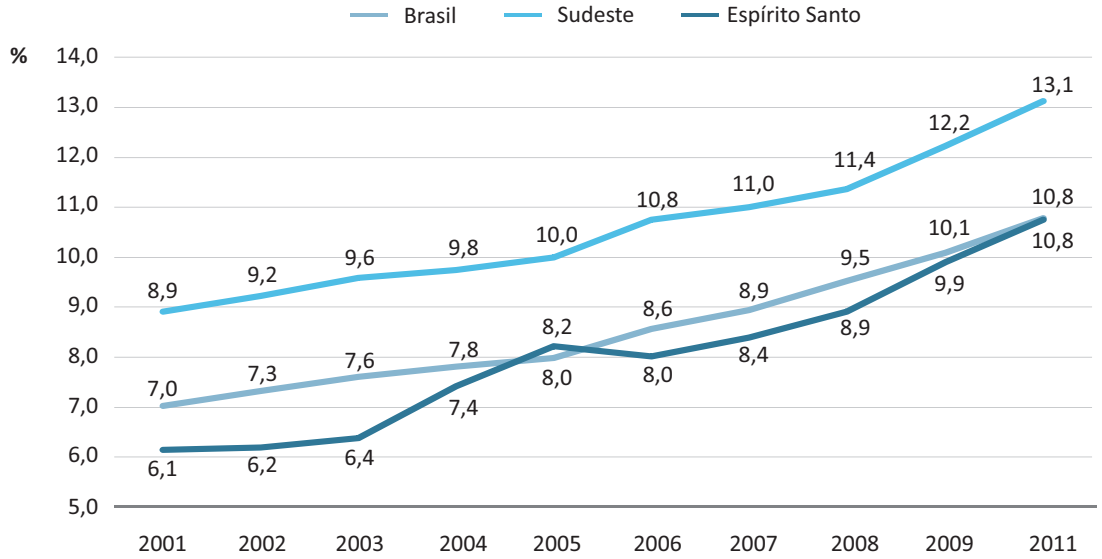
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo

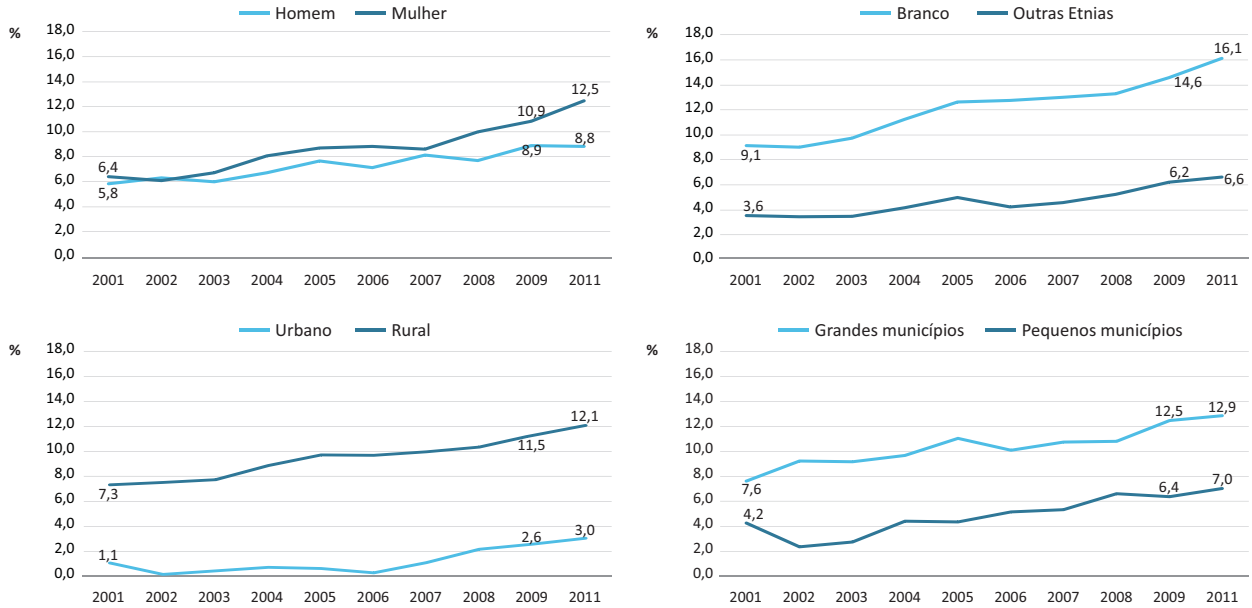
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais de idade e pelo menos 15 anos de estudo no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 6,1%, em 2001, para 10,8%, em 2011. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005, que ao atingir o valor de 8,2%, superou o Brasil e em 2011, em que o Estado obteve taxa equivalente à encontrada para o Brasil (10,8%). Na comparação entre gênero e cor ou raça, as mulheres (12,5%) e a população de cor branca (16,1%) registraram proporção superior aos homens (8,8%) e aos indivíduos de outras etnias (6,6%). Os residentes na área urbana (12,1%) e nos grandes municípios (12,9%) apresentaram maiores taxas quando comparados à área rural (3,0%) e aos pequenos municípios (7,0%).

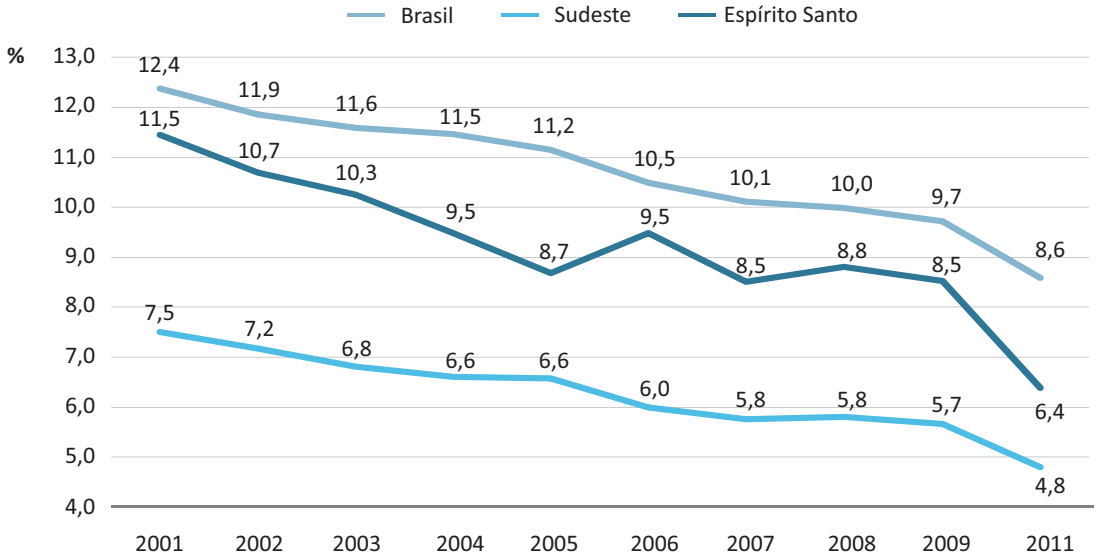
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo

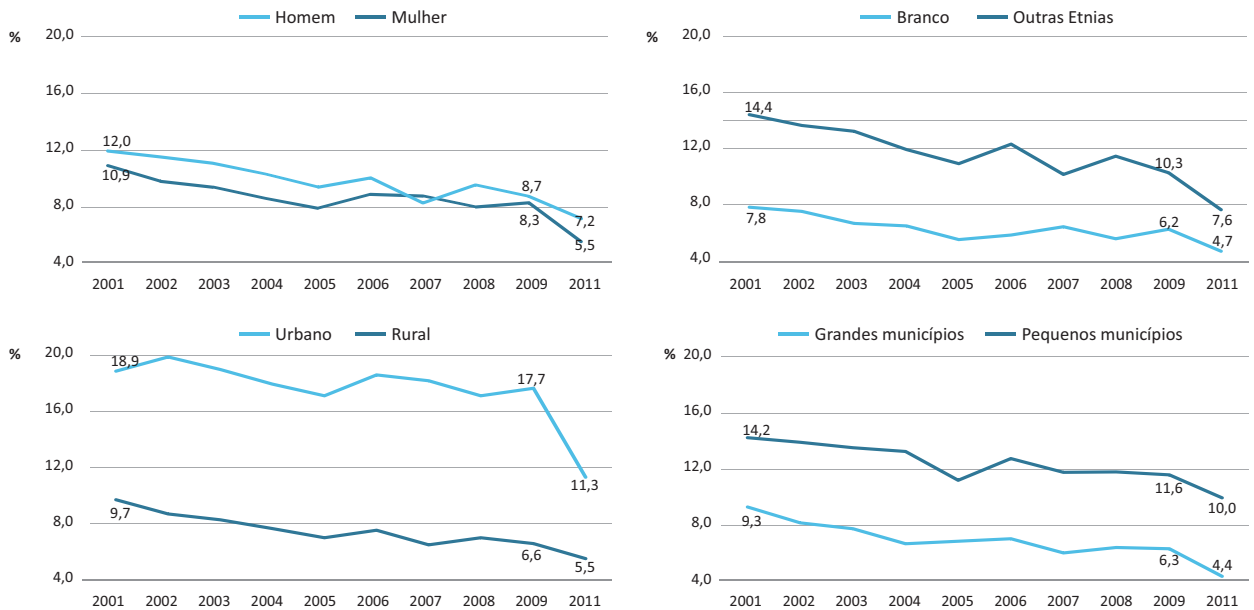
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No período 2001-2011, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo passou de 11,5% em 2001 para 6,4% em 2011 (redução de 44,3%), alcançando em 2011 o menor índice do período. Em 2011, com relação ao gênero, o analfabetismo foi superior para as mulheres (7,2%) em comparação aos homens (5,5%) e com relação a cor ou raça, observou-se maior percentual nos indivíduos de outras etnias (7,6%) frente aos autodeclarados brancos (4,7%). A população residente na área urbana apresentou menor proporção de analfabetos em relação à área rural, respectivamente 5,5% e 11,3%. A taxa de analfabetismo para os que residiam nos grandes municípios (4,4%) foi inferior aos que residiam nos pequenos (10,0%).

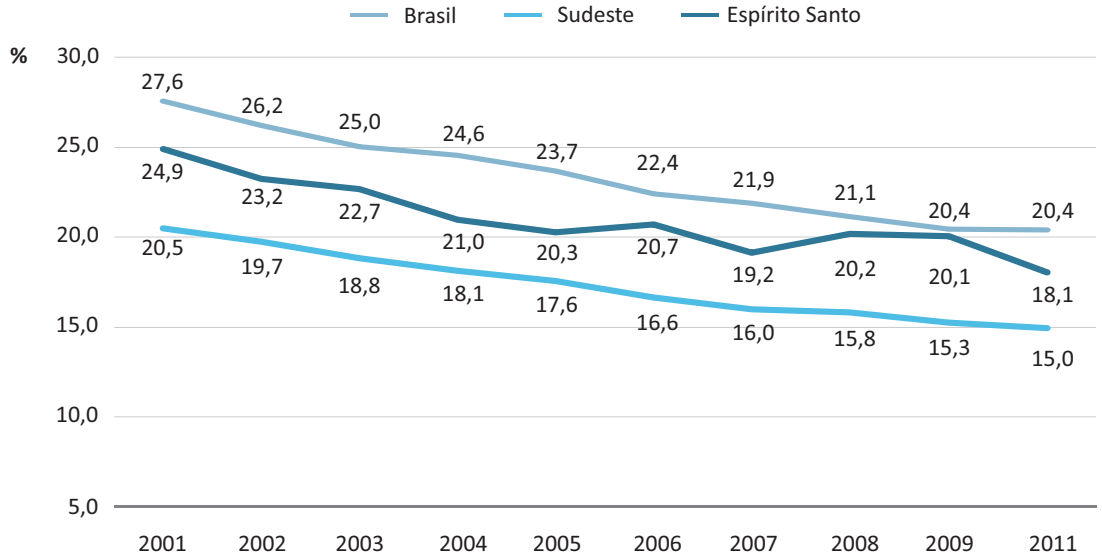
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade) por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo funcional

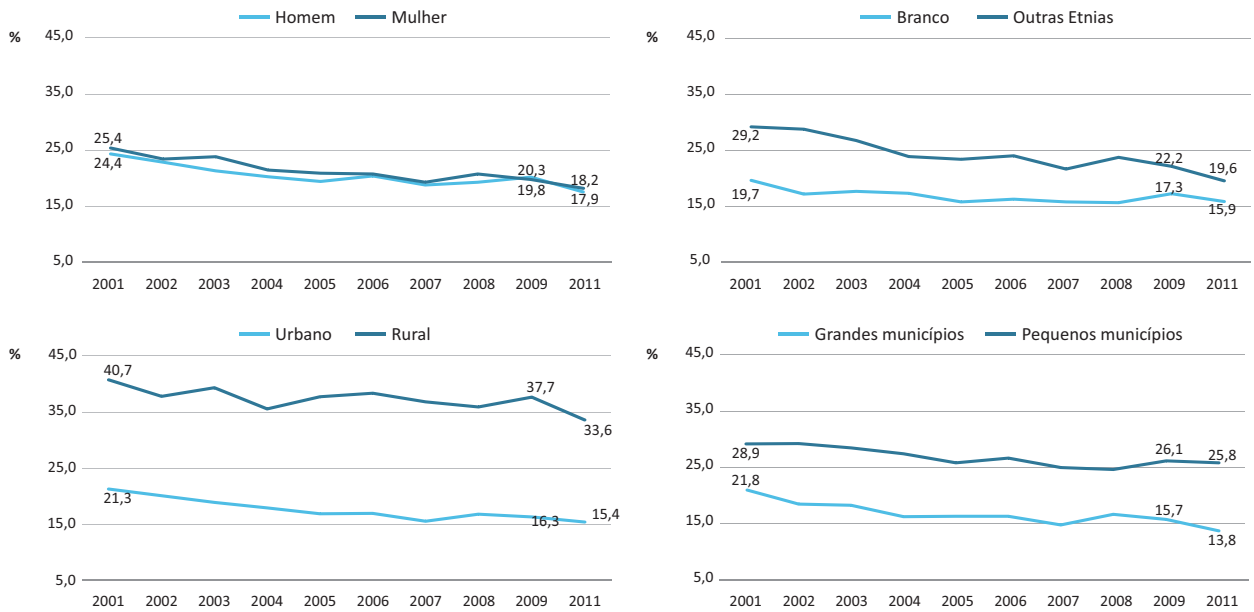
Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No período 2001-2011, a taxa de analfabetismo funcional também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional reduziu 27,6% de 2001 para 2011, para 18,1% em 2011, atingindo o menor percentual na série histórica. O analfabetismo funcional no Estado, em 2011, ficou 3,1 p.p. acima da região Sudeste e 2,3 p.p. abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre superiores para as mulheres (exceto no ano de 2009). Além disso, os indivíduos de cor branca (15,9%) apresentaram uma taxa menor se comparados aos de outras etnias (19,6%). A população residente na área urbana (15,4%) também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais em relação à área rural (33,6%). Para os residentes nos pequenos municípios (25,8%) do Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional também foi mais intensa do que nos grandes municípios (13,8%).

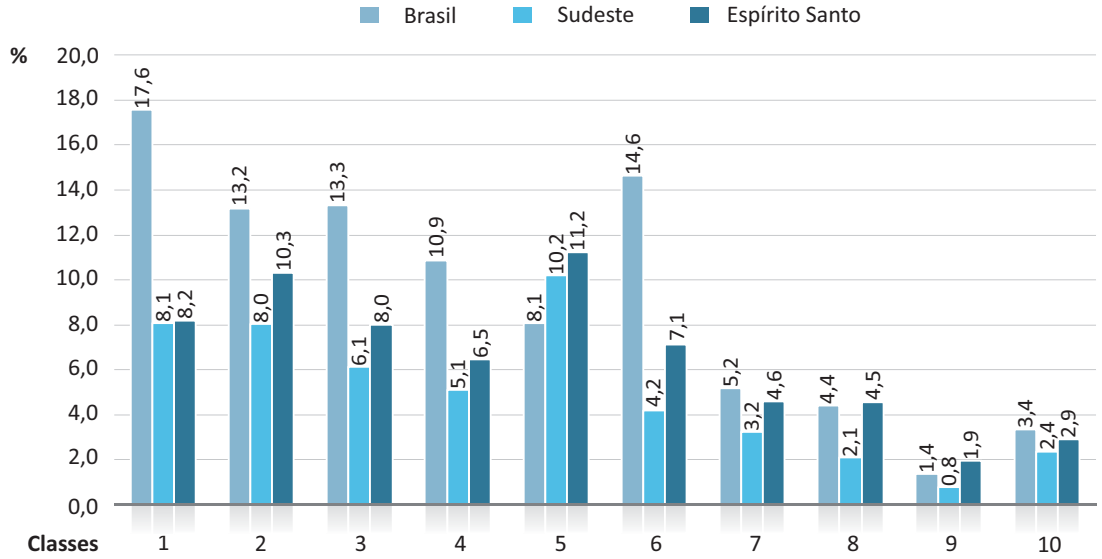
Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo por décimos da distribuição de renda

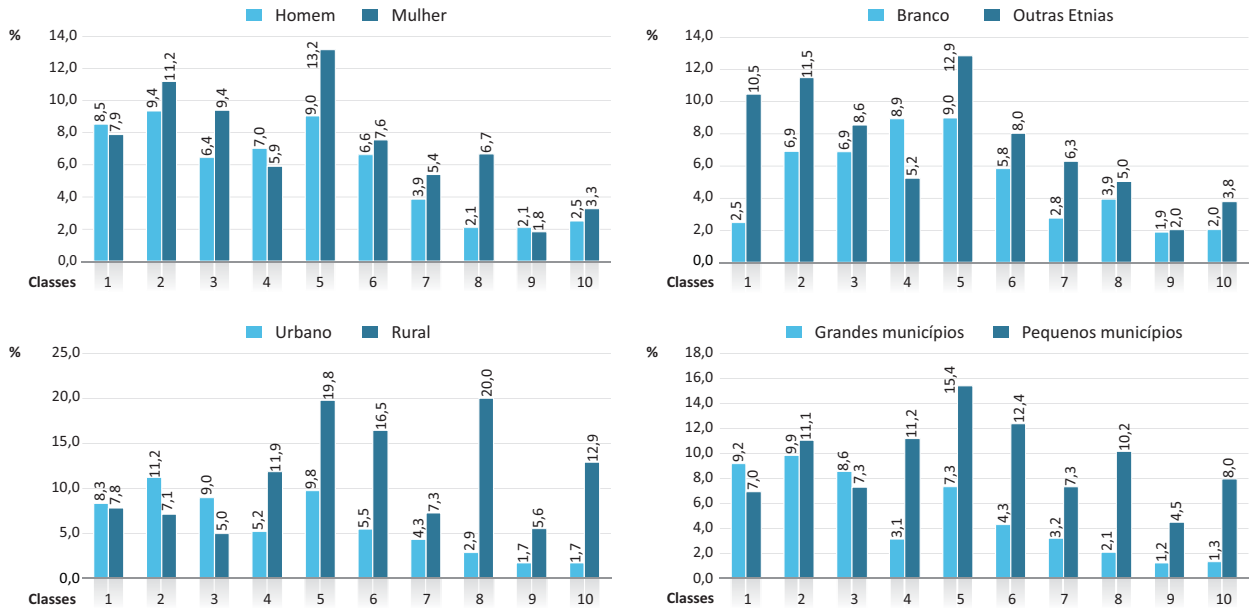
Taxa de analfabetismo por décimos da distribuição de renda, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Observa-se pelo gráfico acima a ligação direta que existe entre escolaridade e os decis da distribuição de renda, sendo observadas em geral taxas de analfabetismo menores nas classes de rendimentos superiores. Em relação ao Brasil, o Espírito Santo apresentou taxa de analfabetismo menor na maioria das classes (com exceção da 5ª, 8ª e 9ª classe). Já no confronto com o Sudeste, o percentual de analfabetos é superior no estado em todas as classes de rendimento analisadas. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 1, 4 e 9 e maiores taxas para as mulheres nas demais. Pessoas que se declararam brancas têm uma taxa de analfabetismo maior que outras etnias apenas na 4ª classe. A população residente na área rural apresentou maior analfabetismo em todas as classes acima da Quarta (inclusive). Em relação ao tamanho dos municípios, nos pequenos o analfabetismo também foi mais intenso.

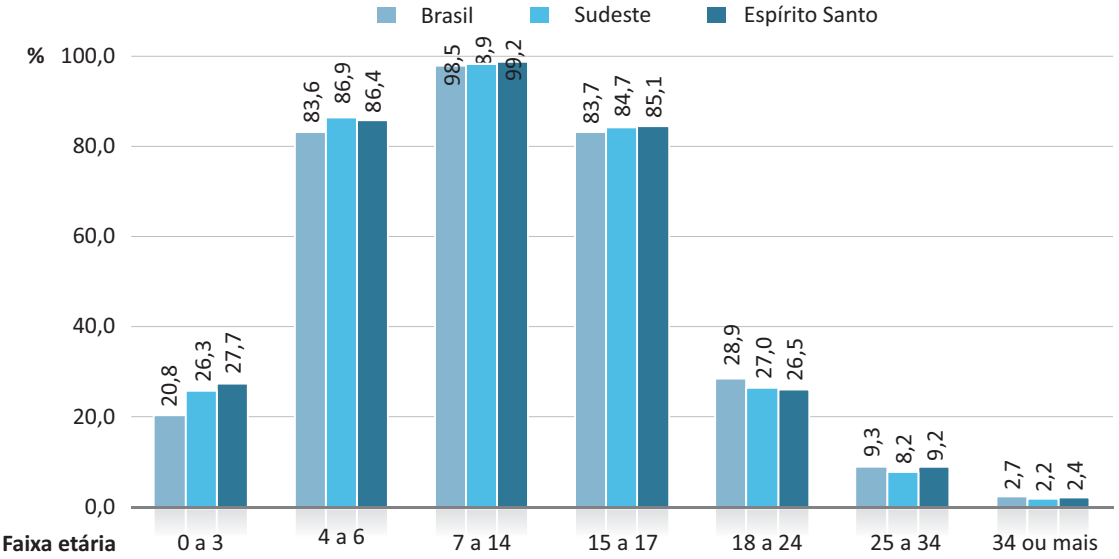
Taxa de analfabetismo por décimos da distribuição de renda por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Frequência escolar

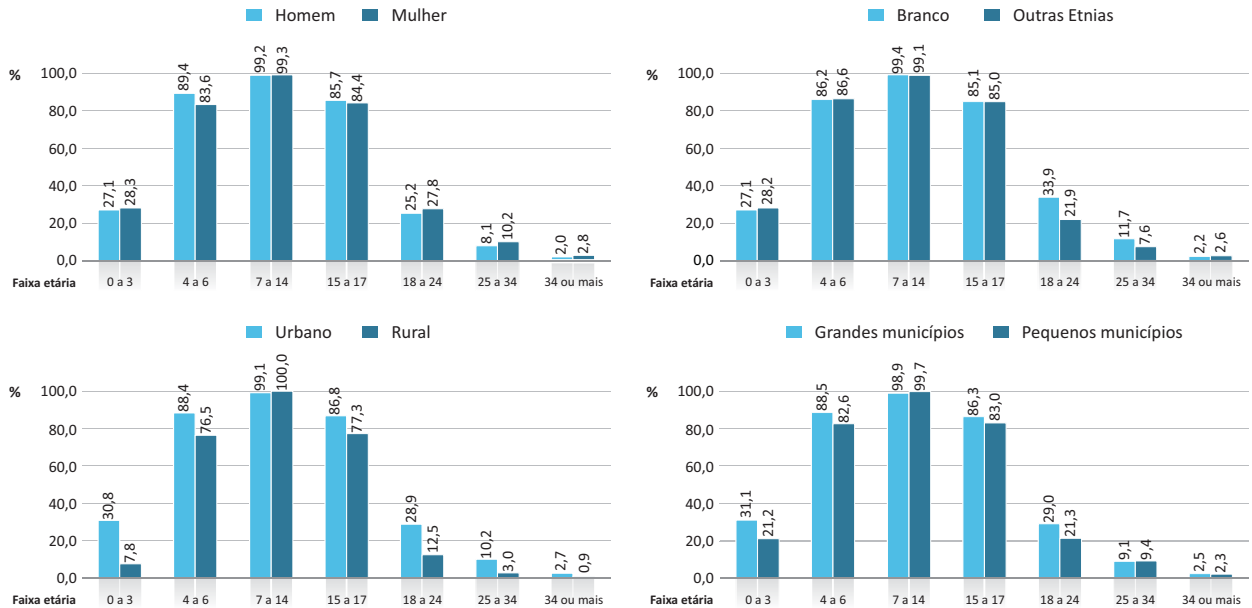
**Frequência escolar,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Em 2011, a frequência escolar no Espírito Santo apresentou sua maior participação na faixa de idade entre 7 a 14 anos, com um índice de 99,2% o ensino fundamental está praticamente universalizado. Em todas as faixas etárias, exceto a primeira (creche), em que o Estado tem uma cobertura melhor, a frequência escolar é muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste. Ao comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, observamos que as mulheres tendem a atingir escolaridades mais elevadas. Nota-se também que, em geral, uma proporção maior dos brancos permanece no sistema educacional após os 17 anos. Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes nos municípios urbanos do que nos rurais. A distribuição por tamanho de municípios foi bem próxima, exceto nas faixas de 4 a 6 anos e de 18 a 24 anos.

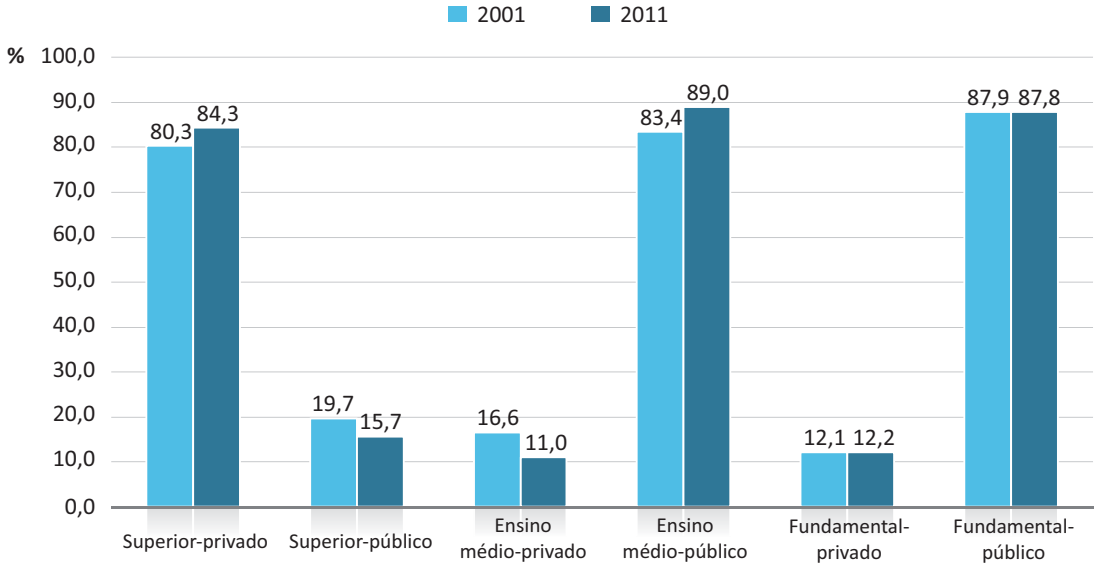
Frequência escolar por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Frequência escolar por nível de ensino e rede

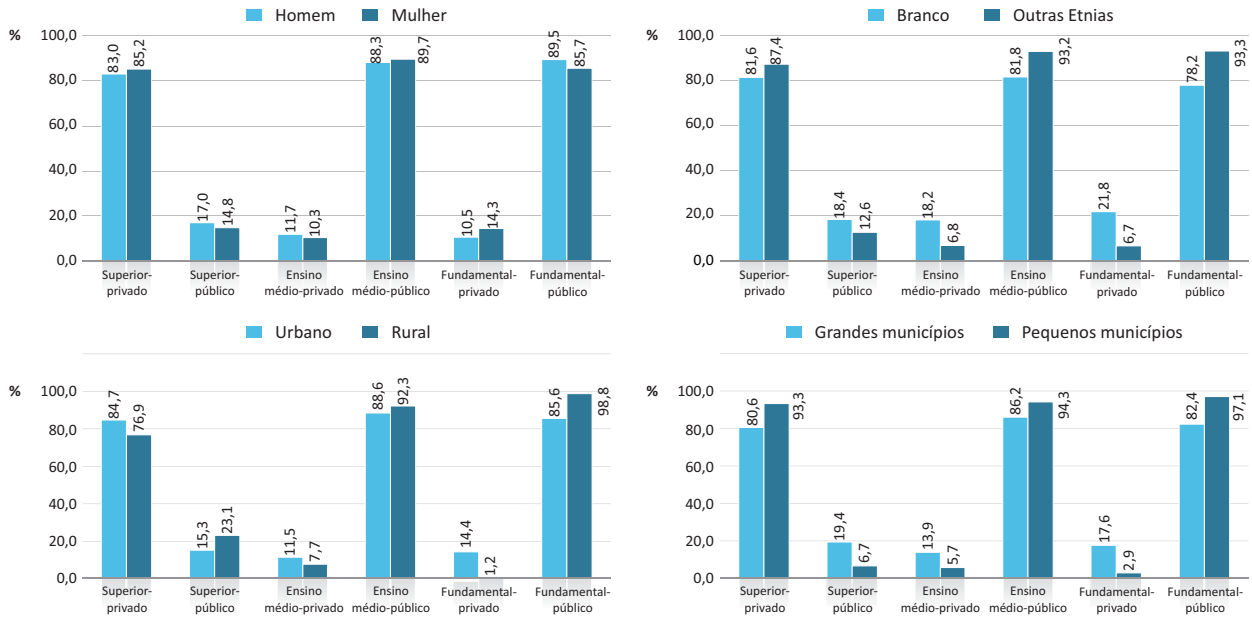
Frequência escolar por nível de ensino e rede, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Nos últimos 10 anos as mudanças mais fortes foram observadas no ensino médio e superior, a proporção de alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas subiu 5,6 p.p., atingindo 89,0% em 2011. Já para o ensino superior a proporção dos que estudavam na rede privada aumentou 4,03 p.p. chegando a 84,3%. Ao se comparar frequência escolar entre homens e mulheres, verificou-se um equilíbrio em todos os níveis e redes de ensino. Com relação à cor, entre os brancos existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental e médio, e a rede pública no ensino superior. Observa-se também que a grande maioria dos jovens da área rural cursava o ensino fundamental na rede pública. Nos grandes municípios predominou maior proporção de jovens que frequentavam o ensino fundamental e médio na rede privada, e superior na rede pública, em relação aos pequenos municípios.

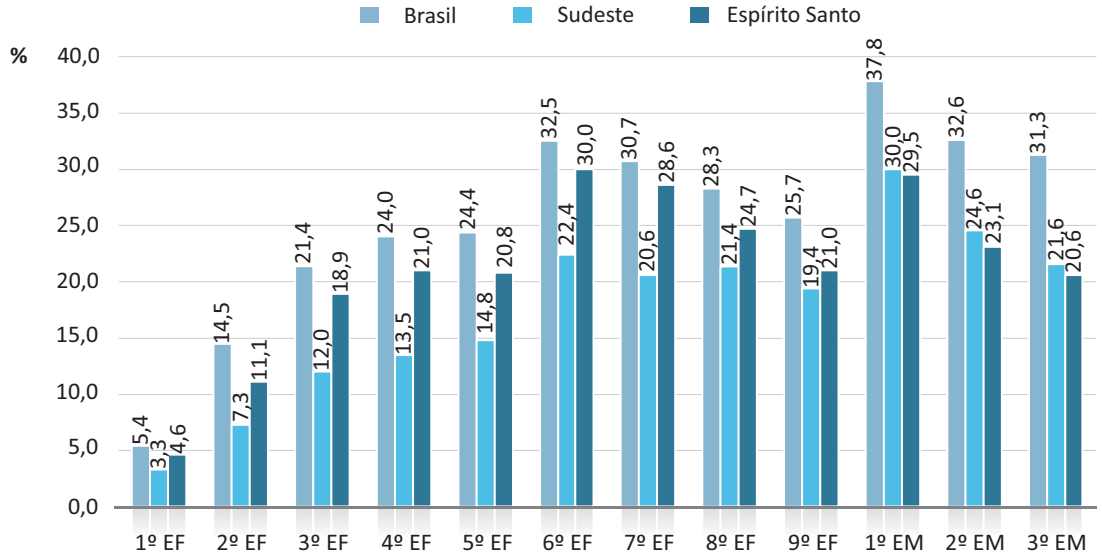
Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de distorção idade-série (Censo Escolar 2010)

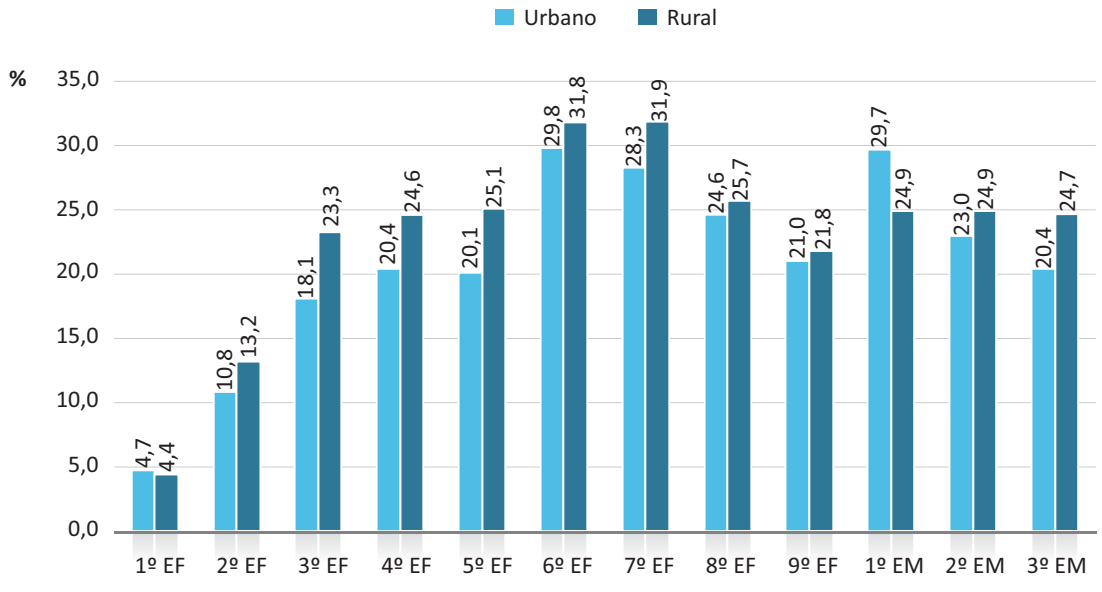
**Taxa de distorção idade-série,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2010**



Fonte: Censo Escolar 2010/INEP. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de distorção idade-série no Espírito Santo no ano de 2010 apresentou valores crescentes em relação à etapa frequentada, sendo o menor valor de 4,6% no primeiro ano do ensino fundamental (EF) e o maior de 30% no sexto ano, após esta etapa verificou-se a redução neste indicador até o nono ano. Para o ensino médio (EM) o maior valor observado foi de 29,5% no primeiro ano e o menor de 20,6% no terceiro ano. Em termos comparativos o Espírito Santo apresentou taxas de distorção para o ensino fundamental sempre menores que a do Brasil e maiores do que a média da região Sudeste, já para o ensino médio o Estado apresentou valores menores tanto em relação ao Brasil quanto ao Sudeste. Dentro do Estado observaram-se, em geral, taxas de distorção maiores na zona rural do que na zona urbana, as exceções foram apenas o primeiro ano do ensino fundamental e do ensino médio.

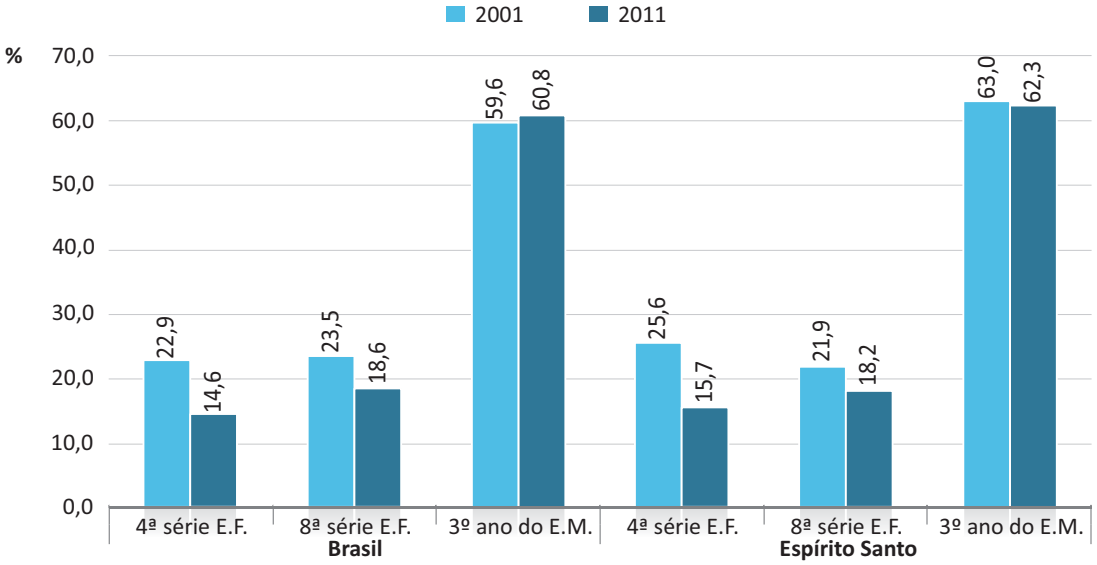
**Taxa de distorção idade-série por situação do domicílio,
Espírito Santo, 2010**



Fonte: Censo Escolar 2010/INEP. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de retenção no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

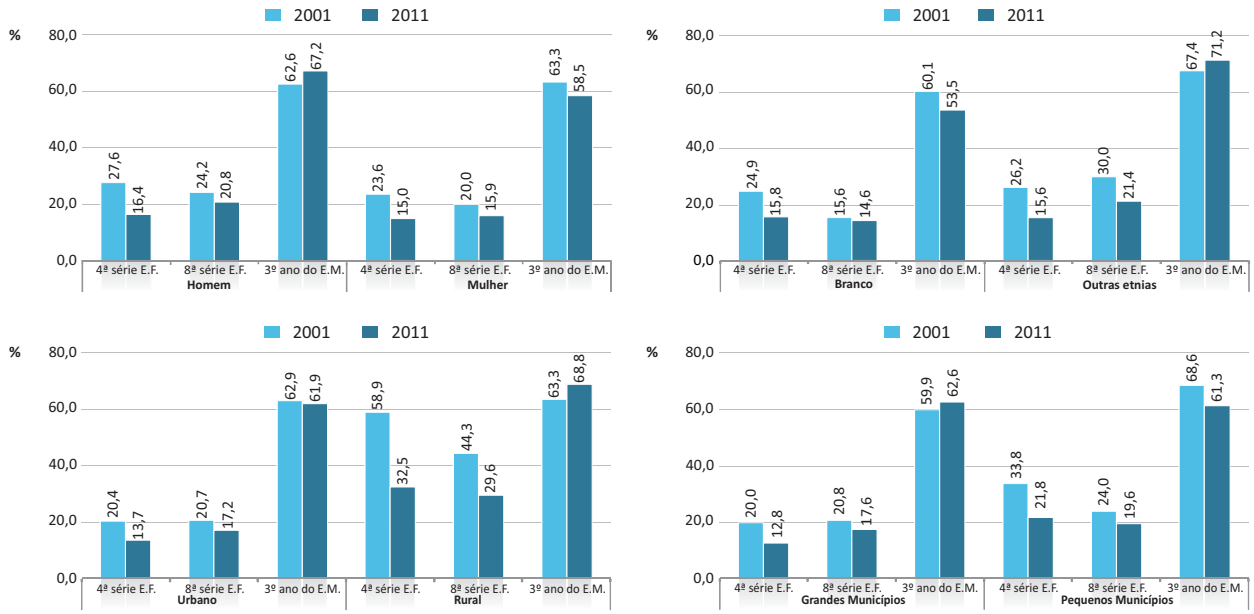
Taxa de retenção da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de retenção para a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (EF) no Espírito Santo caiu no período 2001-2011. Em 2001, a taxa para a 4ª série (5º ano) foi de 25,6% recuando para 15,7% em 2011. Para a 8ª série (9ºano) do EF a taxa foi de 21,9% em 2001 passando para 18,2% em 2011. Com relação ao 3º ano do EM, verificouse que a taxa permaneceu aproximadamente no mesmo patamar, 62,6% em 2001 e 62,3% em 2011. Observou-se que em 2011 a taxa de retenção foi maior entre os homens em todos os níveis analisados do que entre as mulheres. Com relação à cor, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém superior para os de outras etnias (71,2%) do que para os brancos (53,5%). Em relação ao tamanho do município percebeu-se que a retenção foi maior nos dois níveis do EF e ligeiramente menor no final do EM para os pequenos municípios.

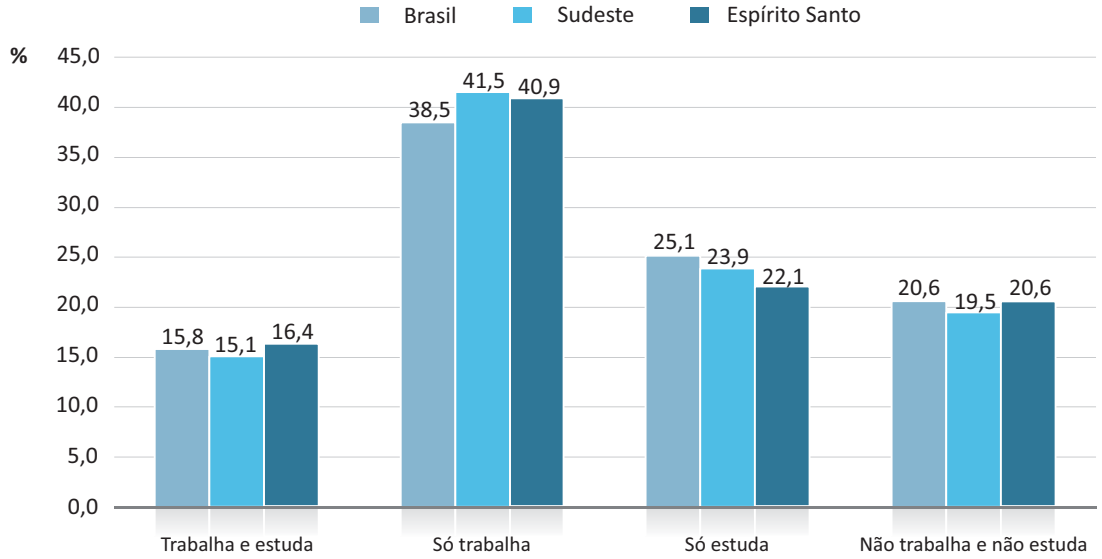
Taxa de retenção da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais)por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Alocação do tempo dos jovens

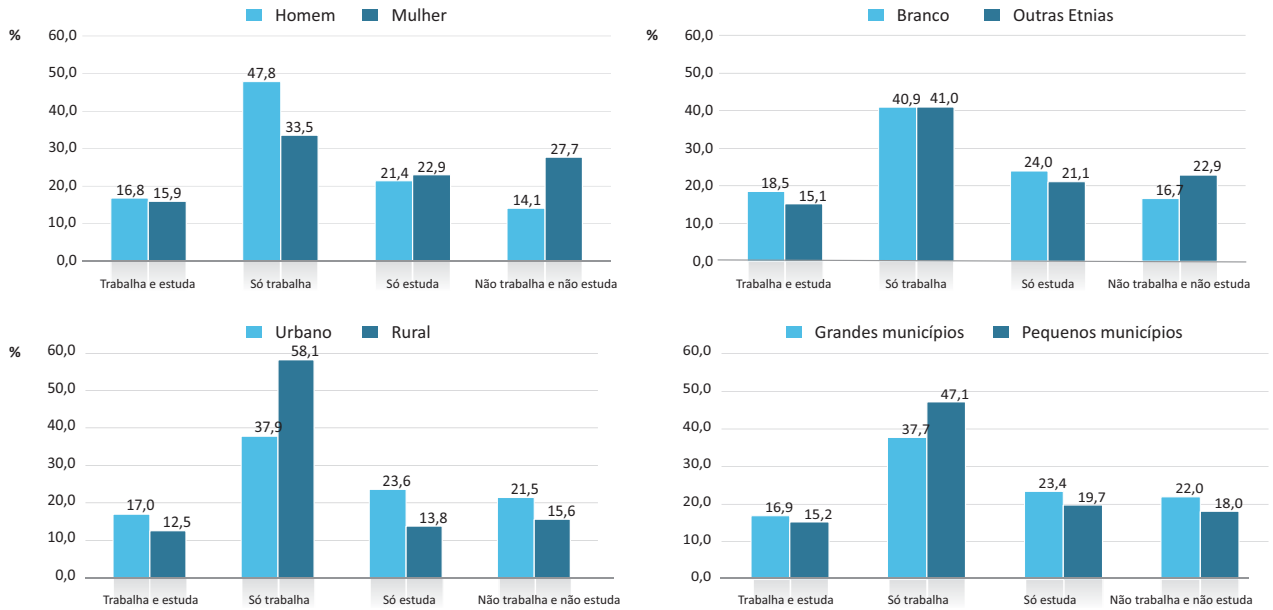
Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, verificou-se que grande parte deles só trabalhava. Em 2011, a proporção de jovens que só trabalhavam era de 38,5% para o Brasil, 41,5% para a região Sudeste e 40,9% para o Espírito Santo. No segundo grupo com maior proporção de jovens, o Espírito Santo (22,1%) quando comparado ao Brasil (25,1%) e a região Sudeste (23,9%), apresentava a menor porcentagem de indivíduos que só estudavam. Em 2011 no Espírito Santo, homens (47,8%) e mulheres (33,5%) concentravam-se no grupo dos que só trabalhavam. Observou-se um percentual equivalente de indivíduos brancos (40,9%) e de outras etnias (41,0%) no grupo dos que só trabalhavam. Os indivíduos que residiam na área rural (58,1%) e urbana (37,9%), nos pequenos (47,1%) e grandes (37,7%) municípios concentravam-se no grupo dos que só trabalhavam.

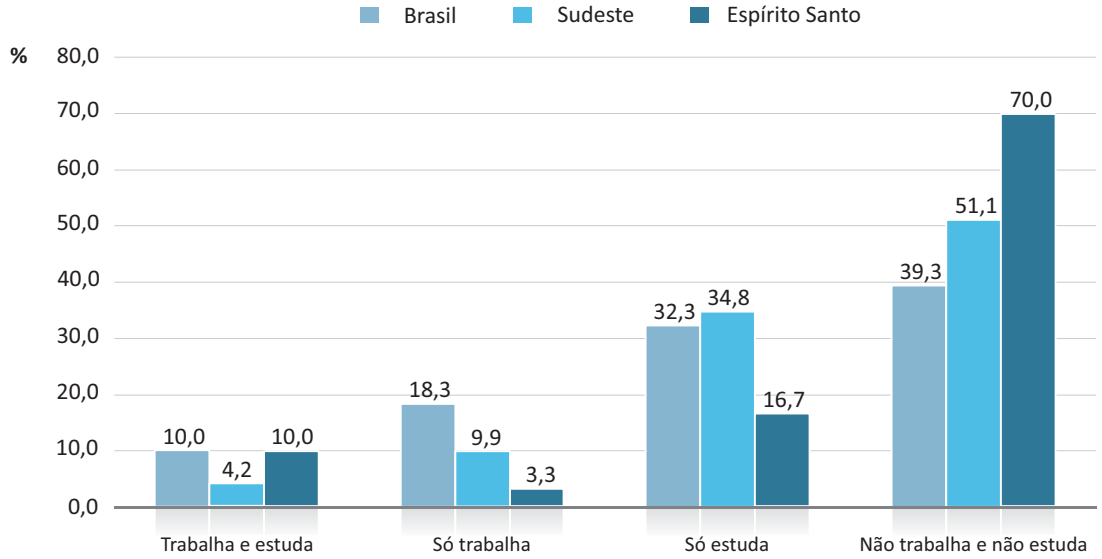
Alocação do tempo dos jovens por gênero, cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Alocação do tempo do jovem segundo classes sociais

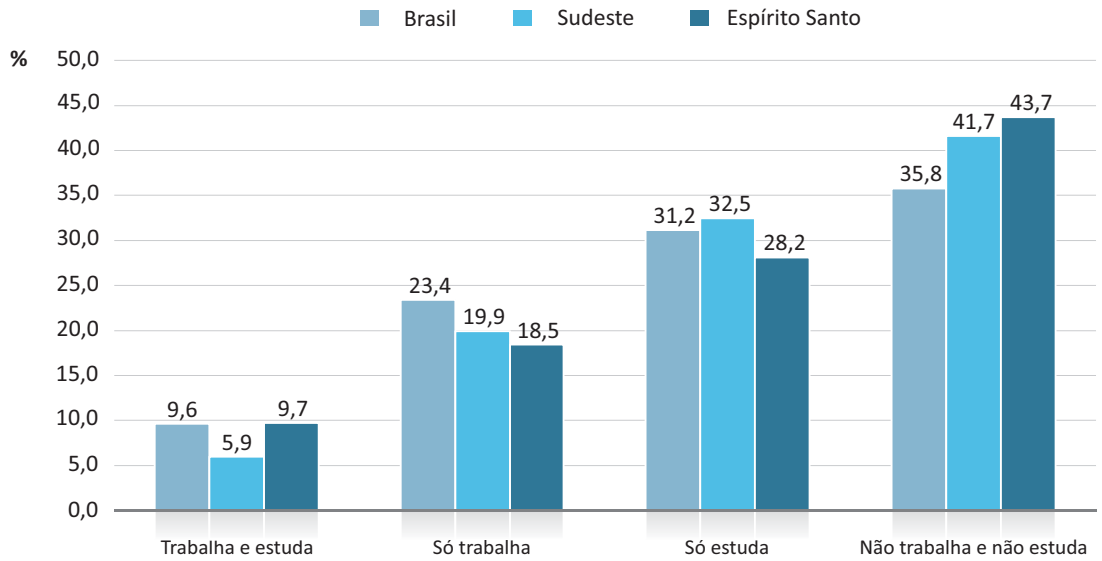
Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe extremamente pobre, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Entre os jovens da classe extremamente pobre observou-se que para o Brasil (39,3%), a região Sudeste (51,1%) e o Espírito Santo (70,0%) predominavam os que não trabalhavam e não estudavam. Os jovens capixabas da classe extremamente pobre apresentaram a menor porcentagem entre aqueles que só estudavam (16,7%) se comparados ao Brasil (32,3%) e a região Sudeste (34,8%). Ao se comparar a alocação do tempo do jovem para a classe pobre no Espírito Santo, observou-se que 43,7% dos indivíduos não trabalhavam e não estudavam, valor superior à região Sudeste (41,7%) e ao Brasil (35,8%). Enquanto no Brasil e na região Sudeste o percentual de jovens pobres que só estudavam representava, respectivamente 31,2% e 32,5%, no Espírito Santo esse percentual era de 28,2%.

Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos para a classe pobre, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).



ARRANJOS FAMILIARES

Entende-se por arranjo familiar uma pessoa ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco. A composição dos arranjos familiares de uma população pode estar relacionada à combinação de dois fatores: (i) a estrutura demográfica da população de referência, responsável pela estratificação do estoque de pessoas sob características relacionadas ao sexo, grupos sócio-econômicos, níveis de escolaridade, grupos de idade disponíveis para ocupar as posições de chefe, de filho e de cônjuge; e (ii) os padrões de formação dos arranjos que direcionam as pessoas para suas distintas e referentes posições (MATTOSINHOS, 2006)[1].

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que a organização destes tem se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, perdeu espaço para arranjos com uma maior diversificação na sua composição. No Espírito Santo entre 2001 e 2011 observou-se um aumento no número de pessoas que moram sozinhas sem filhos, de casais sem filhos e com até um filho e uma diminuição do número de casais com dois ou mais filhos e de solteiros com dois ou mais filhos.

Estas mudanças no modelo familiar são reflexos de aspectos econômicos e sociais e está intimamente ligada ao novo papel da mulher na sociedade. A entrada da mulher no mercado de trabalho é um dos principais fatores a explicar essas mudanças no Espírito Santo em 2011. Este fato tem duas consequências principais: a) uma delas seria em relação à mudança na hierarquia social da família, causada pelo aumento do número de mulheres chefes de família; b) outra consequência é a diminuição do número de filhos nos arranjos familiares. A presença da mulher no mercado de trabalho influenciou mudanças com relação à decisão de ter filhos, que aliada aos avanços nos métodos contraceptivos fez com que houvesse uma diminuição da fecundidade.

A tipificação dos arranjos familiares se mostra bastante diferente ao se analisar as classes sociais. As famílias com maior renda, caracterizadas como elite[2], são compostas principalmente por casais sem filho ou com até um filho e chefe sozinho. À medida que analisamos as famílias com menor renda, passamos a observar um aumento na porcentagem de arranjos familiares com mais de um filho. A classe com a menor renda, definida como pobre possui a maioria das famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos e solteiros com dois ou mais filhos.

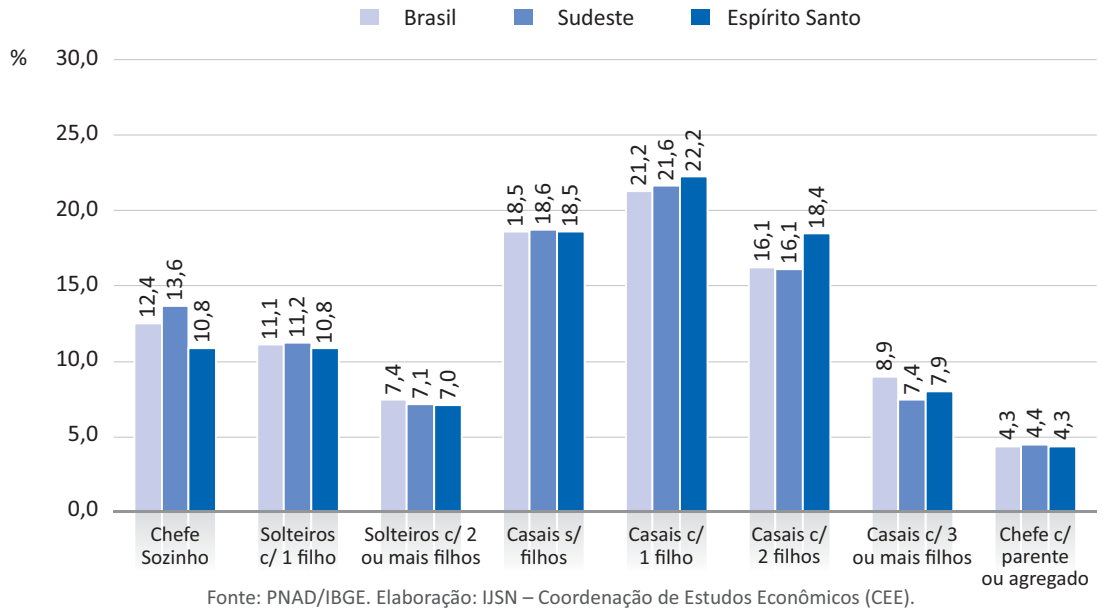
A tendência aponta para um maior dinamismo no mercado de trabalho capixaba e uma maior equidade de gênero, resultando assim, numa maior participação feminina no mercado de trabalho, assim como a continuidade da tendência de queda na fecundidade. Espera-se que estas mudanças continuem em curso, aumentando mais os arranjos compostos por pessoas solteiras sem filhos e de casais sem filhos e com até um filho.

[1] MATTOSINHOS, M. C. P. A Nova Dinâmica Familiar: características dos arranjos unipessoais no Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2006.

[2] O conceito de elite e das demais classes sociais estão definidas na seção de Distribuição de renda e Classes sociais.

Arranjos familiares

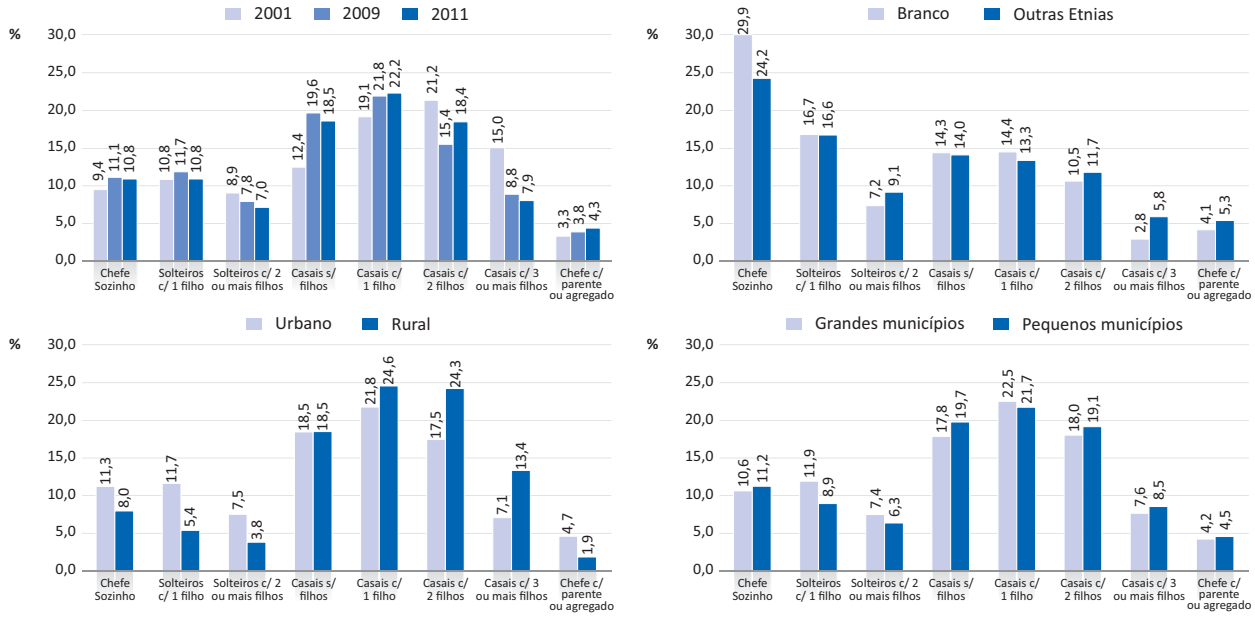
Arranjo familiar,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2011), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (22,2%) – inclusive para região Sudeste e Brasil , seguidos pelos casais sem filhos (18,5%) e casais com 2 filhos (18,4%). Na comparação com os anos anteriores verificou-se uma queda de 2001 para 2011 na proporção de solteiros com 2 ou mais filhos (-1,9 p.p.), casais com 2 filhos (-2,8 p.p.) e nos casais com 3 ou mais filhos (-7,1 p.p.). Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares das pessoas sem filhos, sozinhos e outros. A maior parte dos arranjos formados por solteiros encontrava-se na área urbana e nos grandes municípios. Com relação a cor ou raça, outras etnias apresentaram configuração familiar com maior número de filhos que os brancos.

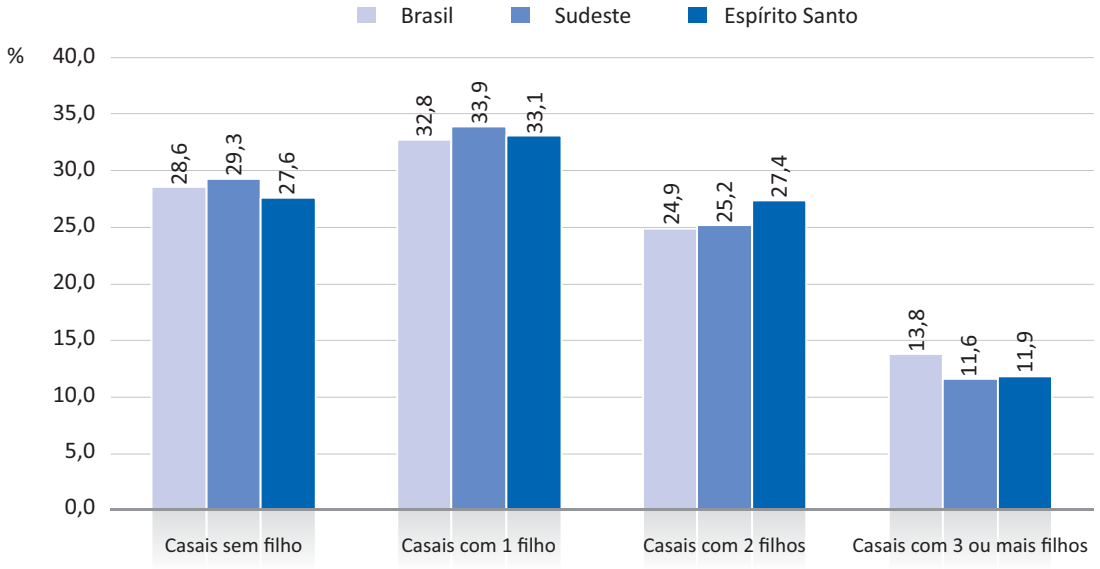
Arranjo familiar por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Arranjo familiar típico

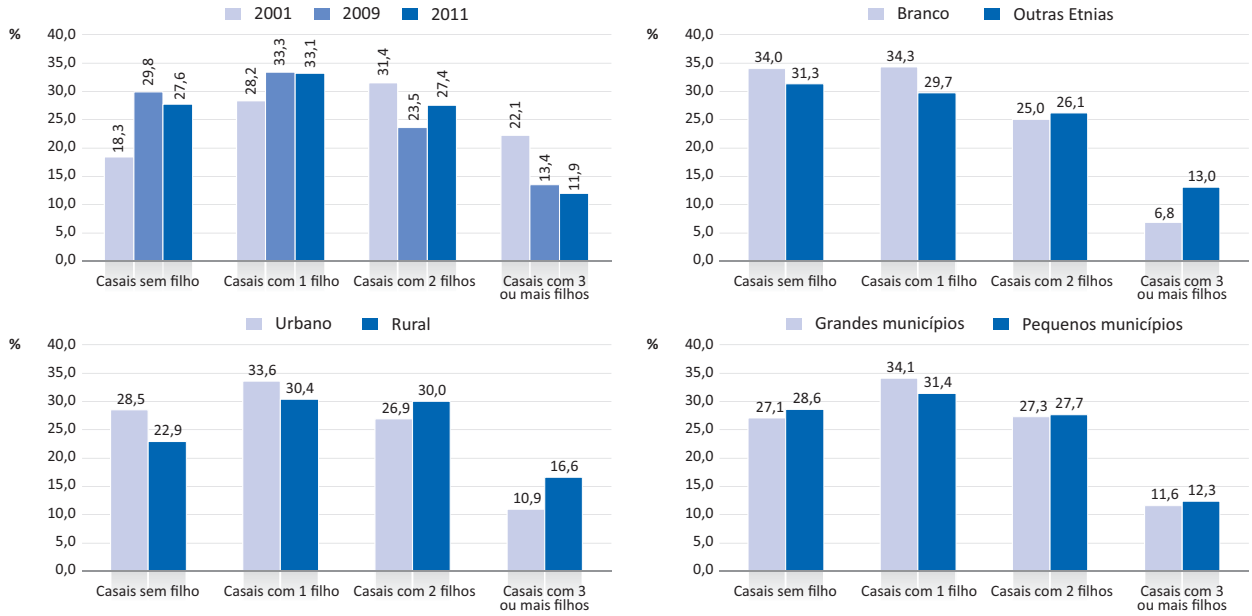
Arranjo familiar típico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No subconjunto envolvendo os três arranjos com maior representatividade na amostra (formada apenas pelos casais), a maioria no Espírito Santo (2011) possuía um filho (33,1%), seguido por casais sem filhos (27,6%). O número de casais sem filhos aumentou de 18,3% em 2001 para 27,6% em 2011 no Espírito Santo, enquanto casais com 2 filhos ou com 3 ou mais filhos apresentaram queda de -4 p.p. e -10,2 p.p., respectivamente. Em 2011, o maior número de casais sem filhos encontrava-se entre a população branca (34%), residente na área urbana (28,5%) e residente nos pequenos municípios (28,6%).

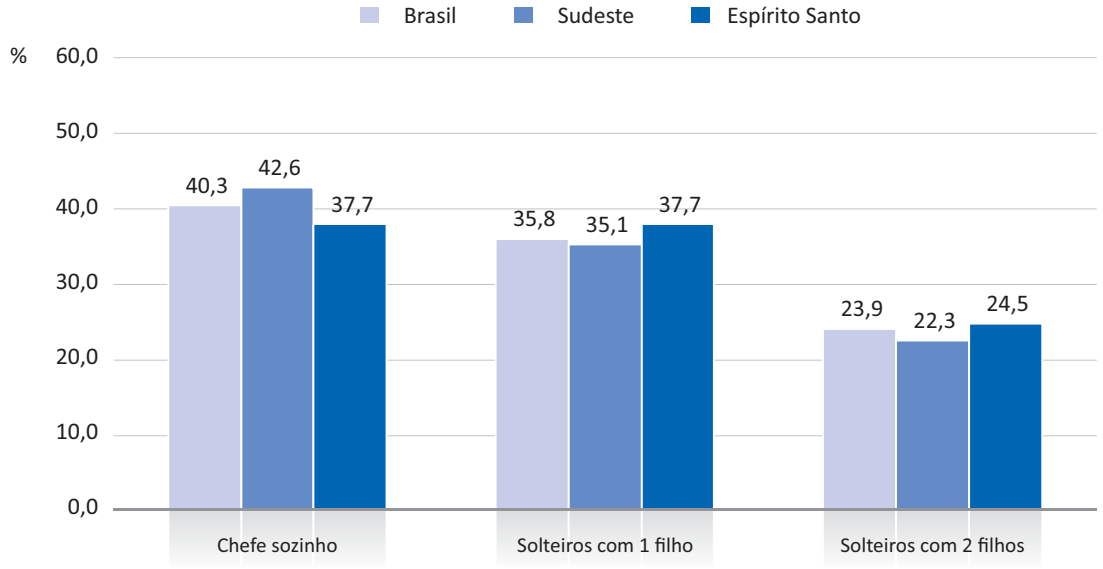
Arranjo familiar típico por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Arranjo familiar mononuclear

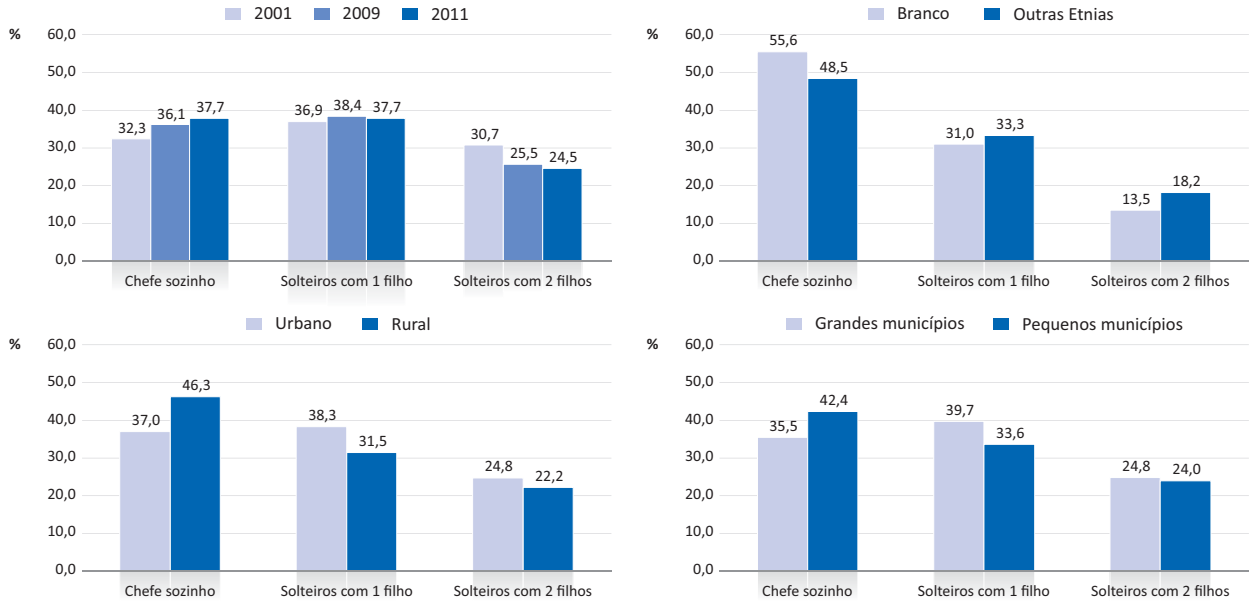
**Arranjo familiar mononuclear,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No subconjunto formado por chefes de famílias sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2011 representavam 37,7% do total (mesmo percentual dos solteiros com um filho) e os solteiros com dois ou mais filhos, 24,5%. De 2001 a 2011 verificou-se uma queda de -6,2 p.p. do número de solteiros com 2 ou mais filhos, sendo estes 4,7 p.p. maior em outras etnias em relação a população branca. Em relação às pessoas sozinhas, estes representaram maior proporção entre a população branca (55,6%), entre os residentes na área rural (46,3%) e residentes nos pequenos municípios (42,4%).

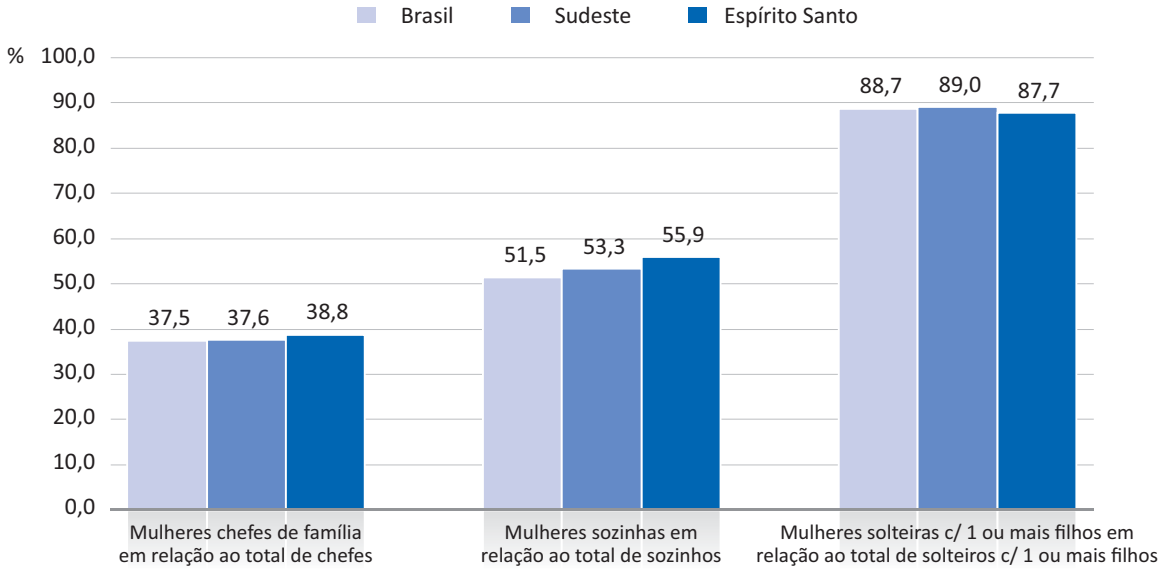
Arranjo familiar mononuclear por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Características das mulheres chefes de família

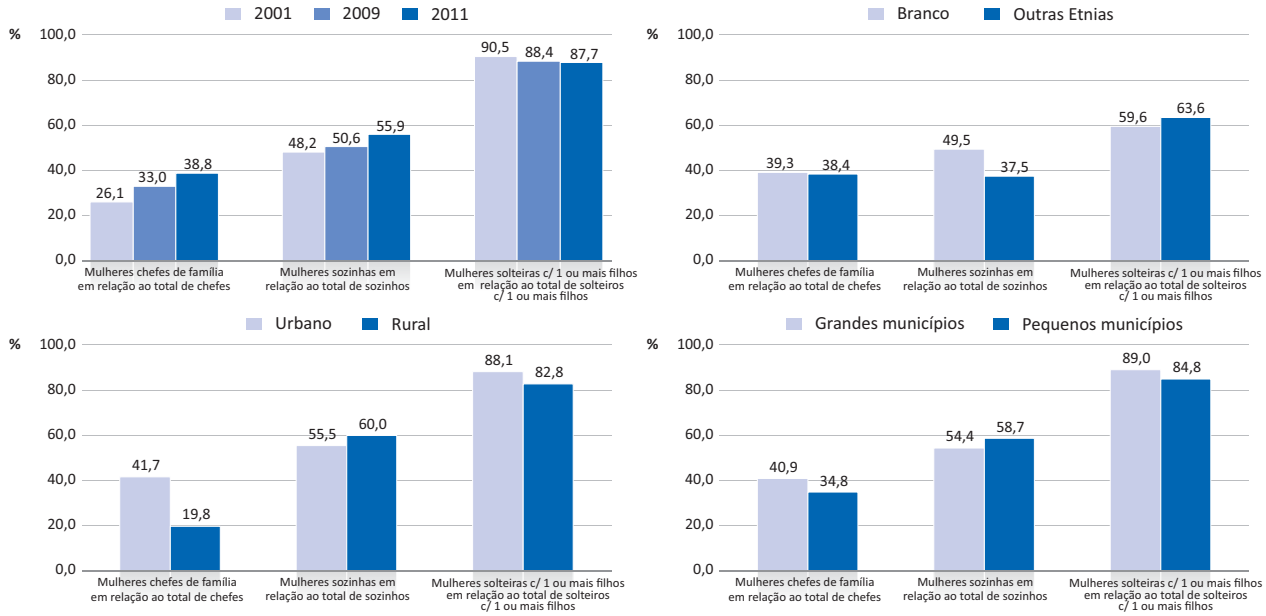
Características das mulheres chefes de família, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Do total de pessoas chefes de família no Espírito Santo (2011), aproximadamente 38,8% eram mulheres, o que representa um total de 456 mil famílias. Em relação ao total amostral de pessoas que residem sozinhas, 55,9% eram mulheres, e, entre todos os solteiros com um ou mais filhos, o filho fica com a mãe em 87,7% dos casos. Ao longo dos anos percebe-se que entre os sozinhos, o número de mulheres tornou-se o mais representativo, passando de 48,2% em 2001 para 55,9% em 2011, sendo que a ocorrência de mulheres sozinhas brancas foi 12 p.p. maior do que as outras etnias. A proporção de mulheres chefes de família foi maior entre as mulheres brancas (39,3%), que residem na área urbana (41,7%) e nos grandes municípios (40,9%).

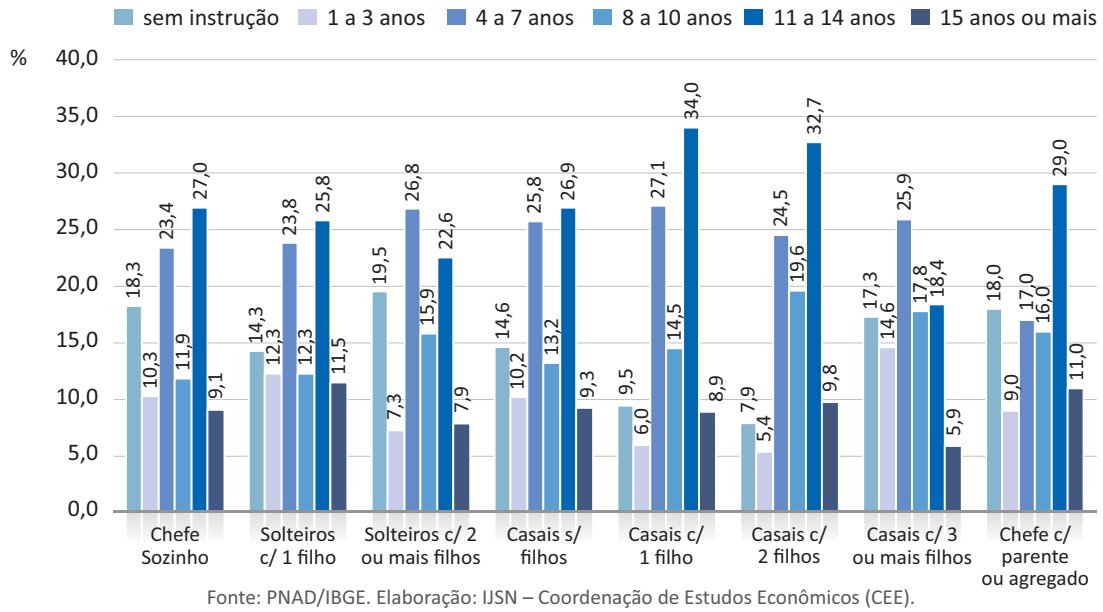
Características das mulheres chefes de família por cor, situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Níveis de instrução segundo arranjos familiares

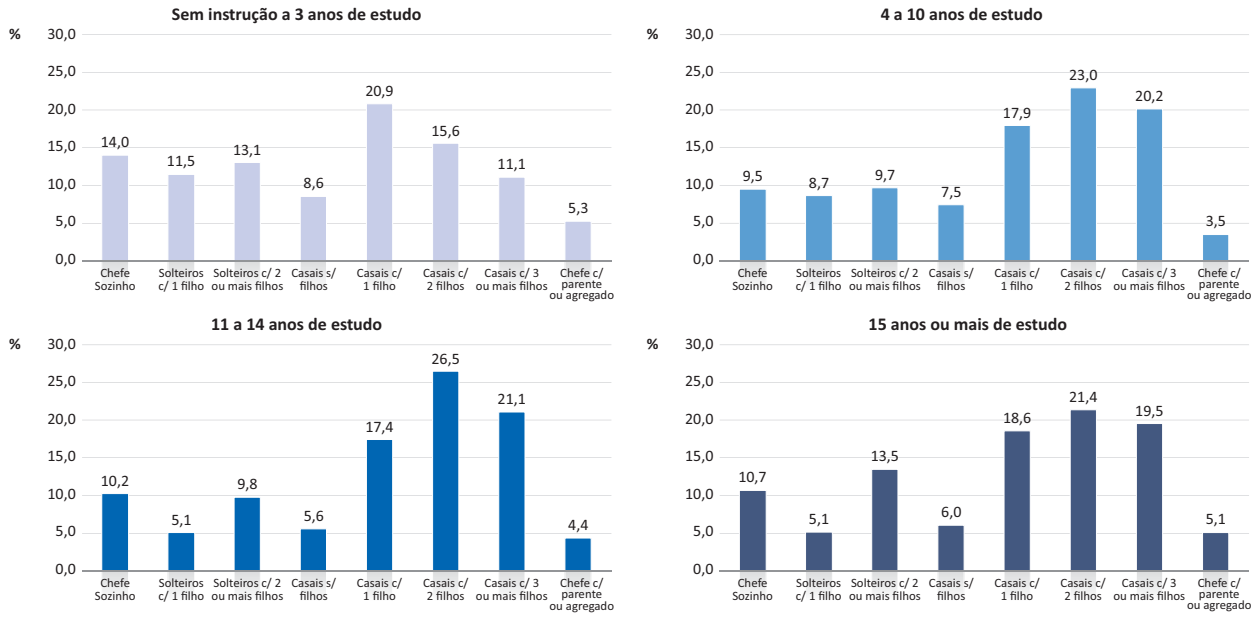
Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2011, o nível de instrução de 4 a 7 anos de estudo foi o mais representativo para os arranjos familiares dos solteiros com 2 ou mais filhos. O grupo com a maior proporção de pessoas sem instrução também foram os solteiros com 2 ou mais filhos (19,5%) seguidos pelos chefes sozinhos (18,3%), e os com menor proporção foram os casais com 2 filhos (7,9%). O arranjo com maior proporção de pessoas com ensino superior foram formados pelos solteiros com 1 filho (11,5%) e outros (11%). Entre os arranjos com maior escolaridade (15 anos ou mais de estudos), os mais representativos foram casal com 2 filhos (21,4%), seguido de casal com 3 ou mais filhos e por casal com 1 filho. Em relação aos menos instruídos (até 3 anos de estudo), os mais representativos foram casal com 1 filho (20,9%) seguido de casal com 2 filhos (15,6%).

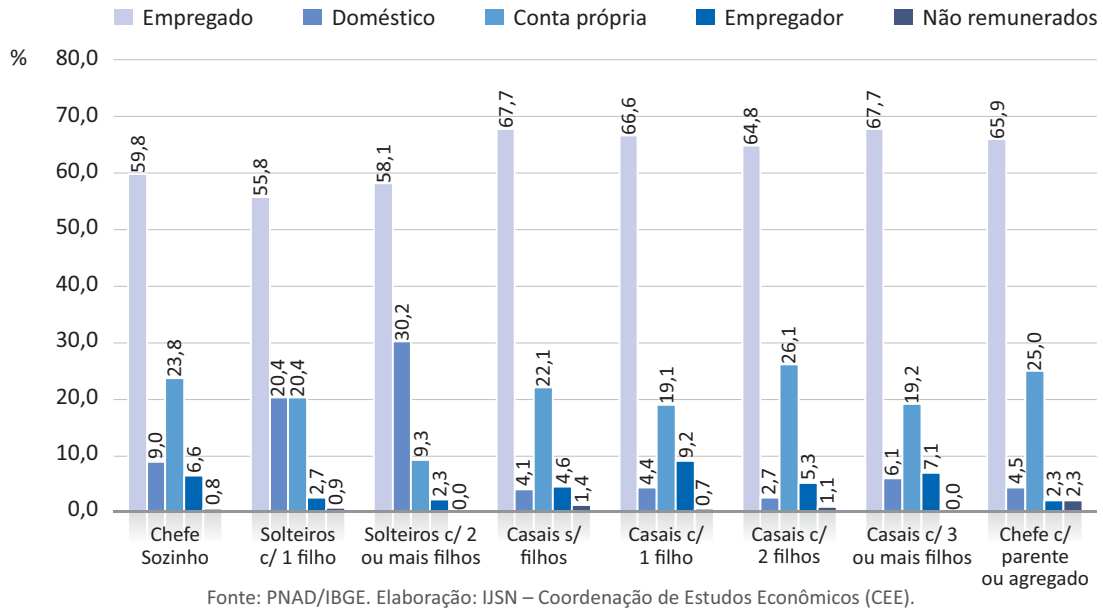
Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Ocupações segundo arranjos familiares

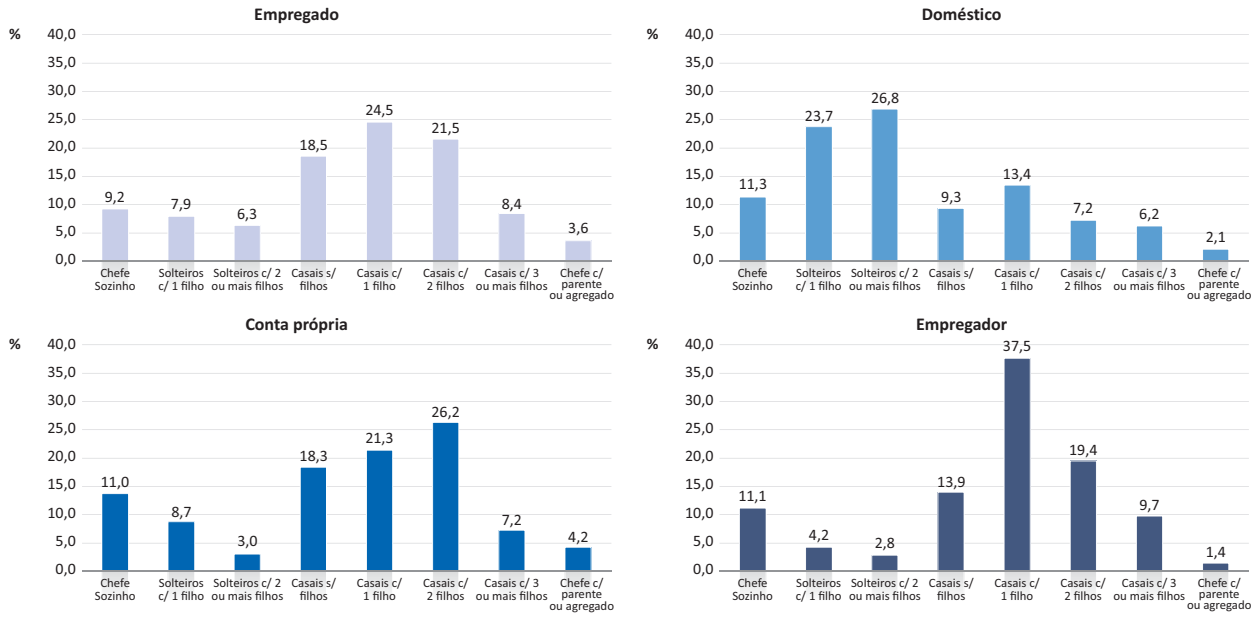
Configuração das ocupações segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo, em 2011, a ocupação mais frequente entre os chefes de família, foi a de empregado (acima de 55%). Dentre os solteiros com filho, o que chama a atenção foi a alta porcentagem de domésticos, o que não foi observado nas demais categorias. A proporção de empregadores foi maior entre os casais com 1 filho (9,2%) e casal com 3 ou mais filhos (7,1%). Em 2011, entre os trabalhadores domésticos, o arranjo de maior representatividade foi o de solteiros com 2 ou mais filhos (26,8%), entre os empregados e empregadores, os casais com 1 filho foram a maioria e, entre os conta própria, a maior representatividade ocorreu para o arranjo de casal com dois filhos (26,2 %) seguido por casal com 1 filho (21,3%).

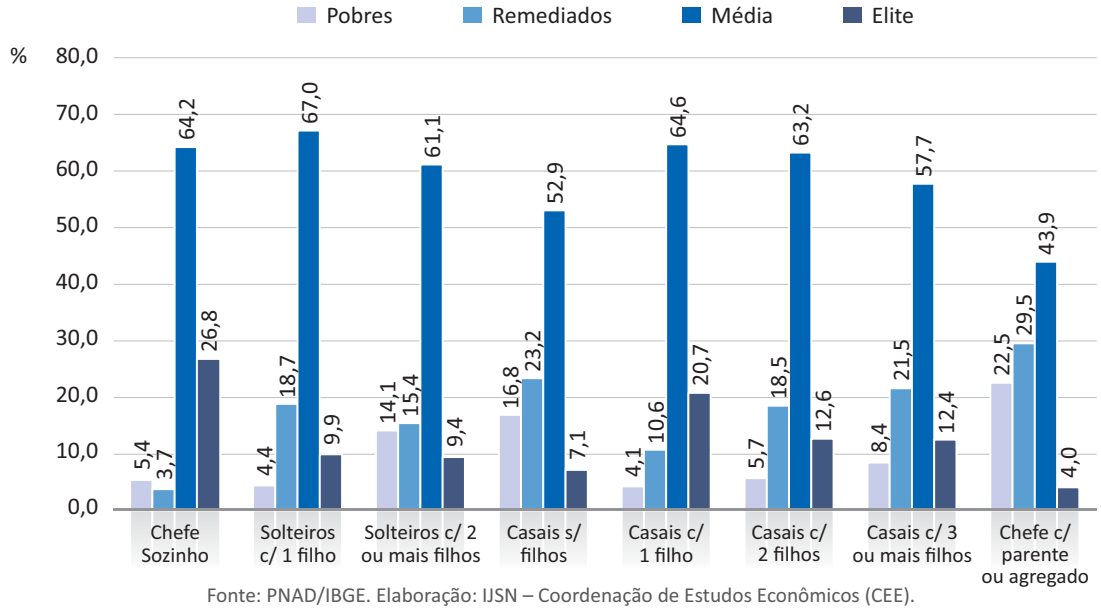
Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Classes sociais segundo arranjos familiares

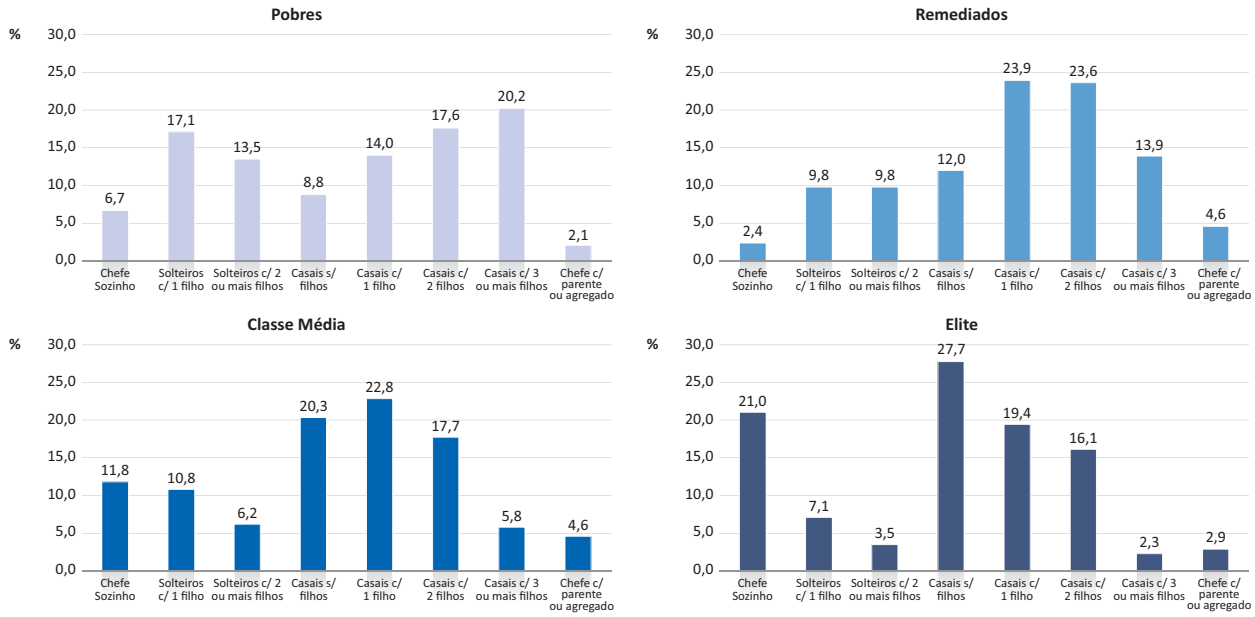
Configuração das classes sociais segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2011, a maior representatividade entre a maioria dos arranjos familiares foi da classe média. A maior proporção da elite foi encontrada entre os sozinhos (26,8%) e casal sem filhos (20,7%). A maior porcentagem de pobres esteve nos arranjos de casais com 3 ou mais filhos (22,5%) e solteiros com 2 ou mais filhos (16,8%). Na configuração dos arranjos familiares capixabas segundo as classes sociais (2011), para os pobres, os arranjos mais representativos foram os casais com 3 ou mais filhos (20,2%), seguidos dos casais com 2 filhos (17,6%). Para a elite, a maioria foi formada por casais sem filhos (27,7%), seguidos de chefe sozinho (21%). Para a classe média, o arranjo de maior representatividade foi formado por casais com 1 filho (22,8%), seguido de casal sem filhos (20,3%). E para os remediados, a maior representatividade foi para o arranjo de casal com 1 filho (23,9%), seguido de casal com 2 filhos (23,6%).

Configuração dos arranjos familiares segundo classes sociais, Espírito Santo, 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



DOMICÍLIOS

Nesta seção são apresentados indicadores sobre domicílios que se inserem na dimensão social da presente Síntese. O tratamento na forma de indicadores dos dados que compõem tal dimensão assume particular relevância por mensurar e nortear a ação do Estado quanto aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Segundo Saiani e Toneto (2010)[1] é imprescindível que seja dada atenção a esse setor no planejamento urbano, principalmente em áreas de expansão.

Os indicadores incluídos nesta seção abrangem os temas: taxa de crescimento do número de domicílios, acesso à rede coletora de esgoto, abastecimento de água, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo, iluminação elétrica, telefonia fixa e celular, domicílios próprios e alugados, posse de bens móveis e déficit habitacional. Pode ser observada a evolução entre os anos 2001 e 2011.

Os resultados foram extraídos com base na PNAD e encontram-se desagregados por Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo. Sua distribuição considera também aspectos socioeconômicos e geográficos.

A síntese aponta que a proporção de domicílios com abastecimento de água no Brasil, Sudeste e Espírito Santo aumentou entre os anos 2001 e 2011. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde.

Indicadores relacionados ao acesso à rede coletora de esgoto, ao esgotamento sanitário adequado e à coleta de Lixo, pertencem à categoria saneamento. Um tema considerado importante para a dimensão ambiental dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, pois remete ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental. Contribui ainda, de forma estratégica, para que sejam alcançadas as metas de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras.

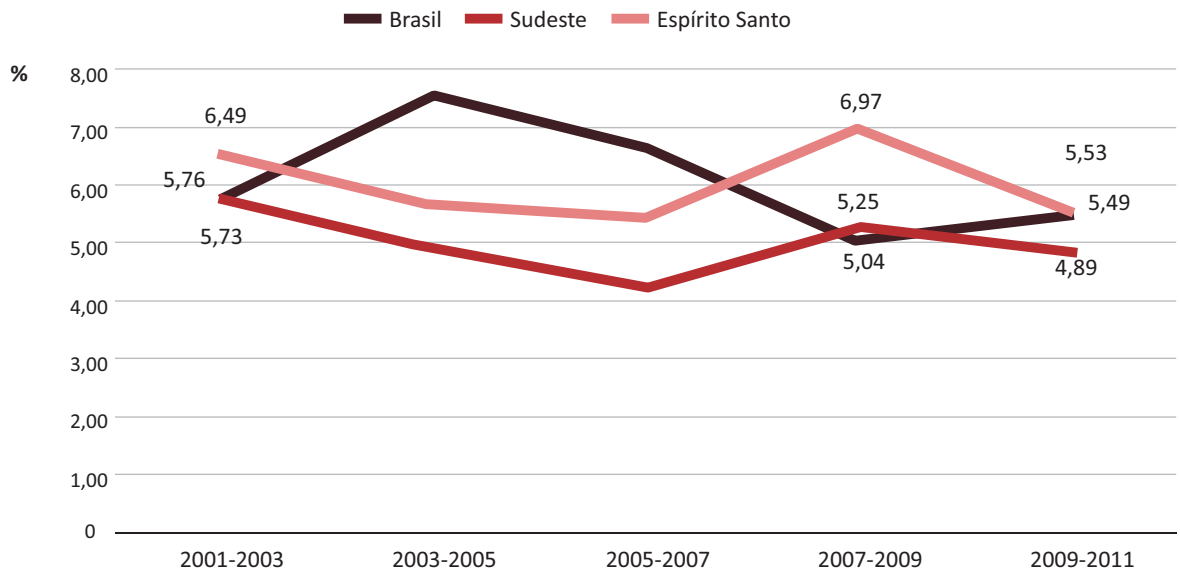
Ademais, a coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos fundamentais para o bem-estar da população. Entretanto, é preciso ressaltar que na atual conjuntura a coleta do lixo não garante por si só a melhora da qualidade de vida. Nesse contexto, o destino do lixo assume importância estratégica no campo das políticas públicas de gestão de resíduos.

Os dados compilados nesta seção auxiliam também na compreensão da dimensão do problema do déficit habitacional e de seus componentes. Consistem num instrumento essencial para uma ação pública planejada, bem como para o monitoramento das políticas públicas. Ressalte-se que a metodologia utilizada toma como base a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro – FJP/MG, instituição resposável pelo cálculo de déficit habitacional trabalhado pelo Ministério das Cidades.

[1] SAIANI, C. C. S. e TONETO JUNIOR, R.. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). *Econ. soc*. [online], vol.19, n.1, pp. 79-106, 2010.

Crescimento do total de domicílios

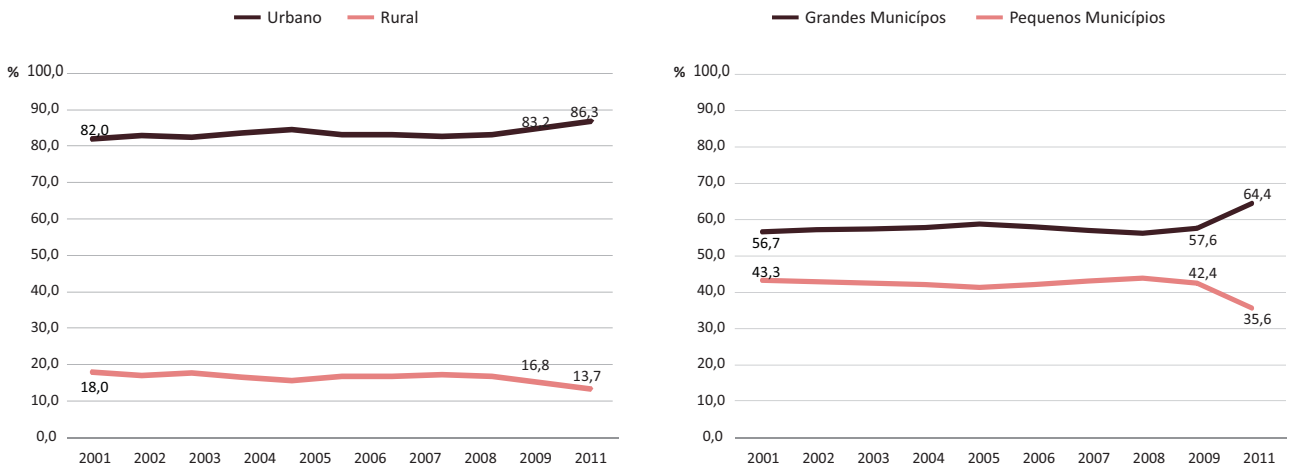
Taxa de crescimento do total de domicílios, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A taxa de crescimento do total de domicílios é similar para o Espírito Santo e o Sudeste e em sentido inverso em comparação ao Brasil. Ressalte-se o maior crescimento verificado entre 2007 e 2009 para o Espírito Santo (6,97%) e em 2011 (5,53%) e entre 2003 e 2005 para o Brasil (7,53%). A zona urbana concentrou em 2011 cerca de 86% dos domicílios existentes no estado (crescimento de 4,3 p.p. em relação a 2001) enquanto a zona rural aparece com 13,7% (redução de 4,3 p.p. em relação a 2001). Em relação ao tamanho do município, nos grandes aumentou a participação em 7,7 p.p. no período, notadamente entre 2009 e 2011 (6,8 p.p.) alcançando em 2011 64,6%. A participação dos pequenos, pelo contrário, reduziu de 43,3% em 2001 para 35,6% em 2011 (notadamente entre 2009 e 2011).

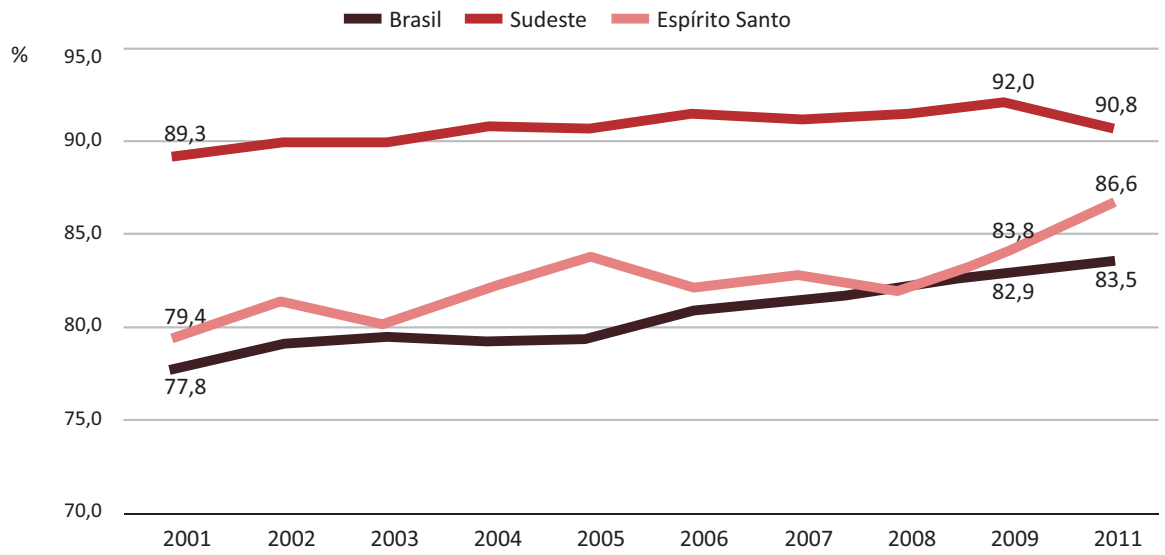
Percentual de domicílios segundo situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Abastecimento de água

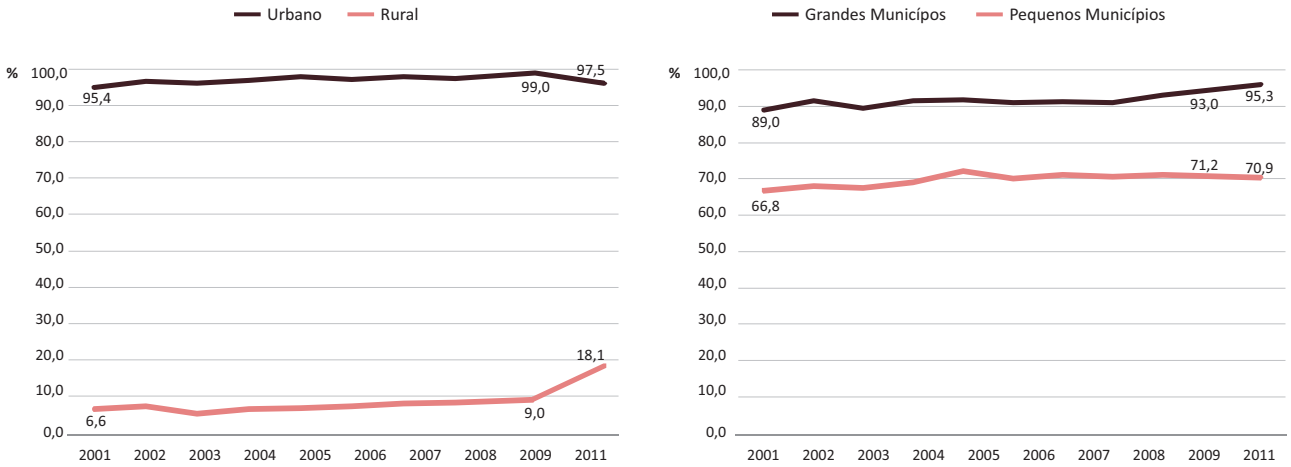
Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

No Brasil, a proporção de domicílios que apresentaram abastecimento de água aumentou entre os anos 2001 e 2011. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde. Na região Sudeste (90,8%), a proporção também cresceu durante esse período, enquanto no Espírito Santo, ocorreu a partir de 2009 uma inversão na queda observada entre os anos de 2005 a 2008, atingindo 86,6% em 2011. Na área urbana do Estado, a proporção de domicílios com abastecimento de água alcançou 97,5% em 2011. Já na área rural, a proporção foi de 18,1%. Isso demonstra que o abastecimento de água concentra-se nas áreas urbanas. Os grandes municípios (95,3%) também apresentaram indicadores proporcionalmente melhores do que os pequenos municípios (70,9%).

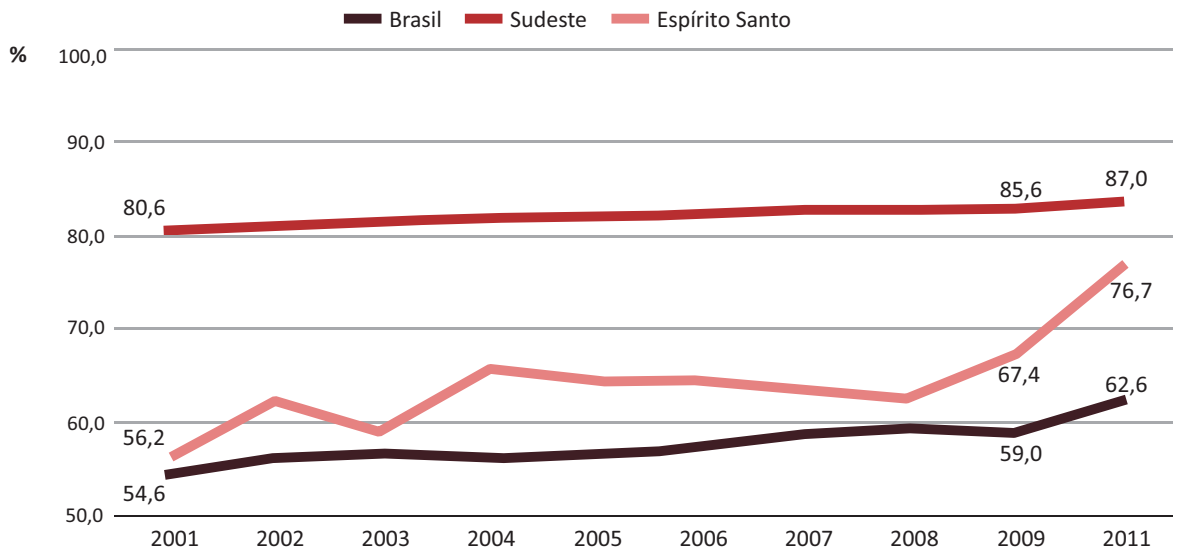
Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição segundo situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Acesso à rede coletora de esgoto

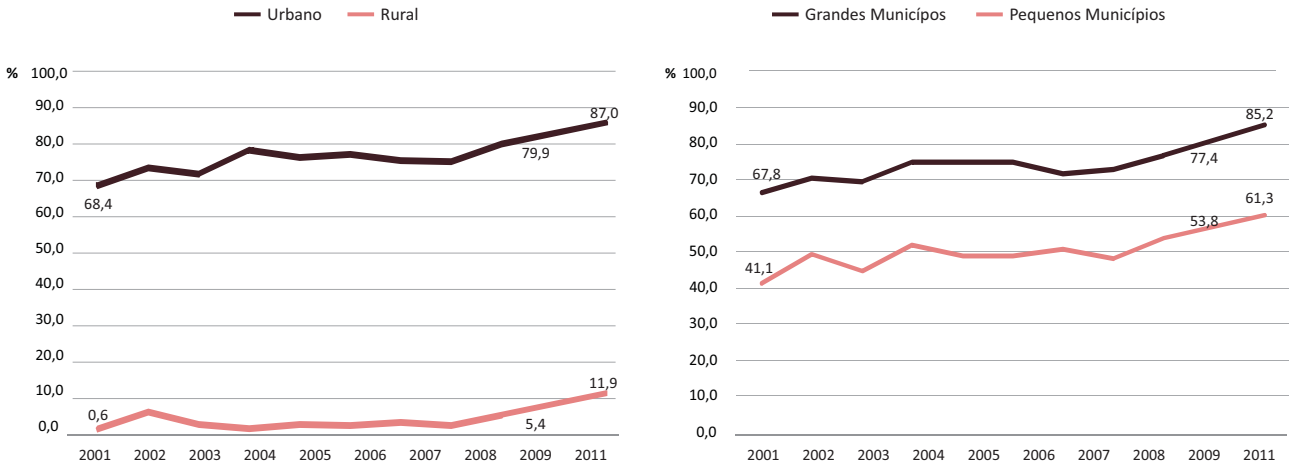
Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto aumentou de 56,2% em 2001 para 76,7% em 2011. No tocante a esse serviço, que também é fundamental para a melhora do bem-estar da população, os dados revelaram que o Estado está acima da média nacional e abaixo da média da região Sudeste. No Estado, o serviço de coleta de esgoto, tal como o de abastecimento de água, concentra-se na zona urbana, sendo de 87% em 2011 contra apenas 11,9% de acesso na zona rural. Os pequenos municípios apresentaram acesso à rede coletora de esgoto (61,3%), proporcionalmente, menor que os grandes municípios (85,2%).

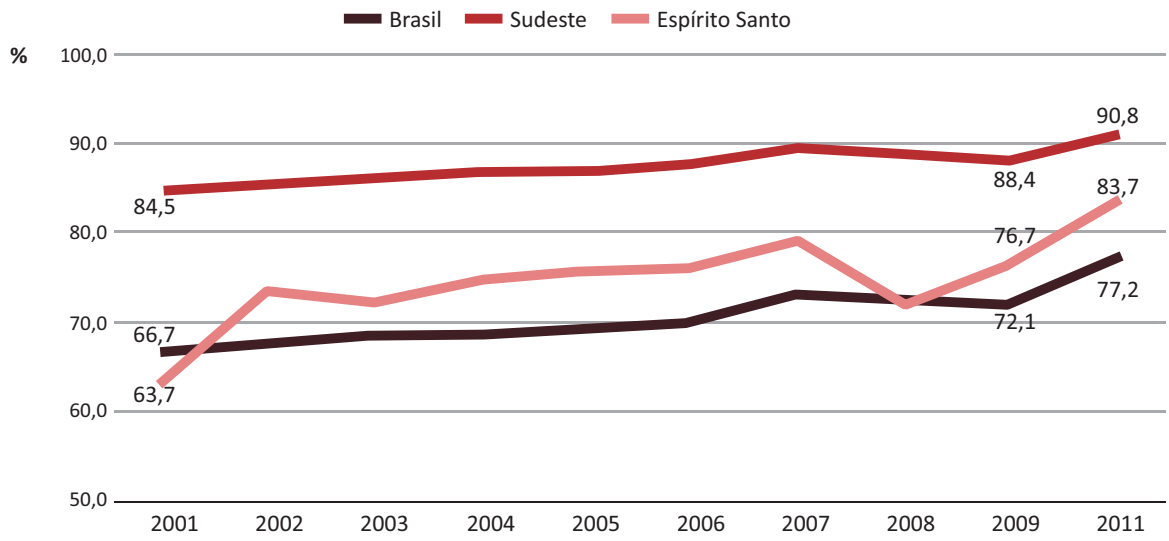
Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Esgotamento sanitário adequado

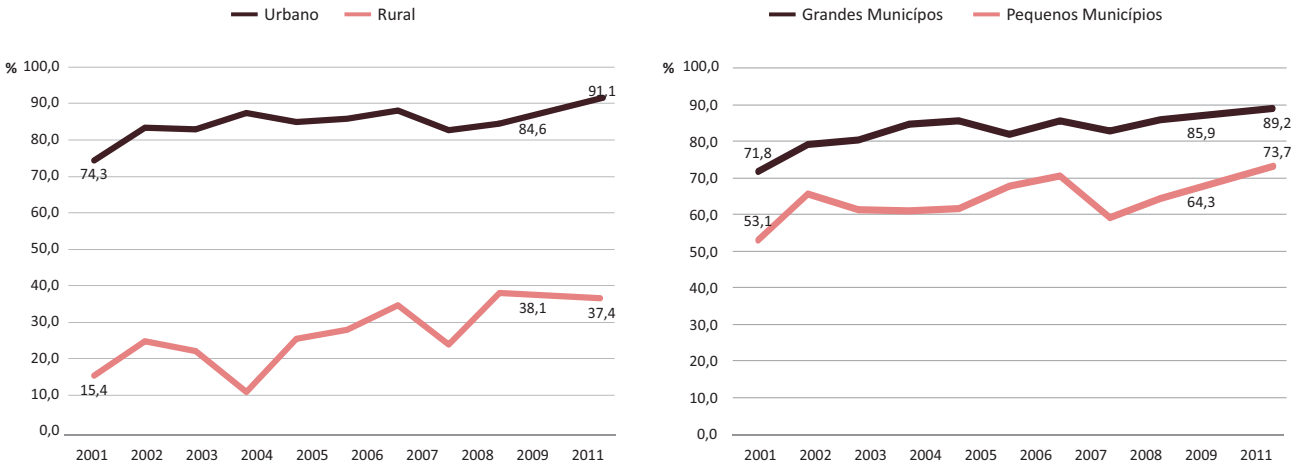
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial) aumentou de 76,7% em 2009 para 83,7% em 2011. No período entre os anos 2001 e 2011, o Estado acumulou substancial alta de 20 p.p.. No Brasil, a alta acumulada nesse período foi de 10,5 p.p., e na região Sudeste de 6,3 p.p.. O percentual de domicílios capixabas que possuíam esgotamento sanitário adequado continuou sendo significativamente maior na área urbana (91,1%). Contudo, observou-se que o percentual na área rural aumentou de 15,4% em 2001 para 37,4% em 2011. Os pequenos municípios (73,7%) apresentaram percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado inferior àquele apresentado pelos grandes municípios (89,2%).

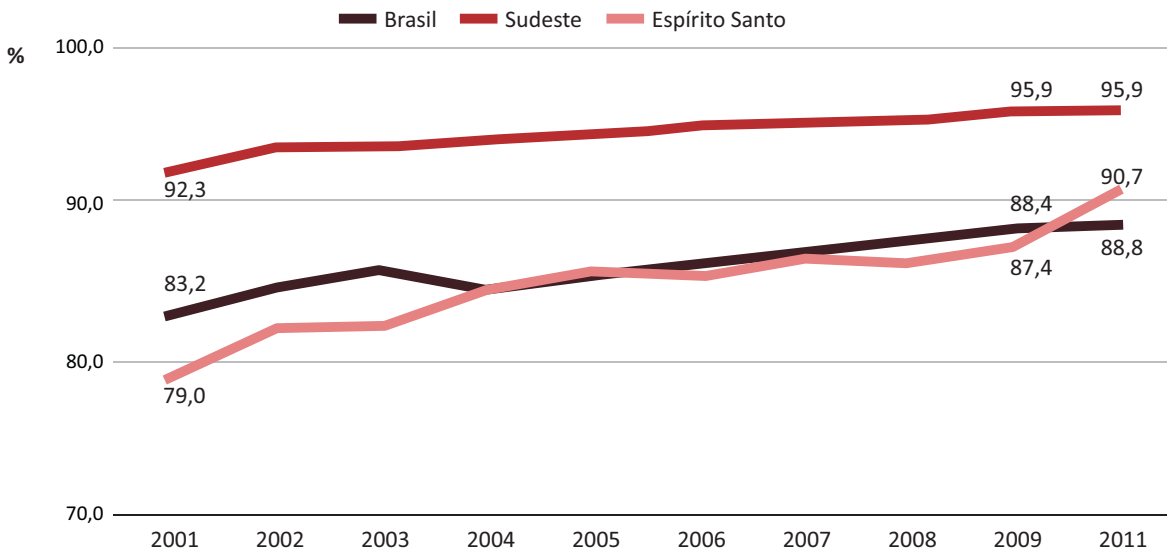
Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Coleta de lixo

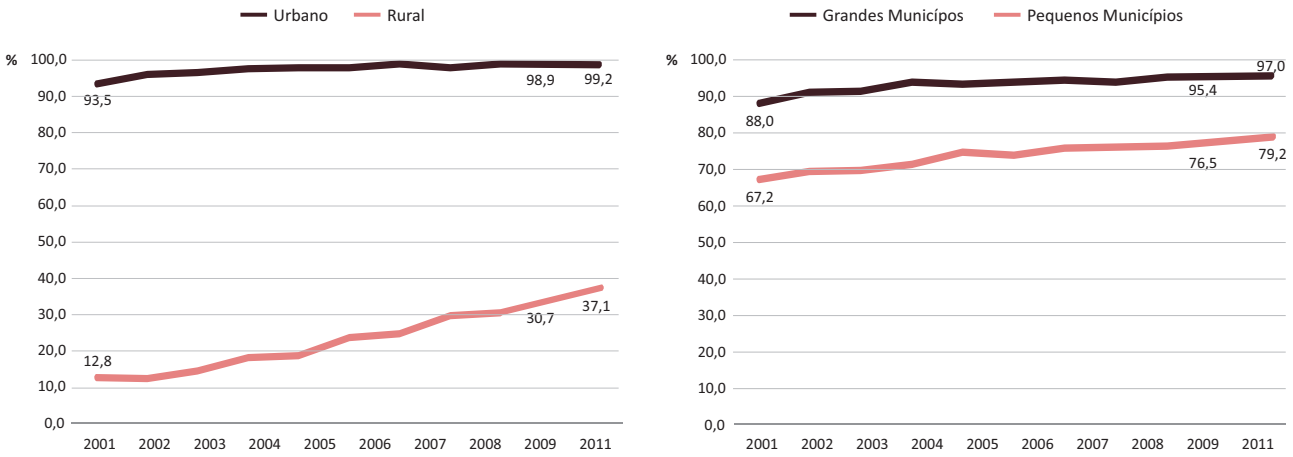
Percentual de domicílios com coleta de lixo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 88,8% dos domicílios particulares permanentes em 2011. A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. O percentual dos domicílios capixabas com coleta de lixo (90,7%) foi 1,9 p.p. acima do percentual nacional e 5,2 p.p. abaixo do Sudeste. Nas áreas urbanas do Espírito Santo, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado: alcançou uma cobertura de 99,2% da amostra no ano 2011. Na zona rural o percentual de 37,1% obtido em 2011 demonstrou a necessidade de expansão desse serviço, contudo deve-se registrar o aumento entre 2001 (12,8%) e 2011 (37,1%). Os pequenos municípios capixabas apresentaram serviços de coleta de lixo com cobertura menor (79,2%) do que a oferecida nos grandes municípios (97%) em 2011. Quando se compara o aumento registrado entre os anos 2001 e 2011, observa-se que a ampliação do serviço ocorreu de forma mais acentuada nos pequenos municípios (12 p.p.) comparativamente aos grandes municípios (9 p.p.).

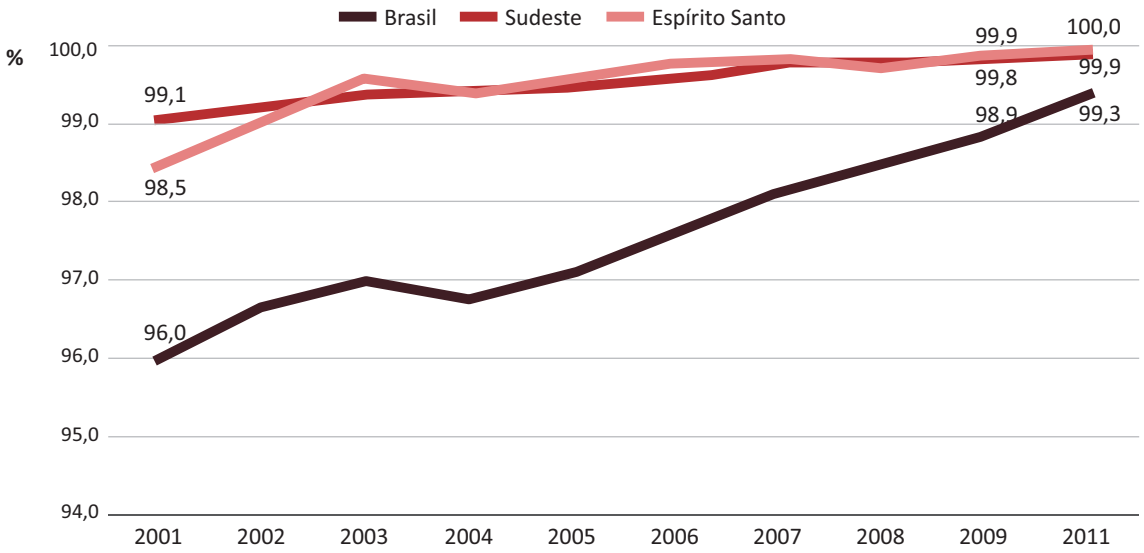
Percentual de domicílios com coleta de lixo segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência , Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Iluminação elétrica

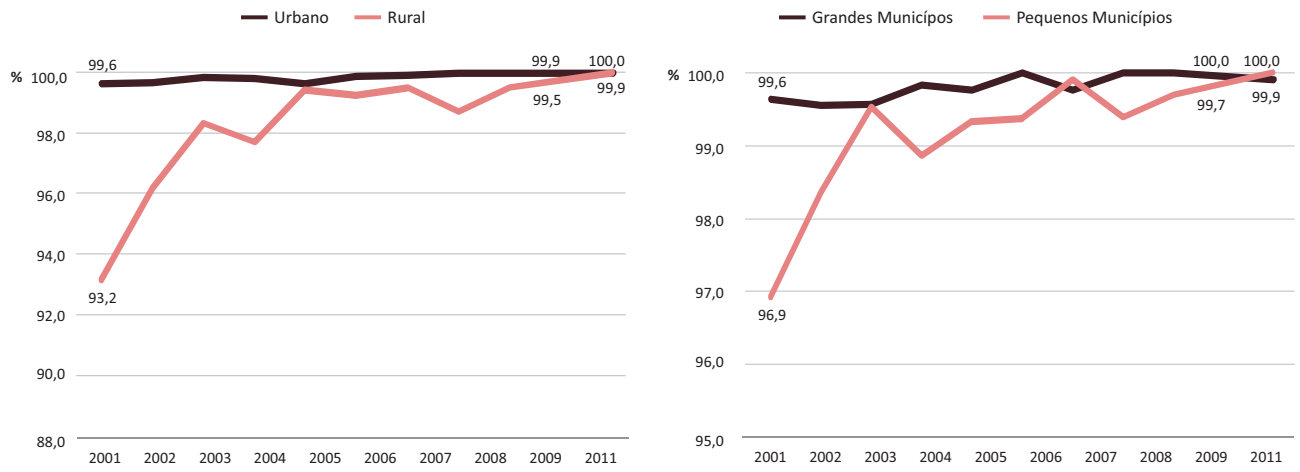
Percentual de domicílios com iluminação por meio elétrico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Os domicílios brasileiros (99,3%) apresentaram resultados favoráveis no acesso à iluminação com energia elétrica. O avanço observado no período de 2001 a 2011 (3,3 p.p.) fez com que praticamente todos os domicílios contassem com este serviço. O Espírito Santo seguiu a mesma tendência: 100% dos domicílios são atendidos. O crescimento da oferta de iluminação elétrica para a zona rural do estado observado entre os anos 2001 a 2011 (passando de 93,2% a 100%) foi importante para que o serviço fosse universalizado no Espírito Santo. O acesso é universal também em função do tamanho do município (99,9% e 100% respectivamente para grandes e pequenos municípios).

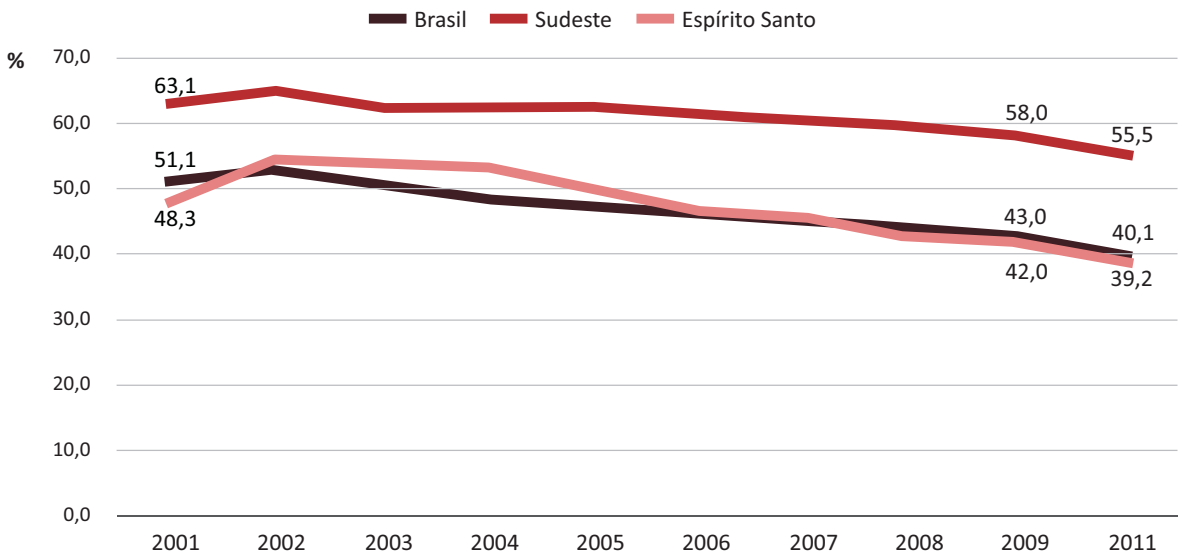
Percentual de domicílios com iluminação por meio elétrico segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Telefonia fixa

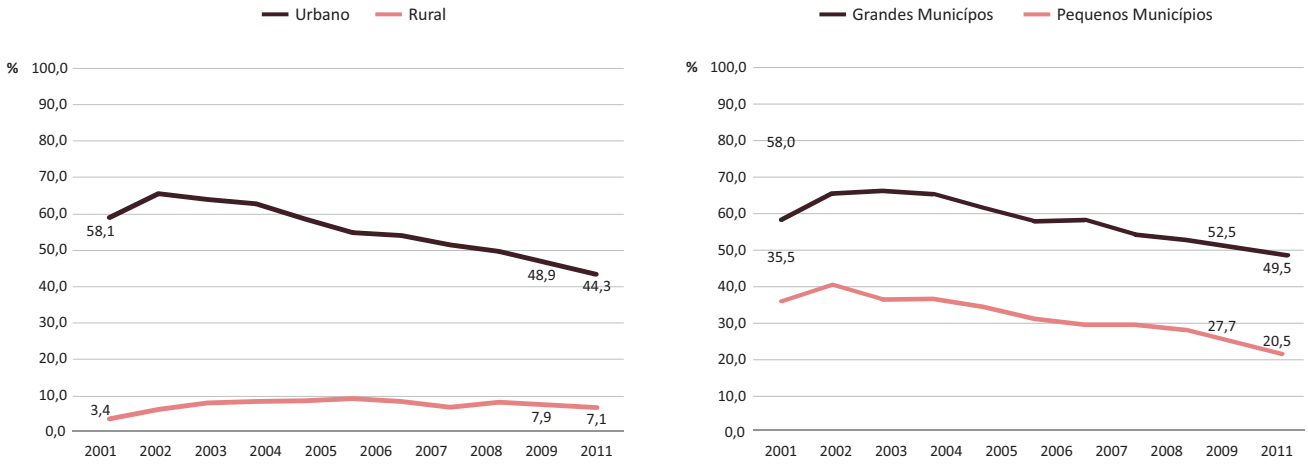
Percentual de domicílios com serviço de telefonia fixa, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia fixa diminuiu substancialmente nas três regiões analisadas entre 2001 e 2011. O maior percentual é encontrado na região Sudeste com 55,5% em 2011. No Espírito Santo o acesso à telefonia fixa reduziu 9,1 p.p. no período. Enquanto na zona rural do Espírito Santo a oferta do serviço aumentou (7,1% em 2011), na zona urbana reduziu 13,8 p.p.. Grandes e pequenos municípios também reduziram o acesso a esse tipo de telefonia, embora ainda quase 50% dos domicílios urbanos tenham telefone fixo.

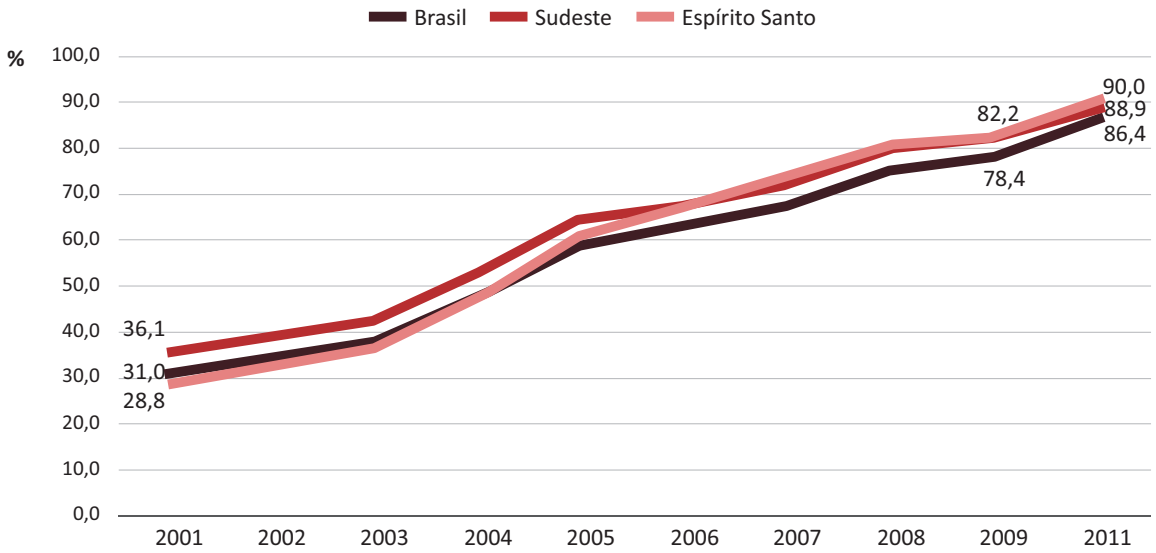
Percentual de domicílios com serviço de telefonia fixa, segundo situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Telefonia celular

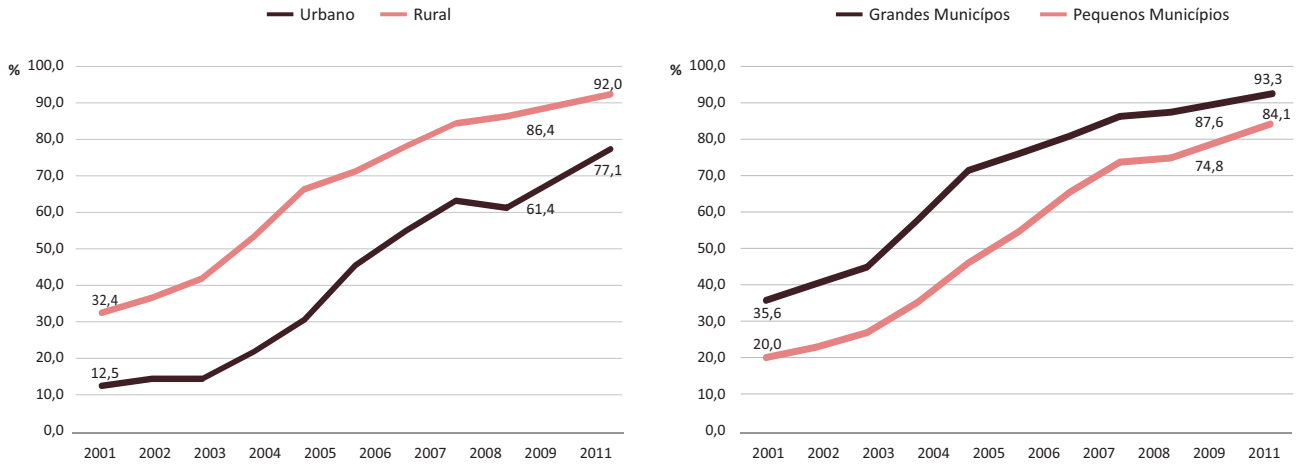
Percentual de domicílios com serviço de telefonia celular, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia celular, ao contrário do que ocorreu com a telefonia fixa, aumentou substancialmente nas três regiões analisadas entre 2001 e 2011. O maior percentual é encontrado no Espírito Santo com 90% em 2011 (aumento de 61,2 p.p. no período). Enquanto na zona rural do Espírito Santo a oferta do serviço aumentou de 12,5% em 2001 para 77,1% em 2011, na zona urbana passou de 32,4% para 92%. Grandes e pequenos municípios também aumentaram o acesso à telefonia celular (93,3% e 84,1% respectivamente) em 2011.

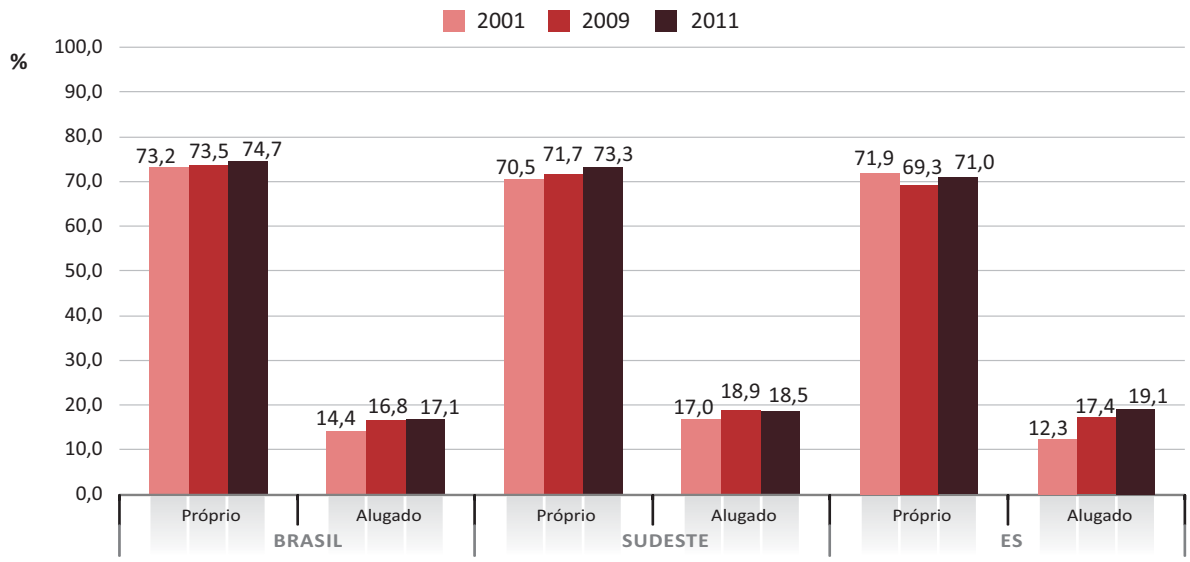
Percentual de domicílios com serviço de telefonia celular, segundo situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Domicílios próprios e alugados

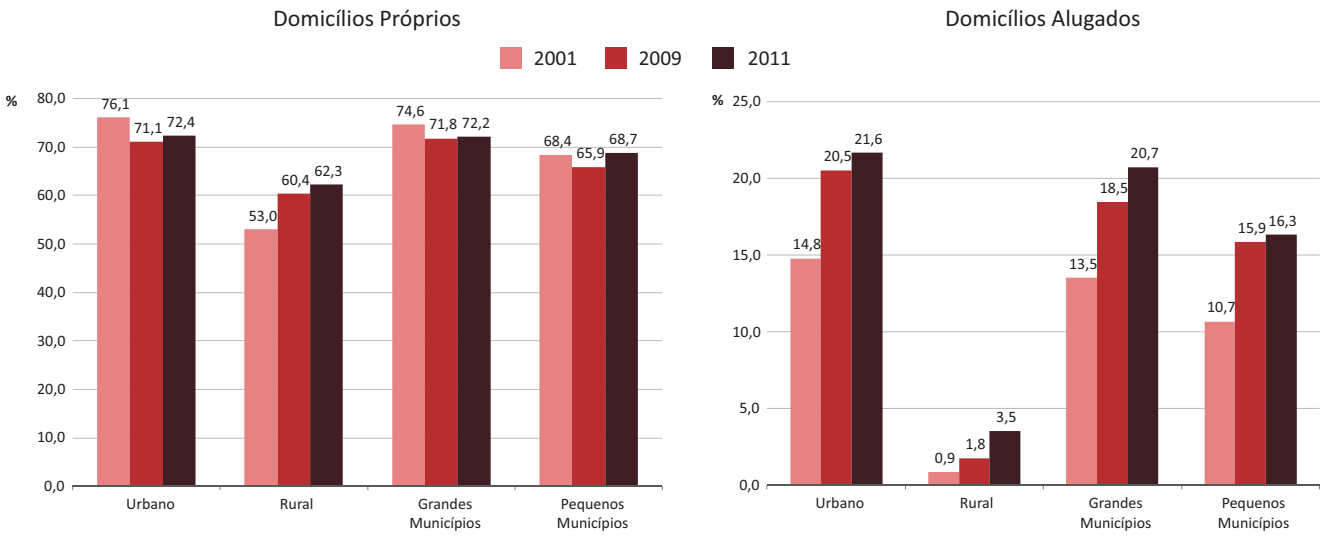
Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio ou alugado, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A proporção de domicílios próprios manteve-se razoavelmente estável entre 2009 e 2011 nas três regiões analisadas. A maior alteração foi sentida na região Sudeste (aumento de 2,8 p.p.). O Espírito Santo registrou o menor percentual do número de domicílios próprios. Em relação aos domicílios alugados, houve crescimento em todas as regiões analisadas, mais notadamente no Espírito Santo (6,8 p.p.). A proporção de domicílios próprios nas áreas urbanas diminuiu 3,7 p.p. e aumentou 9,3 p.p. na zona rural do Estado. Em relação ao tamanho do município, a proporção diminuiu nos grandes e manteve-se estável nos pequenos. Em relação aos domicílios alugados, verifica-se que a maior proporção é na zona urbana (21,6% em 2011) e nos grandes municípios (20,7%).

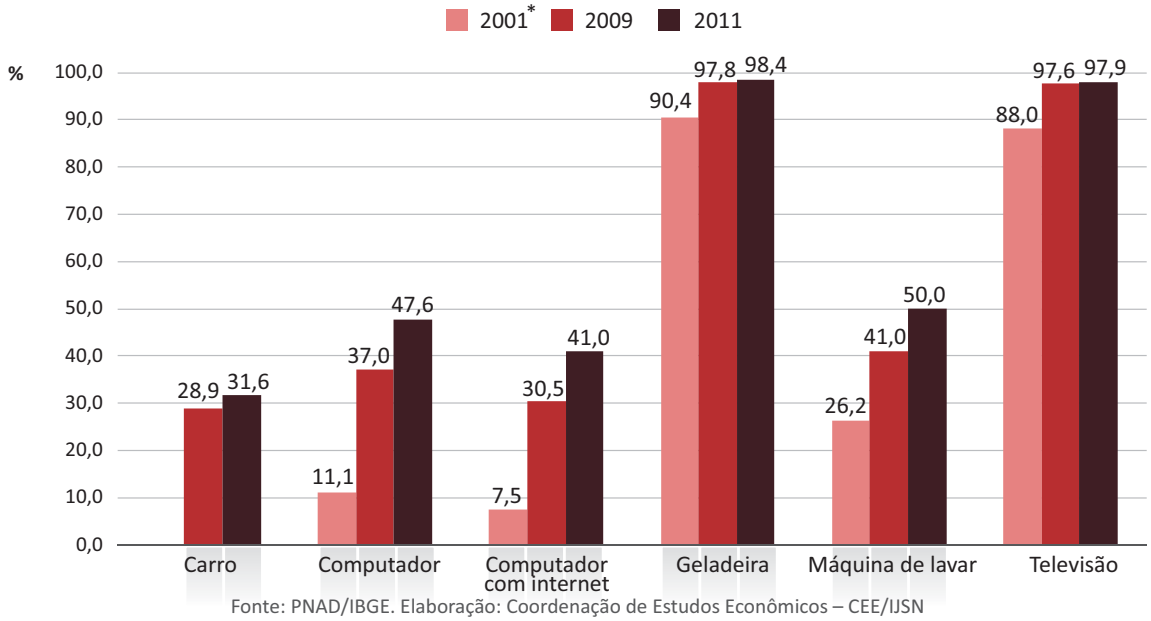
Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio ou alugado, segundo situação do domicílio e tamanho do município de residência, Espírito Santo, 2001, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Posse de bens móveis

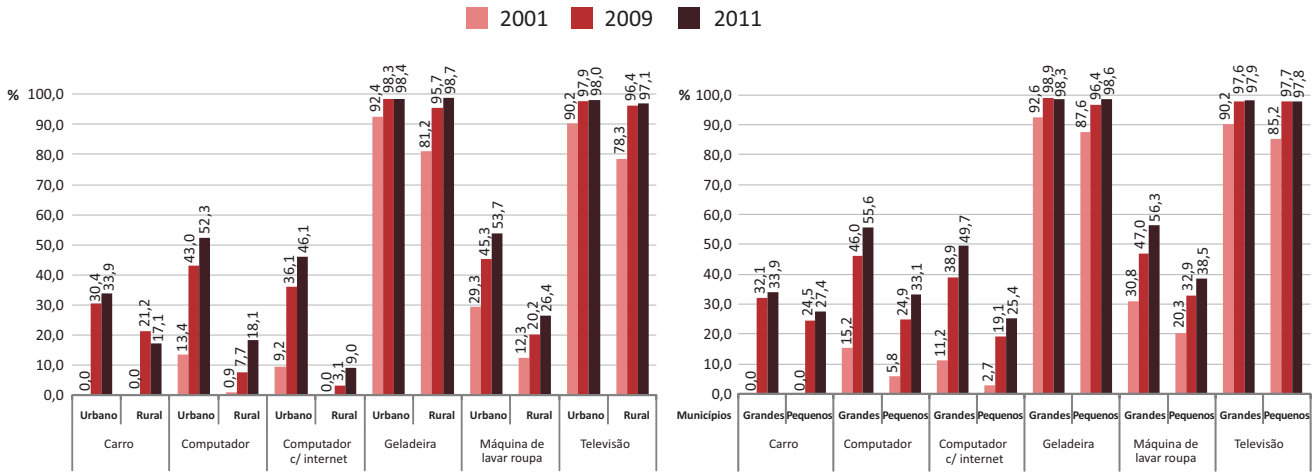
Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis, Espírito Santo, 2001, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN
* Em 2001, o questionário da PNAD não trazia pergunta sobre posse de veículos.

Os domicílios capixabas da amostra apresentaram resultados favoráveis quanto à posse de alguns bens duráveis. Em 2011, 98,4% dos lares possuíam geladeira e 97,9% dos domicílios capixabas tinham televisão. A máquina de lavar roupa, considerada um diferencial nos afazeres domésticos, foi encontrada em 50% dos domicílios no Estado. No período de 2001 a 2011, a proporção de domicílios com microcomputador no Espírito Santo apresentou crescimento de 328,8%. Já a proporção de domicílios com acesso à internet cresceu 446,77% nesse período. Em 2011, 47,6% dos domicílios capixabas possuíam micro computador, 41% destes com acesso à Internet. O número de carros aumentou em 2,7 p.p. entre 2009 e 2011. A posse desses bens é distribuída de forma semelhante quando se analisa por região censitária - zona urbana ou rural (com exceção de carro cujo percentual diminuiu e da pequena participação de computador com acesso à internet) e pelo tamanho do município (conexão com internet também reduzida).

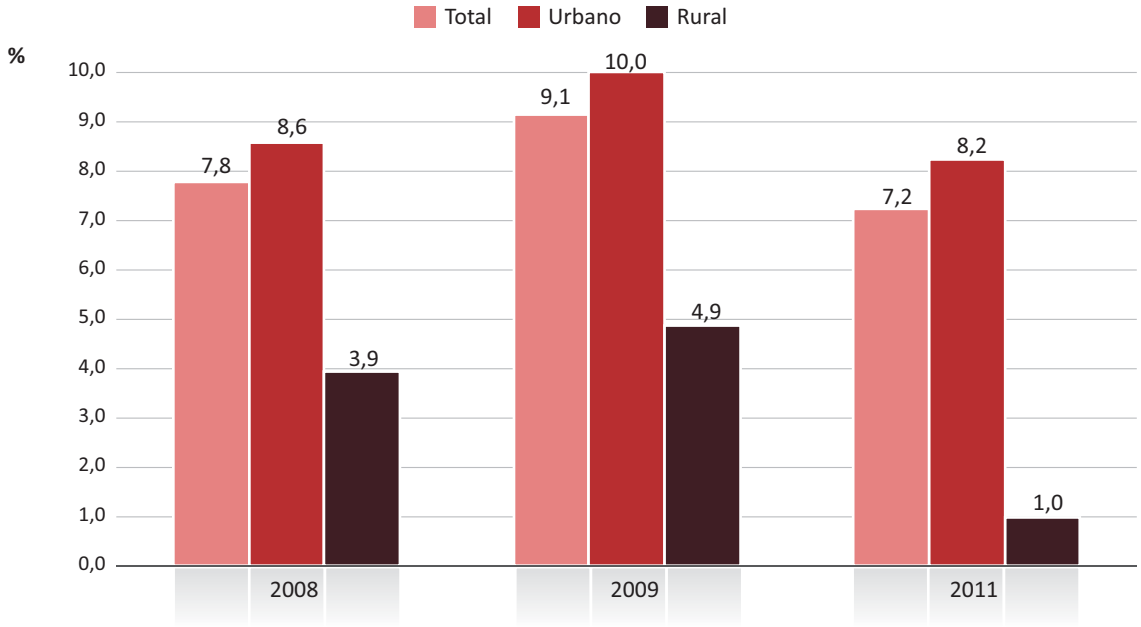
Percentual de domicílios por existência de alguns bens duráveis, segundo situação do domicílio e tamanho do município, Espírito Santo, 2001, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Déficit habitacional

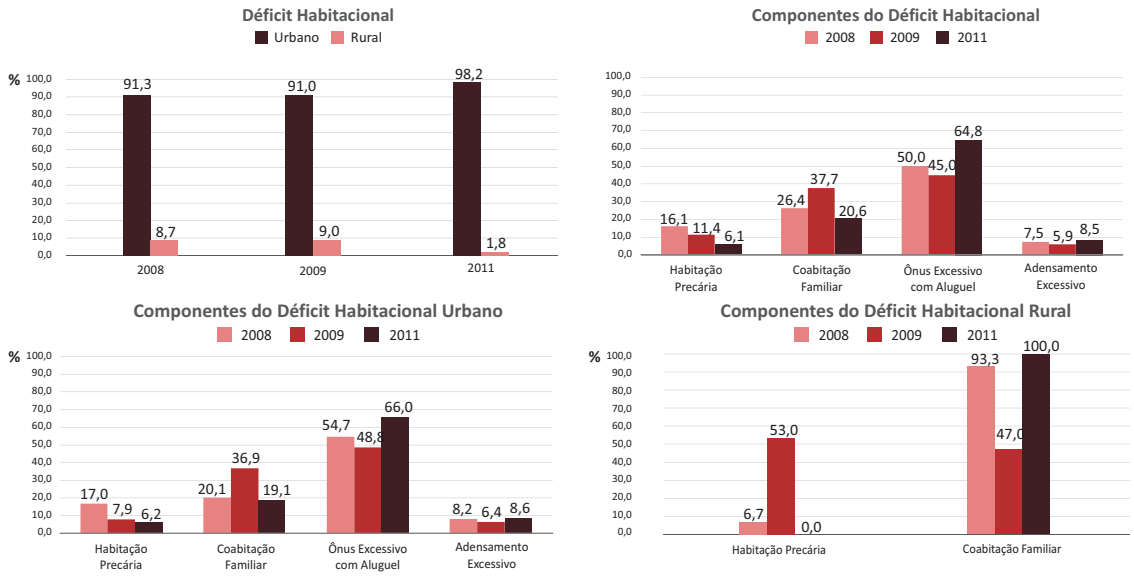
Percentual de déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, segundo situação do domicílio, Espírito Santo, 2008, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Entre os anos 2008 e 2011, o déficit habitacional no Espírito Santo manteve-se entre 7,2% (82.341 domicílios em 2011) e 9,1% (101.027 domicílios em 2009). Representa 8,2% dos domicílios da zona urbana e 1% dos domicílios da zona rural em 2011, tendo reduzido nas duas regiões censitárias (notadamente na zona rural). Tipicamente um problema urbano, pois em 2011 representou 98,2% dos casos. Dentre os componentes do déficit, o ônus excessivo com aluguel desponta com o mais importante (64,8% em 2011) seguido da coabitação familiar com 20,6% em 2011, adensamento excessivo e habitação precária. Observa-se também uma redução da participação de habitações precárias (10 p.p. entre 2008 e 2011) no total do déficit. O ônus excessivo com aluguel é superior na zona urbana (66%) inclusive tendo aumentado sua participação em 11,3 p.p. não tendo representação na zona rural (adensamento excessivo também não apareceu na amostra rural).

Déficit habitacional e componentes, segundo situação do domicílio, Espírito Santo, 2008, 2009 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. No período de análise da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (2001 – 2011), ocorreu mais uma ampliação de sua abrangência. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004 passou também a incluir estas áreas e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos se afastam dos anos de realização dos Censos. Em função disso, com a realização do Censo Demográfico de 2010 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão. Além disso, foi feita a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2011, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados, sendo assim um leitor mais interessado que resolva comparar os resultados desta síntese com os da última pode encontrar algumas pequenas diferenças nos números.

No ano de 2011, a PNAD foi realizada em 146.207 domicílios em todo o Brasil, o que corresponde a um total de 358.919 pessoas na amostra. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.029 domicílios, com informações de 7.135 indivíduos. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um indivíduo corresponde a 505 ou 506 pessoas.



GLOSSÁRIO

• **Grandes municípios:** Municípios considerados auto-representativos, ou seja, estratos geográficos dentro dos quais o plano amostral é igual ao utilizado nos municípios das regiões metropolitanas, isto é, conglomerado em dois estágios, com os setores como unidades primárias de amostragem e os domicílios como unidades secundárias de amostragem.
• **Pequenos municípios:** Municípios considerados não auto-representativos, ou seja, estratificados por tamanho e proximidade geográfica, buscando formar estratos com população total aproximadamente igual, conforme os dados do último Censo Demográfico.
• **População urbana:** População que habita em área urbana.
• **População rural:** População que habita em área rural.

Demografia

• **População censitária:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica de acordo com o Censo Demográfico. Contada de dez em dez anos.
• **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.
• **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se ao crescimento geométrico-obtido para um período de anos compreendido entre dois momentos.
• **Grau de urbanização:** Porcentagem da população urbana em relação à população total.
• **Fluxos migratórios:** Número de imigrantes e emigrantes de um determinado espaço geográfico.
• **Taxa de fecundidade total:** Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo (15 – 49 anos), na população residente em determinado espaço geográfico.
• **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo.
• **Idade média da população:** A média da idade dos indivíduos na amostra.
• **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

Saúde

• **Taxa bruta de natalidade:** Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
• **Percentual de mães de 15 a 19 anos :** Percentual de meninas adolescentes mães ou grávidas no total de meninas de 15 a 19 anos.
• **Percentual de partos cesáreos:** Percentual de partos com procedimento cirúrgico no qual se pratica a extração fetal do útero materno por via abdominal.
• **Oferta de serviços básicos de saúde:** Número de médicos e de leitos por 1.000 habitantes.
• **Taxa de mortalidade infantil:** Número de óbitos de crianças menores de 1 ano em uma população residente em determinado espaço geográfico em relação a cada 1.000 nascidos vivos em determinado ano.

• **Taxa de mortalidade neonatal:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças com 0 a 27 dias de vida em uma população residente em determinado local e período.

• **Taxa de mortalidade pós – neonatal:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças entre 28 e 364 dias de idade por 1000 nascidos vivos, ocorridos em determinado local e período.

• **Proporção de médicos:** Número de médicos por 1.000 habitantes.

• **Equipes de Saúde da Família:** Número de equipes de saúde da família por 10.000 famílias.

• **Proporção de leitos de internação:** Número de leitos gerais e leitos SUS por 1.000 habitantes.

• **Mortalidade proporcional por grupo de causas:** Distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

• **Internação por grupo de causas:** Distribuição percentual de internação por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

• **Mortes por causas externas**: São mortes não naturais que "sobrevém da decorrência de Acidentes, Homicídios, Suicídios ou qualquer outro tipo de violência", e constam do capítulo XX da CID 10 (Classificação Estatística e Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde –10ª revisão).

• **Mortes por causas internas:** São mortes naturais decorrentes de doenças.

• **Casos notificados de dengue:** Número de casos de dengue oficialmente notificados aos serviços de saúde responsáveis.

• **Casos de AIDS segundo ano do diagnóstico:** Número de casos de AIDS diagnosticados no ano especificado.

Mercado de Trabalho

• **População em idade ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade.

• **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.

• **População não economicamente ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não trabalha e não tomou nenhuma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa .

• **Taxa de atividade:** Porcentagem de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas em idade ativa de 15 anos ou mais de idade.

• **População ocupada:** Número de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa.

• **População ocupada por setor formal e informal:** Distribuição do total de ocupados de 15 anos ou mais de idade, segundo a forma de inserção no mercado, sendo: trabalhadores formais aqueles que possuem carteira de trabalho assinada ou contribuíram para o instituto de previdência; e trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada ou não são contribuintes do instituto de previdência.

• **Taxa de ocupação:** Porcentagem de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, considerando aqueles com 15 anos ou mais de idade.

• **Ocupação segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas ocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.

• **Ocupação segundo anos de estudo**: Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo as seguintes faixas de anos de estudo: sem instrução, de 1 a 3 anos de estudo, 4 a 7 anos de estudo, 8 a 10 anos de estu-

do, 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo.

• **Ocupação por atividade econômica**: Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo os seguintes ramos de atividade econômica: Agrícola, Outras atividades industriais, Indústria de transformação, Construção civil, Comércio, Administração pública, Serviços, Outras atividades e Atividades mal definidas.

• **Índice de Descasamento**: Coeficiente de variação anual ao quadrado do grau de desigualdade intersetorial na taxa de desemprego sobre a população de 25 anos ou mais de idade.

• **Taxa de desemprego**: Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade. Sendo definido como desocupadas as pessoas sem emprego, mas que tomaram alguma providência para arrumar emprego na semana de referência da pesquisa.

• **Taxa de desemprego segundo faixa etária**: Porcentagem de pessoas desocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.

• **Razão de dependência**: Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos de idade e mais de 65 anos de idade) e população potencialmente ativa (15 a 65 anos de idade).

• **Razão de dependência jovem**: Razão entre a população de 0 a 14 anos de idade sobre a população de 15 a 65 anos de idade.

• **Razão de dependência idosos**: Razão entre a população maior de 65 anos de idade sobre a população de 15 a 65 anos de idade.

• **Trabalho infantil**: População entre 5 a 16 anos de idade ocupadas em relação à população de 5 a 16 anos de idade, sendo que para o caso das pessoas entre 14 a 16 anos de idade foi considerado como trabalho infantil apenas os que não estão inseridos no mercado de trabalho de maneira formal.

• **Posição na ocupação no trabalho principal:** Porcentagem de pessoas ocupadas de 15 anos ou mais de idade, de acordo com as categorias de posição na ocupação: empregados, conta própria, empregador, emprego não remunerado, consumo próprio e trabalhador doméstico.

• **Contribuição previdenciária:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em todas as atividades e que contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.

• **Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola**: Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em atividade agrícola e não agrícola e que contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.

• **Pessoas sindicalizadas**: Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.

• **Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola**: Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho em atividade agrícola e não agrícola na semana de referência.

• **Renda média real de todos os trabalhos**: Renda mensal média proveniente de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-PNAD), a preços de 2011.

Distribuição de renda e classes sociais

- **Coeficiente de Gini:** Medida através do índice de Gini, que mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).
- **Porcentagem Extremamente pobres:** No caso de Espírito Santo, refere-se a porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* abaixo de R$ 88,52 na zona urbana e R$ 75,55 na zona rural (linha de indigência).
- **Porcentagem dos pobres:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* abaixo de R$ 177,05 na zona urbana e R$ 151,10 na zona rural (linha de pobreza).
- **Porcentagem de remediados:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* entre R$ 177,05 a R$ 333,67 na zona urbana e R$ 151,10 a R$ 303,62 na zona rural.
- **Porcentagem da classe média:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* entre R$ 333,67 a R$ 1.438,47 na zona urbana e R$ 303,62 a R$ 1.308,91 na zona rural.
- **Porcentagem da elite:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar *per capita* acima de R$ 1.438,47 na zona urbana e R$ 1.308,91 na zona rural.
- **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média *per capita* deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-PNAD), a preços de 2011.
- **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-PNAD), a preços de 2011.

Educação

- **Escolaridade média (25 anos ou mais):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 anos ou mais de idade.
- **Escolaridade média (25 a 34 anos):** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 a 34 anos de idade.
- **Anos de estudos por faixa de idade:** Média aritmética do número de anos de estudo para os indivíduos segundo faixas de idade.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 11 anos de estudos.
- **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 15 anos de estudos.
- **Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever.
- **Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever mas possuem menos de 4 anos de estudo completos.
- **Taxa de analfabetismo por décimos de distribuição de renda (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever, por décimos da distribuição de renda.
- **Frequência escolar:** Porcentagem de pessoas com frequência escolar por faixa de idade.
- **Frequência escolar por nível de ensino e rede:** Porcentagem de pessoas que frequentam a escola por nível

(ensino fundamental, médio e superior) e por rede (público e privado).

• **Taxa de distorção idade-série:** Proporção de pessoas que de acordo com a idade não estão na série esperada, em relação ao total de pessoas matriculadas naquela série.

• **Taxa de retenção:** A taxa de retenção (%) na série "s" é dada pela razão entre a proporção de pessoas com escolaridade de "s" anos de estudo e a proporção de pessoas com escolaridade de "s" anos de estudo ou mais.

• **Alocação do tempo dos jovens:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos, entre trabalho e estudo.

• **Alocação do tempo dos jovens segundo classes sociais:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 16 a 24 anos, entre trabalho e estudo, que pertencem as classes extremamente pobre e pobre de acordo com a renda domiciliar percapita.

Arranjos familiares

• **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco.

• **Arranjo familiar típico:** Porcentagem de famílias que apresentam chefe e cônjuge na sua estrutura familiar**.**

• **Arranjo familiar mononuclear:** Porcentagem de famílias com estrutura familiar sem cônjuge.

• **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.

• **Níveis de instrução segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada nível de instrução, dado cada um dos níveis familiares.

• **Arranjos familiares segundo níveis de instrução:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dado cada um dos níveis de instrução.

• **Ocupações segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada ocupação, dado cada um dos arranjos familiares.

• **Arranjos familiares segundo ocupações:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das ocupações.

• **Classes sociais segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada classe social, dado cada um dos arranjos familiares.

• **Arranjos familiares segundo classes sociais:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das classes sociais.

Domicílios

• **Taxa de crescimento do número de domicílios**: Refere-se à variação do número de domicílios em relação ao período anterior.

• **Abastecimento de água**: Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade do domicilio.

• **Acesso à rede coletora de esgoto**: Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a rede coletora de esgoto. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.

• **Esgotamento sanitário adequado** : Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial).

• **Coleta de lixo**: Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo direta (recolhido do próprio domicílio) ou indireta (recolhido de locais definidos em que os moradores o depositam).

• **Iluminação elétrica**: Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação do domicilio por meio elétrico. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicilio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).

• **Serviços de telefonia fixa ou celular**: Percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de telefonia. Subdivide-se em telefonia móvel celular e fixo convencional.

• **Domicílios próprios ou alugados**: Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação é própria (já pago ou ainda pagando)ou alugado.

• **Posse de bens móveis**: Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis (carro, computador, acesso à internet, geladeira, máquina de lavar e televisão).

• **Déficit habitacional**: Refere-se à necessidade da construção de novos domicílios, no intuito de solucionar problemas específicos de carência habitacional decorrentes do estoque insuficiente de habitações disponíveis para moradia, em certo momento. O déficit habitacional é formado pelos seguintes componentes: Habitação Precária, Coabitação familiar, Ônus Excessivo com Aluguel e Adensamento excessivo.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
ESPÍRITO
SANTO
CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br